

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
Escola de Ciência da Informação  
Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação

Daniele Augusta dos Santos Silva

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL DO ARQUIVO PÚBLICO  
DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: 1991-2021**

Belo Horizonte

2023

Daniele Augusta dos Santos Silva

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL DO ARQUIVO PÚBLICO  
DA CIDADE DE BELO HORIZONTE: 1991-2021**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof<sup>a</sup>. Dra. Ivana Denise Parrela

Belo Horizonte

2023

S586c

Silva, Daniele Augusta dos Santos.

A construção da identidade institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte [recurso eletrônico] : 1991 - 2021 / Daniele Augusta dos Santos Silva. - 2023. 1 recurso online (145 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Ivana Denise Parrela.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 137-145.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação - Teses. 2. Arquivos públicos - Teses. 3. Identidade - Teses. 4. Difusão cultural - Teses. 5. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - Teses. I. Parrela, Ivana Denise. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU 651.5(815.1)

Ficha catalográfica. Vanessa Marta de Jesus - CRB/6-2419 Biblioteca Profª

Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

#### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às 10:00 horas do dia 10 de fevereiro de 2023, na ECI/UFMG - sala 1000 e por videoconferência - plataforma Webconf, realizou-se a sessão pública para a defesa da dissertação de Daniele Augusta dos Santos Silva, número de registro 2020656900. A presidência da sessão coube a Profa. Ivana Denise Parrela - orientadora. Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Prof. Jose Francisco Guelfi Campos (ECI/UFMG), Profa. Cintia Aparecida Chagas (ECI/UFMG) e Profa. Ivana Denise Parrela - orientadora (ECI/UFMG). Em seguida, a candidata fez a apresentação do trabalho que constitui sua dissertação de mestrado, intitulada: "*A construção da identidade institucional do arquivo público da cidade de Belo Horizonte: 1991-2021*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar aprovada a dissertação de mestrado. O resultado final foi comunicado publicamente a candidata pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida, se aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

**Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.**

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Ivana Denise Parrela, Professora do Magistério Superior**, em 10/02/2023, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Aparecida Chagas, Professora do Magistério Superior**, em 13/02/2023, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Francisco Guelfi Campos, Professor do Magistério Superior**, em 14/02/2023, às 09:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2064253** e o código CRC **E74040E3**.

Em memória de minha avó materna, Ilma.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu agradecimento inicial vai para minha avó materna, D. Ilma, que nos deixou em 2020. Ela, por muitas vezes, foi minha companhia durante a escrita inicial do trabalho, escutava as aulas on-line ao meu lado e sempre esperava as aulas terminarem para tomar café da tarde junto comigo. Espero que esteja orgulhosa de mim, onde você estiver e que sua falta sempre seja transformada em uma lembrança positiva de todos os momentos bons que vivemos juntas.

Agradeço também a minha família, por tudo, sempre! Mãe, obrigada por sempre fazer o seu melhor para me apoiar, por se desdobrar em ser pai e mãe desde que o papai se foi, tenho certeza de que ele está orgulhoso do que nossa família se tornou. Obrigada por me apoiar em todas as decisões, me confortar quando preciso de colo e principalmente por todo o cuidado dedicado quando estava com a perna imobilizada. Nat, obrigada por sempre brigar com todo mundo pelo desenvolvimento da minha educação, por me incentivar a continuar estudando e buscar por condições melhores e também por me encorajar a desbravar o mundo e sempre lembrar que eu sou capaz de fazer o que eu quiser.

Agradeço também a minha querida orientadora Ivana Parrela. Obrigada por ser tão gentil, amorosa e paciente comigo durante todo o período conturbado que passei nesses anos do mestrado. Fico extremamente agradecida por sua dedicação à minha formação desde os primeiros semestres na graduação de arquivologia, acreditando no meu potencial e investindo no meu desenvolvimento acadêmico. Já percorremos um longo caminho até aqui e fico muito grata em saber que continuaremos nossa parceria por mais alguns anos. Obrigada, por tudo, de coração!

Agradeço ao Brasil e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo oferecimento da minha bolsa de estudos, me proporcionando dedicação exclusiva ao desenvolvimento desta pesquisa e à minha formação acadêmica.

Agradeço também aos professores Eliane Cristina de Freitas Rocha e Moisés Rockembach por aceitarem o convite de participação da minha banca de qualificação e pelas contribuições importantes para o desenvolvimento do texto. Também quero agradecer aos professores Cintia Aparecida Chagas e José Francisco Guelfi Campos

por participarem da banca de defesa e trazerem suas contribuições para a escrita deste trabalho.

Ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, o meu muito obrigada! Agradeço em especial aos técnicos do Arquivo que me receberam tão bem e foram tão gentis e compreensivos comigo em minhas visitas, no desenvolvimento da pesquisa documental. Também, por cederem o acesso aos documentos da extinta Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Agradeço imensamente à Universidade Federal de Minas Gerais, por me transformar completamente nos anos que passei aqui dentro e aprendi a fazer do Campus Pampulha a minha segunda casa. Agradeço à Escola de Ciência da Informação e aos técnicos por todo aporte ao longo de minha formação, sempre prestativos e ágeis para a resolução de todos os problemas que tive.

Aos Professores só tenho a agradecer por todo o aprendizado, por todas as discussões produtivas, até mesmo pelas escutas em momentos de dificuldade. Os meus horizontes foram completamente transformados por suas contribuições, através da nobre arte de ensinar.

Agradeço aos colegas de classe, desde os da publicidade que viraram amigos que vou levar para a vida toda. Àqueles também que foram importantes em discussões em sala de aula, mesmo que não sejamos tão próximos mais, tenho um carinho especial por todos vocês! Por fim, agradeço aos meus amigos, por toda a compreensão, pelo cuidado e apoio nos momentos mais difíceis. Vocês estão no meu coração e sou muito grata por ter cada um de vocês na minha vida.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo estudar a construção da identidade institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), como um lugar de memória da cidade. O recorte temporal adotado compreende os trinta primeiros anos da instituição (1991 – 2021). A metodologia utilizada foi um estudo de caso sobre a história da entidade combinado com a revisão bibliográfica e a análise de conteúdo a partir das ações de difusão realizadas. O recorte bibliográfico realizado compreendeu aspectos teóricos da teoria arquivística e da comunicação. Também foi realizada pesquisa documental no subfundo Diretoria do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, provenientes das atividades-meio e fim do Arquivo e também o fundo fechado da Associação Cultural do APCBH. Ainda foram pesquisados materiais externos à instituição, buscando entender a identidade institucional do APCBH. Através da análise realizada percebeu-se que o APCBH, em algumas ações, se coloca como um guardião da memória da cidade. Isso se dá em função de sua posição de pouco destaque dentro da estrutura administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, pela dificuldade em se consolidar como órgão responsável pela gestão de documentos da administração, por precisar utilizar dos projetos de fomentos cultural para desenvolver algumas de suas atividades precisar utilizar a justificativa memorial.

**Palavras-chave:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Identidade institucional. Difusão. Lugares de memória. Identidade local.



## ABSTRACT

This work aimed to study the development of the institutional identity of the Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), as a site of memory of the city. The time frame adopted comprised the first thirty years of the institution (1991 - 2021). The methodology used was a case study on the history of the entity combined with a bibliographic review and content analysis based on the outreach actions carried out. The bibliographic selection carried out included theoretical aspects of archival science and communication theory. Documentary research was also carried out in the subfund of the Directorate of the Belo Horizonte City Public Archive, from the primary and secondary activities of the Archive and also the closed fund of the APCBH Cultural Association. External materials to the institution were also researched, seeking to understand the institutional identity of the APCBH. Through the analysis carried out, it was noticed that the APCBH, in some actions, places itself as a guardian of the city's memory. This is due to its position of little prominence within the administrative structure of the Belo Horizonte City Hall, due to the difficulty in consolidating itself as an agency responsible for the management of administrative documents, due to the need to use cultural funding projects to develop some of its activities and needing to use the memorial justification.

**Keywords:** Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Institutional identity. Archival outreach. Sites of memory. Local identity.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura Organizacional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte .....	103
Figura 2 – Flyer 9º aniversário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.....	105
Figura 3 – Guia de Fundos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte .....	106
Figura 4 – Logo Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte .....	114
Figura 5 – Primeira logo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte .....	126
Figura 6 – Segunda logo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte .....	126

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – Vocabulário de gerenciamento de marca .....	86
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AMA – AMERICAN MARKETING ASSOCIATION

ACAP-BH – ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

APCBH – ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

CCNC – COMISSÃO CONSTRUTORA DA NOVA CAPITAL

CIA – CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS

CODI – CENTRO DE OPERAÇÕES DE DEFESA INTERNA

CONAR – COMISSÃO NACIONAL DE ARQUIVOS

DASP – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

DOI – DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE INFORMAÇÕES

FMC – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL

PBH – PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

SINAR – SISTEMA NACIONAL DE ARQUIVOS

SMAPP – SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

SMC – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

SPHAN – SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

UFSM – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

UNIRIO – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>1 ARQUIVOS PÚBLICOS E A CONCEPÇÃO DE UM ARQUIVO PÚBLICO MODERNO PARA A CIDADE DE BELO HORIZONTE</b> .....	<b>19</b>
1.1 Arquivos Públicos no seu papel social e o conceito de patrimônio cultural .....	19
1.2 Arquivos, memória e lugares de memória .....	36
1.3 Ações de difusão em instituições arquivísticas brasileiras .....	44
1.4 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte .....	55
<b>2 IDENTIDADE INSTITUCIONAL EM ARQUIVOS</b> .....	<b>75</b>
2.1 A evolução do <i>marketing</i> e sua aplicação no âmbito dos Arquivos Públicos .....	75
2.2 Construção e fortalecimento de marca .....	82
2.3 Identidade e posicionamento institucional .....	87
2.4 Identidade institucional em arquivos públicos .....	95
<b>3 O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE E O DIFÍCIL EQUILÍBRIO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E A MEMÓRIA</b> .....	<b>100</b>
3.1 A posição do Arquivo Público da Cidade na política de Memória e Patrimônio Cultural de Belo Horizonte .....	101
3.2 A criação da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte .....	108
3.3 O Arquivo e a memória da cidade .....	116
3.4 Estratégias da comunicação para a identidade institucional do Arquivo .....	125
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

Ao refletir sobre a evolução da teoria das comunicações e da globalização percebe-se as mudanças ocasionadas na sociedade, principalmente no que tange às organizações. Com o desenvolvimento da sociedade, a atuação das instituições passa a ser pesquisada e analisada pelo público. Por isso, cada ação deve ser planejada para que sua história seja constituída positivamente junto ao público. A comunicação se debruça a estudar como essas organizações se posicionam diante da sociedade, os objetivos a serem alcançados e como oferecer produtos e serviços eficientes que atendam as demandas de seu público, nesse cenário incluem-se as instituições arquivísticas. Desta maneira, em consequência da formação da autora em comunicação e em arquivologia, aliado ao seu interesse por assuntos relacionados ao posicionamento de marca, memória institucional e difusão arquivística, esta pesquisa busca convergir estes dois mundos: a comunicação e a arquivologia a partir de um estudo de caso, a construção da identidade institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

Esta pesquisa teve como objetivo estudar a construção da identidade institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ao longo de sua existência. E foi estruturada a partir do seguinte questionamento: como as ações educativas e as atividades de difusão contribuíram para a construção da imagem institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, compreendido como um lugar de memória da cidade? Para isso, foram analisadas as atividades de difusão realizadas pela instituição buscando compreender o posicionamento institucional almejado, relacionando-o como um lugar de memória da cidade. Apesar de a identidade institucional do APCBH não ser constituída apenas pelas atividades educativas e de difusão, optou-se por fazer o recorte da pesquisa sob esse viés por existirem mais documentos para serem analisados e outro motivo é que a área de difusão é um grande interesse de estudo da autora. Com a grande lacuna de estudos na área esse foi um ponto inicial a ser pesquisado e espera-se que, futuramente, novos estudos sob essa perspectiva sejam desenvolvidos.

Dentro deste escopo, o objetivo geral desta pesquisa foi estudar a construção da imagem institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ao longo de

sua história, como um lugar de memória da cidade, com base nas ações educativas e de difusão da instituição. E teve como objetivos específicos investigar o papel social do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte para a cidade a partir do seu contexto de criação; indicar o papel das ações educativas e de difusão para os Arquivos Públicos; discutir as questões conceituais sobre memória, memória institucional e os conceitos básicos de *marketing* e sua aplicação no campo de arquivos públicos; identificar as ações educativas e de difusão desenvolvidas pelo APCBH ao longo de sua história, como parte do processo de construção de identidade institucional e, também, analisar o posicionamento do Arquivo em relação à construção de sua identidade institucional, como um lugar de memória da cidade.

Para desenvolver o problema de pesquisa e os objetivos, geral e específicos, foram necessárias duas grandes etapas. A primeira delas foi a revisão da bibliografia a respeito da teoria arquivística sobre o papel social dos arquivos, das características e diferenças de um arquivo histórico para um arquivo moderno, e das questões relativas à memória, lugares de memória e construção de identidade institucional e coletiva. Também foram estudadas as funções arquivísticas, especialmente a difusão. No que tange à área de comunicação, foram examinados os conceitos e aplicação de técnicas de *marketing*, marca, imagem e identidade institucional e ainda como essas técnicas se aplicam às instituições públicas, especialmente os Arquivos. A revisão bibliográfica permitiu visitar importantes conceitos para a construção da base teórica desta pesquisa e auxiliar na criação de parâmetros para a investigação dos documentos e delineamento da análise do perfil institucional. Por outro lado, a segunda etapa englobou a pesquisa documental feita nos documentos produzidos pelo Arquivo, referentes tanto às atividades-meio quanto às atividades finalísticas.

O estudo da identidade dos Arquivos Públicos é um tema que carece de mais investigação no cenário brasileiro. Não há quantidade significativa de trabalhos publicados sobre, além de ainda existirem várias lacunas a serem exploradas. Também, por permitir uma análise sobre suas ações institucionais refletindo sobre as questões de representatividade dessas entidades e de sua importância para o Estado, para a administração pública e para os cidadãos. Também se espera que este trabalho contribua para que outros pesquisadores se interessem pelo tema e desenvolvam outros trabalhos buscando aumentar a produção científica a respeito do tema.

Dentre os elementos investigados aqui, o posicionamento institucional é responsável por criar uma percepção sobre a razão de ser de uma instituição pela sociedade. É ele o fator encarregado de alinhar os objetivos de uma organização em relação a seu público. Tendo o APCBH como objeto central de estudo dessa pesquisa, o seu posicionamento institucional será analisado a partir das suas ações de difusão, sendo estas atividades encarregadas pela divulgação dos produtos e serviços do Arquivo, desenvolvendo o relacionamento entre instituição e sociedade.

A difusão é a função arquivística que se dedica à comunicação, e à promoção da instituição arquivística e dos acervos custodiados pelo Arquivo, responsável por estabelecer o contato entre o órgão e a sociedade. Para construir um relacionamento mais estreito com os usuários, alguns tipos de atividades podem ser executadas como a produção de exposições, palestras, seminários, instrumentos de pesquisa – como guias e inventários –, entre outros. As ações educativas também se dedicam à divulgação dos conjuntos documentais, através de uma abordagem mais pedagógica, utilizando os documentos como um instrumento para o ensino. É através desse conjunto de atividades realizadas pelos Arquivos que ele se apresenta à sociedade, englobando todos os tipos de usuários da instituição (pesquisador, cidadão e usuários em potencial). Desta forma, as instituições precisam planejar a forma como as ações institucionais serão apresentadas à sociedade e quais serão os pontos sobre sua identidade que deverão ser favorecidos. Assim, elas devem estabelecer estratégias organizacionais alinhadas com sua finalidade institucional, para que o usuário entenda corretamente a imagem desejada. A percepção do público diante da identidade institucional é construída com o tempo, por isso, deve-se adotar uma conduta coerente das ações realizadas, articulada em todos os âmbitos da instituição para que a cultura organizacional seja percebida pelos usuários.

Ao buscar compreender essa relação entre Arquivo e sociedade, é essencial conhecer o lugar das instituições arquivísticas dentro da administração pública. As primeiras instituições que surgiram no país foram estruturadas a partir da lógica de Arquivos históricos, os quais serviam para armazenar grandes quantidades de conjuntos documentais, sendo entendidos como repositórios da memória do Estado e, posteriormente, da memória nacional. O que era diferente do cenário político e social no qual o APCBH foi criado. As transformações do cenário político brasileiro, a



partir de meados da década de 1980, após o término da Ditadura Militar e com a publicação da Constituição Brasileira, chamada constituição cidadã, contribuíram para a busca da transparência do Estado, pautado na abertura dos documentos públicos e garantia de direitos aos cidadãos, dentre eles o direito à memória e à informação. Estas mudanças acarretaram em um movimento para a preservação do patrimônio documental brasileiro, uma das razões para a publicação da Lei de Arquivos (lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991). Nesse cenário de mudanças sociais e políticas, o APCBH começou a ser projetado.

Fundado em 1991, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte esteve vinculado ao órgão municipal de cultura desde a sua concepção. Nas discussões sobre a sua criação, de 1986 até 1990, buscou-se construir “as bases para um arquivo moderno”, àquele dedicado a realizar a gestão de documentos dos órgãos executivos da cidade, sendo capaz de estabelecer critérios para a aquisição, avaliação e eliminação de documentos. Com a criação do APCBH, a cidade passou a ter uma instituição destinada para a guarda e preservação dos documentos produzidos e recebidos pelo executivo, que posteriormente também passou a realizar o mesmo tratamento para o acervo do legislativo<sup>1</sup> de Belo Horizonte, assim como de alguns conjuntos documentais privados de interesse público<sup>2</sup>. A entidade tem sob sua custódia fundos compostos pelos documentos do Poder Executivo e Legislativo de Belo Horizonte, além de algumas coleções.

É pressuposto que, no decorrer de sua existência, a partir de suas atividades de difusão, é possível perceber que o APCBH construiu seu posicionamento, como enquanto instituição arquivística, voltado para a garantia de direitos dos cidadãos e

---

<sup>1</sup> Em 2005 foi firmada a primeira colaboração entre APCBH e Câmara Municipal com o intuito de realizar o recolhimento e tratamento arquivístico dos documentos produzidos pelo órgão legislativo entre o período de 1947 e 2005, criando assim o Fundo da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Posteriormente, novos convênios foram estabelecidos e em dezembro de 2014 é publicado o Convênio de Cooperação Institucional entre a Câmara Municipal de Belo Horizonte e a Fundação Municipal de Cultura a para a realização da gestão documental do órgão. Esse procedimento foi instituído por meio de convênio, uma vez que o APCBH não tem a obrigação legal de realizar a gestão de documentos da CMBH.

<sup>2</sup> A regulamentação das formas de entrada dos documentos privados de interesse público nos arquivos é oriunda dos debates da criação da lei 8.159/1991, a chamada lei brasileira de arquivos, que foi debatida paralelamente à criação do APCBH. Essa discussão nacional sobre os arquivos nutriu os debates sobre a criação deste Arquivo e já foram, em larga medida, incorporadas à legislação de criação do arquivo e da política municipal de arquivos de Belo Horizonte, que trataremos mais adiante.

como lugar de memória da cidade. E, a partir do supracitado, foi analisada a conduta adotada, desde sua criação, ligada à divulgação de sua imagem institucional. Nesse cenário é necessário repensar as ações institucionais, uma vez que as organizações estão sujeitas a várias situações adversas e precisam se manter alinhadas com sua essência. Por isso, é fundamental estudar a imagem institucional das entidades, principalmente, diante da complexidade das engrenagens administrativas.

Na segunda etapa deste trabalho, foi realizada a pesquisa documental, através de consultas ao acervo do APCBH, iniciada pelo arquivo permanente e, posteriormente, pelo intermediário e corrente. Em função da pandemia do Covid-19 e dos protocolos sanitários estabelecidos pelo Arquivo, a consulta ao acervo precisou ser feita seguindo esses moldes, sendo necessário reformular o plano inicial de levantamento dos dados. A coleta dos dados foi realizada na instituição entre setembro e dezembro de 2021. Foi consultado o subfundo Diretoria do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (AP.09.00.00), o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos (SMAPP), a página do Arquivo no Issuu, *site* para compartilhamento de publicações digitais, ao qual o APCBH possui uma conta.

Ao final do levantamento dos dados, eles foram estruturados e analisados a partir da análise de conteúdo. A intenção foi conseguir encontrar um padrão nas ações de difusão que fosse possível compreender a concepção de sua identidade institucional, ao longo da história, através do que foi planejado (dados foram levantados nos documentos de atividade meio da instituição), o do que foi executado (obtido através das publicações da instituição).

Além da análise de conteúdo, buscou-se apoiar em teorias da área de comunicação que versam sobre posicionamento de marca e construção de imagem, almejando compreender a construção da identidade do APCBH. As técnicas da comunicação foram necessárias para relacionar as ações realizadas ao longo da história da instituição estudada em relação aos elementos definidos pela teoria, para assimilar o discurso adotado órgão em sua trajetória.

Diante dos dados encontrados na pesquisa documental, estabeleceu-se que a análise de dos dados seria apoiada em quatro pilares de desenvolvimento: a posição do APCBH na política de memória e patrimônio cultural de Belo Horizonte; A criação

da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; o Arquivo e a memória da cidade e estratégias da comunicação para a identidade institucional do Arquivo. Ao longo do primeiro e segundo capítulos, serão abordados aspectos teóricos que amarram essa narrativa e justificam essa estrutura supracitada para a análise dos dados.

Desta forma, todos estes elementos serão desenvolvidos em três capítulos. O primeiro foi dedicado às questões teóricas referentes aos arquivos públicos, sua importância social e uma breve recapitulação sobre o desenvolvimento da arquivologia no Brasil e questões referentes à preservação do patrimônio documental. Com um segundo tópico dedicado à memória, os lugares de memória e suas inter-relações com os Arquivos. E, por fim, uma seção será dedicada à difusão, enquanto função arquivística e como ela se relaciona entre Arquivo e sociedade, bem como a apresentação do objeto deste estudo de caso, o APCBH. O segundo capítulo foi estruturado pensando nas estratégias de *marketing*, marca, posicionamento e identidade de marca e, também, nele serão apresentadas as inter-relações entre os arquivos e a importância da utilização dessas técnicas de comunicação para o fortalecimento institucional. O terceiro capítulo apresenta o escopo da pesquisa documental, apresentando os dados colhidos e desenvolvendo a análise dos mesmos. Finalmente, foram apresentadas as considerações finais provenientes do processo de pesquisa.

## **1 ARQUIVOS PÚBLICOS E A CONCEPÇÃO DE UM ARQUIVO PÚBLICO MODERNO PARA A CIDADE DE BELO HORIZONTE**

Esse capítulo dedica-se a abordar o cenário no qual foi constituída a história do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e as narrativas construídas sobre a instituição. Várias delas, escritas pelos técnicos que passaram pela casa ao longo de seus primeiros trinta primeiros anos. Para tanto, é interessante compreender o papel que os arquivos públicos têm na sociedade e suas funções. Por isso, esse capítulo será composto por quatro seções. A primeira delas se debruça a fazer uma breve recapitulação sobre a função social dos arquivos, as relações entre transparência e opacidade do Estado, e sua relação com a criação de um arquivo moderno. Na segunda seção, serão abordadas as questões pertinentes à memória, às relações entre a preservação do patrimônio documental para a construção da memória, e às ligações entre identidade, memória social e lugares de memória. A terceira seção abordará as funções das ações de difusão, nos arquivos públicos, em geral. Por fim, a última seção do capítulo se ocupará a contar um pouco da história do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, e um resumo de seus projetos de difusão ao longo de sua trajetória.

### **1.1 Arquivos Públicos no seu papel social e o conceito de patrimônio cultural**

Nessa seção será discutido o papel que assumem as instituições arquivísticas diante da sociedade e quais os benefícios que elas trazem para os cidadãos. O principal objetivo aqui é perceber o posicionamento institucional do APCBH ao longo de sua história. Mas, para que essa análise seja concluída, é necessário rever as pretensões almejadas e o que isso significa dentro do contexto histórico e social. A instituição foi fundada sob uma perspectiva de um arquivo moderno, que, dentre

outros aspectos, compreende aqueles que tem como perspectiva trabalhar com o ciclo de vida dos documentos<sup>3</sup> e a implantação da gestão de documentos<sup>4</sup>.

Mas, antes de tratar propriamente sobre as questões pertinentes ao APCBH, será feita a contextualização geral sobre a história dos arquivos e da arquivologia desde o século XIX. O objetivo aqui, entretanto, não é recapitular toda a história arquivística dos últimos dois séculos. Serão pontuados pontos importantes para o contexto histórico e social sobre o papel dos arquivos, justificar algumas questões pertinentes à difusão e acesso, que será pormenorizada adiante, assim como para fazer uma contextualização sócio-temporal em relação aos moldes de criação do Arquivo, no início da década de 1990.

Então, inicialmente, cabe trazer ao leitor uma breve discussão sobre patrimônio cultural. Este termo será utilizado ao longo do texto e está intimamente ligado com o desenvolvimento de alguns temas dentro da arquivologia, caminhando com o desenvolvimento da disciplina no Brasil. Além disso, as discussões patrimoniais estão no cerne do pensamento social durante o processo de idealização do APCBH. Tópico este que retornaremos mais adiante. Por enquanto, vamos nos ater ao conceito de patrimônio cultural.

Para começar, voltemos a menor e inicial parte: os documentos. Bellotto (2014), através do texto abaixo, explicita a relação dos documentos com o patrimônio, e a finalidade dos documentos dentro do contexto administrativo e de produção documental.

---

<sup>3</sup> O ciclo de vida dos documentos, segundo Bellotto (2006), compreende as três idades que o documento arquivístico passa, desde sua criação até a eliminação ou preservação permanente. A primeira é a fase corrente, que está ligada ao uso administrativo/jurídico e tramitação ligada aos fins de sua criação. A segunda idade é a intermediária, nela os documentos já passaram o prazo de validade administrativa/jurídica, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. Normalmente, é nessa fase que os documentos passam pela avaliação, recebendo sua destinação final, a eliminação ou a preservação permanente. Já na última idade, os documentos que possuem valores probatório e informativo são recolhidos ao arquivo permanente e são preservados para fins de uso científico e social.

<sup>4</sup> A Lei Municipal nº 5.899 de 20 de maio de 1991, que dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências, define gestão de documentos no seu Art.3º, como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua tramitação, avaliação e arquivamento, em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.”.

Os documentos que se acham nos arquivos públicos foram criados por razões administrativas, jurídicas, técnicas, científicas etc. e que, considerados de valor informacional permanente dentre os que foram criteriosamente eliminados, foram preservados, passando a integrar o patrimônio cultural na categoria de patrimônio documental de uma comunidade, região ou país. (BELLOTTO, 2014, p.187).

Essa noção sobre o patrimônio cultural se faz necessária para a melhor compreensão da função social dos arquivos, e como esta discussão foi evoluindo no cenário brasileiro. Recapitular essa discussão nos permite compreender, em parte, o cenário de debates públicos que se desenrolam na sociedade na época no decurso da criação do APCBH. Sendo assim, Bellotto (2014), define que:

Os acervos documentais permanentes são patrimônios documentais e integram o patrimônio histórico. Este é considerado, por alguns autores, como um segmento do patrimônio cultural de uma nação ou de um povo. Mas, com a diferença de que os elementos do patrimônio cultural estão em constante produção e em uso imediato, enquanto os elementos do patrimônio histórico são produtos acabados. São, mais que tudo, testemunhos, provas e, frequentemente, restam apenas amostras daquilo que já fora utilizado dentro da finalidade imediata de criação. Assim o conteúdo formal e informativo dos arquivos permanentes/históricos é patrimônio histórico/ cultural, tanto quanto o patrimônio edificado. (BELLOTTO, 2014, p.187).

De acordo com Bellotto (2014), os bens culturais são o produto de um conjunto de atos desenvolvidos por conjuntos sociais que transparecem através deles sua peculiaridade e singularidade. Eles são capazes de representar, conservando as características únicas de quem a produz e devem ser conservados, passados o seu valor utilitário, pelo seu valor de fruição.

Por sua vez, Cougo Júnior (2020) faz uma extensa discussão sobre o conceito de patrimônio, recapitulando como este termo foi ganhando importância e complexidade ao longo dos séculos, especialmente, a partir do momento que passou a ser atrelado ao termo “cultural”. O autor também salienta que é a partir desse ponto que o termo passa a ser atrelado a outros conceitos, como identidade e memória, os quais estão intimamente ligados ao objetivo desta pesquisa. Seguindo, o autor assume que esse método classificatório tem sua importância ao conseguir sustentar uma noção que perpassa por diversas áreas do conhecimento, que de acordo com o entendimento de Cougo Júnior (2020, p. 33), citando Llorenç Prats (2000), está atrelado a tudo o que é apropriado à preservação independente de seus usos. “Ao fim, entretanto, defini que o ato de atribuição de significados culturais a objetos utilitários convertidos em patrimônio cultural seria denominado de “patrimonialização” [...]”

(COUGO JÚNIOR, 2020, p. 33). Em suma, a ideia geral é de que o significado de patrimônio é uma construção simbólica desenvolvida coletivamente, mas que também não pode ser elaborado separadamente da identidade dos indivíduos que os constrói. Desta forma,

[...] entender o patrimônio é entender sua significação simbólica, o que significa que é um marcador da identidade coletiva de um grupo social, mas também é entender seu processo de construção, ou de enunciação, chamado de patrimonialização. O patrimônio não é um objeto, não preexiste e, portanto, não pode ser estudado de forma “objetiva”. Por isso, deveria considerar-se que se trata, então, de estudar um fenômeno, pelo qual se propõe trabalhar desde um enfoque fenomenológico. (ibidem, p. 10, tradução nossa). (DORMAELS, 2011, p. 9-10 *apud* COUGO JUNIOR, 2020, p. 35).

Ribeiro e Cruz (2021) registram que ao inserir o termo cultura dentro desse debate, ela deve ser “entendida como modelos de organização simbólica do gênero humano, construída historicamente de forma dinâmica e ininterrupta, ampliando seu construto a partir dos saberes de grupos, de uma sociedade ou sobre outras sociedades.” (RIBEIRO; CRUZ, 2021, p. 211-212). Da mesma maneira, Barbosa (2013) também compreende as questões patrimoniais como um processo construtivo, não só a respeito de suas definições, mas como também houve um crescimento nas discussões a respeito do tema no Brasil. Ressalta que a mudança de paradigma no entendimento do conceito de patrimônio está atrelada às questões sociais. Sendo que o processo de valorização patrimonial passou a ser representado também a partir do desejo das grandes massas, deixando de atender exclusivamente aos interesses de uma elite. Além disso, a autora ressalta a necessidade do desenvolvimento de “[...] políticas voltadas ao patrimônio cultural para além da proteção física do bem. Dessa forma, deve haver políticas preocupadas em fomentar a publicização dos acervos, revertendo para a sociedade o patrimônio que é de todos.” (BARBOSA, 2013, p.18).

O arquivo permanente público, principalmente o municipal ao ser o repositório do patrimônio histórico documental é o principal testemunho da história local. O conjunto formado por seus fundos arquivísticos e pelos demais bens culturais produzidos no decorrer da evolução de determinada comunidade constitui o patrimônio cultural dessa mesma comunidade. A preservação do patrimônio cultural significa a preservação da memória de toda uma sociedade que tenha produzido e acumulado aquele patrimônio, que é a soma de todos os saberes, fazeres e comportamentos e experiências que, a partir dos seus objetos, registros e produtos concretos foram produzidos no evoluir dessa sociedade. (BELLOTTO, 2014, p.135-136).

Torre (2019, p. 105) tem o entendimento de que o patrimônio cultural pode ser compreendido através da atribuição de sentido de determinados bens pela sociedade,

compartilhados através do tempo e gerações e, por isso, devem ser desfrutados pela sociedade como parte constituinte de sua história. Também defende a compreensão de patrimônio cultural “[...] como fonte para a constituição de identidades, e a forma como refletimos sobre ele, atribuindo-lhe diferentes significados, é essencial para a construção da nossa memória e identidade histórica.” (TORRE, 2019, p. 105). Assim, a autora destaca como o exercício de fomento da cidadania é essencial para consolidar o sentimento de responsabilidade em relação à preservação do patrimônio, e como a educação é fundamental para que esse caminho seja seguido e consolidado, firmando as identidades e memórias.

Já o patrimônio documental seria o referente aos acervos dos arquivos permanentes/históricos, sendo parte bastante significativa do patrimônio histórico. Fazem parte do patrimônio documental os que já cumpriram a sua função imediata, ligada à razão pela qual foram gerados, que já não tramitam mais; que já passaram pelo arquivo corrente e já foram submetidos à tabelas de temporalidade pelas quais foram avaliados como de valor permanente, pela densidade de seu valor informativo testemunhal, tanto para a história institucional da entidade que os produziu/ recebeu/ acumulou, como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou aquela instituição. Esses documentos formam conjuntos que, reunidos nos arquivos permanentes, também chamados de históricos vêm a constituir o patrimônio documental institucional, provincial/ estadual ou nacional. (BELLOTTO, 2014, p. 137).

Considerando esse cenário, a autora defende que as instituições devem desenvolver políticas pertinentes para que o cidadão possa desfrutar desse patrimônio. Estas ações devem ser elaboradas dentro das políticas de difusão e educação patrimonial, especialmente, para que o cidadão compreenda que também estão nos documentos as bases da identidade de uma comunidade. “[...] São os arquivos municipais os mais adequados para levar avante o empreendimento, justamente, por serem os que mais de perto acompanham a vida do cidadão.” (BELLOTTO, 2014, p.138).

Uma questão que pode ser levantada dentro do contexto exposto por Bellotto (2014) é a diferença entre o patrimônio documental e o patrimônio cultural, que não devem ser compreendidos como sinônimos. Como será abordado mais a frente no texto o patrimônio cultural é um conceito mais amplo e não se refere somente às questões documentais. Essa questão, inclusive, é interessante de ser questionada pois dentro da concepção abordada aqui o patrimônio documental está dentro do universo do patrimônio cultural. Muitas vezes, essa situação descaracteriza a natureza



administrativa e instrumental dos documentos reconhecendo-os somente por sua característica cultural.

Outro ponto a ser ressaltado aqui é a Revolução Francesa, marco histórico em que essa noção de patrimônio nasce. Pois “[...] para o Estado moderno, a guarda de documentos e objetos que pudessem contar a história da nação, especialmente dessa ‘nova era’, impulsionou a criação de instituições responsáveis pela preservação do patrimônio nacional.” (BARBOSA, 2013, p. 19). Jardim (1995) pontua que foi no século XIX que o conceito de patrimônio histórico/cultural passou a ser desenvolvido no Brasil, quando o Estado começa a estruturar a organização de uma memória nacional, pautada em ideologias e tradições que juntas viriam a moldar a concepção de uma identidade nacional. O autor ainda ressalta que se deve ter cuidado ao traçar esses ideais, para que esse patrimônio não seja apenas um agrupamento vazio de sentido.

Assim como Jardim (1995), Cougo Júnior (2020) ressalta que a preocupação com a preservação do patrimônio documental brasileiro se deu a partir de um processo de construção e desenvolvimento das teorias e técnicas arquivísticas. Num primeiro momento, os profissionais brasileiros estavam mais preocupados com outros assuntos referentes aos arquivos, como a avaliação e o recolhimento, entre outros. Aos poucos, as questões de preservação do patrimônio documental que se construía passavam a figurar nos debates acadêmicos da área.

Retrocedendo um pouco, Santos (2010) afirma que o ponto de partida à abertura dos arquivos para a sociedade é a Revolução Francesa, ao passo que, anteriormente a este evento histórico, os documentos ainda eram restritos ao uso e acesso da administração. A partir deste marco, começou-se a desenvolver um conceito importante para a gestão de documental, distinguindo os documentos que eram indispensáveis para a execução das atividades administrativas e os que já não cumpriam mais este papel, mas conservam ainda seu cunho histórico-cultural, possibilitando pesquisas posteriores. “[...] Durante a Revolução Francesa proclamou-se um princípio fundamental que só algumas décadas depois teria desdobramentos: o de que arquivos, propriedade da Nação, deveriam ser postos à disposição do cidadão.” (SANTOS, 2010, p. 67).

A transferência dos documentos e consequente incorporação destes nos Arquivos acarretou problemas de organização do acervo, ao passo que neste período começaram a ser pensados os primeiros esquemas de organização dos documentos que facilitassem a busca e recuperação da informação. A racionalização da organização documental, que foi um grande problema para a França, resultou na perda do contexto de produção, o que não ocorreu em outros países europeus, como no caso da Grã-Bretanha. Nesse contexto, as pesquisas nos Arquivos se tornaram mais populares, e a prioridade da época era a capacitação de profissionais, a preservação e acesso aos acervos (SANTOS, 2010).

Os preceitos pertinentes aos Arquivos, defendidos na Revolução Francesa, se reforçam com a virada do século XIX para o século XX, uma vez que é possível perceber na “[...] proliferação e no desenvolvimento de arquivos com a finalidade de incorporar documentos de interesse histórico, já que não estamos na presença de organismos que produzem e/ou recebem documentos no decurso de suas atividades.” (SANTOS, 2010, p.70). Todavia, com o desenvolver do século, principalmente após meados da década de 1940, há um desenvolvimento tecnológico, acarretando o aumento da produção documental e trazendo novas preocupações para os Arquivos (Santos, 2010). Durante esse período,

[...] pós Segunda Guerra Mundial, de grande desenvolvimento tecnológico, da institucionalização da Ciência da Informação, da valorização das chamadas Ciências Sociais e do crescimento na produção de informação científica vem como as produzidas nas estruturas administrativas. [...] Essa atribuição de “Moderna” resulta de uma nova realidade que se apresenta ao campo dos arquivos, isto é, a importância e a preocupação com os documentos administrativos, definidos pelos pensadores da Arquivologia à época como “documentos modernos”, visto que eram aqueles recém-produzidos e em grandes quantidades, diferente da concepção vigente em cujo foco estavam documentos considerados históricos e através do qual as teorias, Funções e Princípios da Arquivologia vinham sendo construídos.(SCHMIDT, 2012, p. 146-147, grifos do autor).

Essa expansão é impulsionada com a publicação de periódicos e revistas da área, com a criação de associações profissionais e promulgação de legislação específica, entre outros fatores. Dentre eles, está a criação da revista *Archivum*, produzida pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) (SCHMIDT, 2012). Também é nessa época que se consolida a perspectiva americana do *record group*, uma adequação da realidade administrativa do país ao conceito de proveniência pregado na Europa, influenciando a criação do *records management*, que previa a intervenção

desde a fase inicial dos documentos – produção e tramitação (SANTOS, 2010). Desta maneira, a aprovação da lei americana de arquivos, determina a separação entre *Records Management* (que se refere à aplicação de métodos para controle administrativo) e os *Documents* (entendidos como os documentos históricos, que eram utilizados para pesquisas e acesso). O “desenvolvimento deste modelo americano resultou na cisão entre os *records* e os *archives*, o que para muitos teóricos da Arquivologia é o que influencia, de maneira significativa, as mudanças vivenciadas pela área no período pós Segunda Guerra Mundial” (SCHMIDT, 2012, p. 151).

Com o desenvolvimento tecnológico, nesse contexto do pós-guerra, acontece uma explosão na produção documental, o que acarreta em novos desafios para a organização, guarda e recuperação da informação nos documentos produzidos. Como esforços resultantes da Comissão Hoover, criada em 1947, é apresentado por Ernest Posner e T. Schellenberg a teoria do Ciclo Vital dos Documentos. As novidades trazidas por esta teoria são as “maneiras de contemplar a administração dos documentos recém-criados dividindo-os em etapas cuja sua utilidade vai determinando o seu valor” (SCHMIDT, 2012, p. 152), assim, sua principal contribuição é a racionalização das etapas que envolvem o documento desde sua produção até sua destinação final, garantindo que os documentos passem pelo tratamento adequado em todas as idades (SCHMIDT, 2012).

Em relação ao contexto nacional, por muito tempo, o acesso aos documentos – custodiados no Arquivo Nacional do Brasil, principal instituição arquivística do país – era feito somente nos arquivos permanentes e podia ser consultado por pessoas que tivessem autorização para fazê-lo. Ou seja, mesmo que o acesso fosse concedido ao público era controlado de acordo com os desejos do Estado (ESTEVÃO, FONSECA, 2010). “[...] De fato, instalações exclusivamente destinadas à consulta e pesquisa existirão somente no século XX, quando o Arquivo deixa de ser abrigado em prédios cedidos temporariamente e passa a dispor de uma sede própria.” (ESTEVÃO, FONSECA, 2010, p. 84).

Após a Revolução de 1930, o Brasil passou por um processo de reestruturação do Estado, criação e ampliação de novos setores, contratação de servidores públicos, entre outros aspectos. Durante a Era Vargas (1930-1945) também foi criado, em 1938,

o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que ao longo de suas atividades “[...] recebeu amplos poderes para racionalizar a administração federal e organizar o orçamento, mas teve suas atribuições limitadas, em razão da forte oposição do ministério da Fazenda que temia a diminuição dos seus poderes.” (SANTOS, 2010, p.78). Além disso, o DASP foi o órgão responsável por racionalizar a administração, empregando a imparcialidade para as ações administrativas. “[...] Com a criação do DASP, o governo pretendeu estimular, desenvolver e coordenar esforços no sentido de racionalizar e aperfeiçoar a ação do Estado no âmbito da administração geral.” (SANTOS, 2010, p. 79).

Barbosa (2013) afirma que, no Brasil, o primeiro órgão criado voltado para a preservação do patrimônio nacional aconteceu também na Era Vargas (1930 – 1945), com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Contudo, ao direcionar “[...] esforços por uma cristalização da identidade nacional, baseada em uma concepção linear e homogênea do termo *Cultura*, deixaram marcas irreparáveis para a memória coletiva do país” (BARBOSA, 2013, p.20). A autora ainda complementa que, na tentativa de desenvolvimento de uma identidade nacional que validasse a presença do Estado como ponto basilar dessa construção, outros aspectos importantes foram deixados de lado, criando esquecimentos na memória nacional, como já havia previsto Jardim (1995).

Nos anos de 1950, o processo de modernização continuava, tanto nas atividades-meio da administração pública, com o treinamento dos funcionários públicos e aperfeiçoamento dos processos, quanto nas atividades-fim, principalmente com o projeto de expansão econômica encabeçada por Juscelino Kubitschek (1955 – 1961). Já em 1964, acontece a instauração do Regime Militar no Brasil, após o golpe contra o Estado (Santos, 2010). Esse período voltava-se para o desenvolvimento do país focado na segurança. Contudo, para o regime autoritário “a ciência, a tecnologia e a informação, nesses anos, passaram a ser consideradas como elementos vinculados à segurança nacional e, portanto, deveriam ser controladas pelo Estado.” (SANTOS, 2010, p. 95).

Desde 1964, foram diversas medidas restritivas direcionadas ao acesso dos documentos produzidos pelo poder público, classificando uma série de documentos

como sigilosos. Além disso, no governo Médici, iniciado em 1969, outras medidas mais restritivas foram tomadas, como a criação do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e o Departamento de Operações de Informações (DOI), órgãos especializados no controle de informações e manutenção da segurança nacional, oprimindo opositores do regime em vigor (FRANCO, 2017).

Por outro lado, a década de 1970 trouxe grandes evoluções em alguns campos, e foi de extrema importância para a arquivologia no país. Dentre os avanços estão a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, a realização dos primeiros congressos da área, o reconhecimento do curso de arquivologia a nível de graduação, a criação dos três primeiros cursos universitários de arquivologia no país (UNIRIO, UFF e UFSM), a criação do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e da Comissão Nacional de Arquivos (CONAR), o IPHAN<sup>5</sup> passa também a ter a atribuição do trato de documentos (FRANCO, 2017).

Os avanços citados por Franco (2017) têm seu reconhecimento dentro do contexto em que foram ocorridos. De alguma maneira tiveram sua contribuição para o desenvolvimento da área arquivística, mas pouco desses marcos foram efetivos e são remanescentes até hoje, como é o caso dos cursos que se mantêm e até tiveram ampliação com o REUNI em 2009. Já a Associação dos Arquivistas Brasileiros e o Congresso Brasileiro de Arquivologia foram extintos, o que reflete um pouco sobre a força das associações profissionais da área e até mesmo o reconhecimento da profissão no Brasil. O Sistema Nacional de Arquivos apesar de ainda existente não é efetivo na prática. E também a relação controversa com o IPHAN e as questões patrimoniais/culturais que permeiam os arquivos.

Com o início da década de 1980, uma nova expectativa torna-se realidade no país. Um pedido por mudanças e outras perspectivas sociais, políticas e econômicas, culminando no movimento de *Diretas Já*, que reclamava os direitos pelo voto direto

---

<sup>5</sup> Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Era Vargas, como uma das ações realizadas no período para o fortalecimento da preservação do patrimônio nacional. Ao longo dos anos e das mudanças políticas o órgão passou por algumas modificações em suas atribuições, estrutura, entre outros. Somente em 1994 o, então, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural -IBPC passa a ser chamado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, através da medida provisória nº610 de 08 de setembro de 1994. Ver *site* IPHAN.

nos representantes públicos. “[...] De fato, em 1985, como o regime militar brasileiro implantado em 1964 chega formalmente ao fim, inicia-se a redemocratização institucional do país” (FRANCO, 2017, p.327). Em 1988 é lavrada a Constituição Federal, garantindo direitos fundamentais a todos os cidadãos. Também inclui os documentos como parte do patrimônio cultural brasileiro e sua proteção (BRASIL, 1988).

As transformações, ocorridas nos últimos dois séculos e meio, modificaram completamente o funcionamento social e as relações entre sociedade e Estado. O uso e compartilhamento da informação passou a ser peça estratégica e fundamental para a gestão administrativa como meio para igualdade social e democrática, tendo como finalidade alcançar o cidadão (JARDIM, 1999). “O grau de democratização do Estado encontra, na sua visibilidade, um elemento balizador: *maior o acesso à informação governamental, mais democráticas as relações entre o Estado e sociedade civil.*” (JARDIM, 1999, p. 49, grifos do autor). Uma das formas de se manter a transparência das ações administrativas é tornar públicas as atividades realizadas, por isso, os Arquivos assumem um papel importante dentro da estrutura burocrática ao gerir, guardar e dar acesso a essas informações (JARDIM, 1999).

Segundo Jardim (1995, p. 58) a vocação autoritária do Estado brasileiro tem sustentado a precária sobrevivência das diversas instituições públicas voltadas para o patrimônio documental. Como equipamento governamental, os arquivos públicos brasileiros subsistem como instituições voltadas quase exclusivamente para a guarda de documentos considerados, na maior parte das vezes sem critérios científicos, como de valor histórico. Ainda segundo o autor (1995, p.58) o processo de monumentalização dos acervos e documentos históricos e a negligência de seus aspectos informacionais nortearam parcela significativa das instituições arquivísticas públicas até os anos 80, quando assistimos algumas iniciativas que apontavam para uma mudança desse quadro (SANTOS, 2010, p. 107).

Ao questionar o lugar dos arquivos públicos dentro da estrutura administrativa brasileira, Jardim (1995, p.7) apresenta, inicialmente, que eles foram estruturados a partir de uma lógica de Arquivos históricos, ou seja, serviam como “[...]repositórios de uma memória tida como forjadora da identidade nacional.”. Além disso, o autor caracteriza-os como organizações que, fundamentalmente, eram “[...] voltadas quase exclusivamente para a guarda e acesso de documentos considerados, sem parâmetros científicos, como de valor histórico, ignorando a gestão de documentos correntes e intermediários na administração que os produziu.” (JARDIM, 1995, p.7).

Dentre pontos definidos, por Jardim, como um ideal de configuração institucional de um Arquivo Público, é ressaltado "[...] os documentos devem ser recolhidos sistematicamente ao arquivo público, segundo critérios precisos de avaliação e seleção de documentos, garantindo a preservação do patrimônio informativo governamental e da sociedade" (JARDIM, 1990, p.16), assegurando que os gastos empregados para manter tais entidades em funcionamento sejam utilizados para garantia das exigências administrativas de forma eficiente e econômica, respondendo às expectativas do Estado e da sociedade (JARDIM, 1990).

Outro ponto, que é importante considerar, é que as instituições públicas fazem parte das estruturas sociais, políticas e econômicas nas quais vivemos.

Um consenso no âmbito da comunidade arquivística internacional que, modernamente, um arquivo público tem como objetivo primeiro e fundamental a preservação sistemática dos documentos governamentais, visando facilitar a eficiência das operações da administração pública, a pesquisa científica, a proteção do direito dos cidadãos e o desenvolvimento da identidade nacional, local ou regional baseado nos arquivos como memória coletiva da nação, do estado ou cidade. (JARDIM, 1990, p.15).

Duchein (1978) aponta também a importância do trabalho dos arquivistas para a preservação dos documentos no futuro. Pois é através do trabalho destes profissionais que pode ser executado o processo de avaliação e preservação documental, garantindo o acesso futuro aos cidadãos. Além disso, o autor também identifica quatro funções sociais inerentes às instituições arquivísticas. A primeira delas é a garantia de direitos do cidadão através da concessão de acesso aos documentos públicos. Uma vez que o Estado é o órgão regulador da vida em sociedade, e através do desenvolvimento da burocracia, cada vez mais são produzidos documentos que permeiam a vida do cidadão. A segunda função apresentada está ligada à preservação de documentos técnicos e à responsabilidade que o Estado tem sobre eles. Com Belo Horizonte sendo uma cidade planejada, por exemplo, o poder público deve zelar pelos conjuntos documentais a respeito da criação da cidade, onde constam plantas topográficas, hidrográficas, arquitetônicas, entre outros. Já a terceira função citada por Duchein (1978) está direcionada à economia de pesquisa, de tempo ou financeira, que os arquivos podem proporcionar, uma vez que eles fornecem subsídios adequados caso existam. E a última função descrita pelo autor é a utilização dos arquivos como fonte de tomada de decisão.

Desde que ações parecidas foram executadas anteriormente e obtiveram sucesso, os documentos podem embasar as tomadas de decisão poupando tempo e esforço.

Delmas (2010), por sua vez, também aponta quatro funções sociais que os arquivos apresentam, que apesar de serem na mesma quantidade, são aspectos diferentes. O primeiro deles é o direito de provar. Assim como Duchein (1978), Delmas (2010) reforça a necessidade de o Estado assegurar a garantia de direitos dos cidadãos através dos documentos, por isso é imprescindível o acesso a eles. O segundo aspecto é definido pelo autor como o benefício de lembrar-se, lembrar dos atos já executados e utilizar destes como expertise para agir novamente. A terceira está ligada à compreensão, conhecer o que já foi feito para conseguir progredir. E a última, é identificar-se através da memória e transmitir os valores para manutenção da identidade social.

Diante desse cenário, é válido relembrar as palavras de Bellotto (2014, p.179) de que “arquivos existem para que as ações administrativas, jurídicas, técnicas, científicas, etc. sejam conhecidas, sejam cumpridas se for o caso e, sobretudo, sejam provadas”, ressaltando o caráter instrumental e probatório para o qual os documentos são produzidos. Pois eles são “[...] instrumentos insubstituíveis para uma administração e integram os mecanismos de decisão e de ação e, nesse sentido, deveriam ter lugar nas políticas públicas de desenvolvimento” (BELLOTTO, 2014, p.181). Também são úteis para os cidadãos, no que se refere à instrumentalização dos direitos e deveres do homem, e também uma “forma lúdica e prazerosa, dentro das atividades culturais e educativas dos arquivos históricos, forma agradável de inteirar-se da identidade de sua comunidade” (BELLOTTO, 2014, p.181). Outro fator destacado pela autora é o uso acadêmico dos arquivos: “[...] a historiografia é construída com base nos documentos que estão no arquivo. É o que se chama utilização científica do arquivo.” (BELLOTTO, 2014, p.181).

Nesse mesmo caminho, Duchein (1978) destaca o peso que a evolução da tecnologia teve para os arquivos. Quanto mais avançadas as técnicas para a criação de documentos, uma maior multiplicidade de gêneros documentais passou a existir e, conseqüentemente, o seu acúmulo excessivo. Delmas (2010), ainda acrescenta a necessidade de conservação dos arquivos, ressaltando que quanto mais desenvolvida



é uma sociedade, “[...] mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam seus arquivos.” (DELMAS, 2010, p. 19).

Jardim (1995), entretanto, apresenta sua crítica às instituições arquivísticas brasileiras que, por vezes, são voltadas essencialmente para a guarda documental, deixando de lado o tratamento técnico necessário para a gestão dos documentos produzidos pela administração pública, sendo atribuído pelo autor o status de arquivos “históricos”. Ao final de sua reflexão, reitera que a gestão de documentos plena – desde a criação, até a destinação final – é a única saída para a racionalização da construção do patrimônio documental e, conseqüentemente, para o alicerce da construção da memória. Tendo esse cenário em vista, a discussão apresentada por Duchein (1978) vai ao encontro com a necessidade de racionalização da guarda dos documentos, destacando o processo de avaliação arquivística como a melhor opção para alcançar tal objetivo, mesma bandeira levantada por Jardim (1995) ao defender a racionalização da guarda dos documentos arquivísticos nos arquivos públicos.

Constituindo os arquivos permanentes, estes documentos têm sua guarda pelas instituições arquivísticas públicas justificada em dois aspectos. De um lado, em função do uso desses documentos para a pesquisa científica e, de outro, como fator de testemunho das ações do Estado e garantia de direitos dos cidadãos. Com frequência, estas práticas buscam legitimar-se no discurso da preservação do patrimônio histórico e democratização da memória nacional. (JARDIM, 1995, p. 3)

Contudo, o autor ressalta a relevância de uma reflexão a respeito da construção desse patrimônio, para que ele não seja um agrupamento meramente ficcional de uma ideia de nação. Por isso, reitera que o patrimônio não é um depósito da memória, e que os conjuntos documentais devem ser conservados, respeitando as idades documentais e, principalmente, o processo de avaliação. A discussão a respeito da formação do patrimônio documental, proveniente da função social dos arquivos, acaba se enveredando para os caminhos da memória.

É proveitoso fazer um paralelo com as afirmações de Jardim em 1995 e com a realidade arquivística que encontramos até hoje no Brasil. Em 1995, apenas 4 anos depois da promulgação da Lei nº 8.159 de 1991 pouca coisa havia caminhado em relação a gestão de documentos por parte dos arquivos públicos. Jardim (1995) critica essa relação pouco ajustada ao cenário que tinha sido cunhado em 1991, o de se

fazer a gestão dos documentos públicos. Apesar de algumas conquistas, ao longo dessas quase três décadas, a realidade exposta em 1995 por Jardim não é muito diferente da que encontramos hoje. Tivemos várias mudanças de pastas administrativas do Arquivo Nacional, principal instituição arquivística do país, e que, em sua maioria, acarretou na precarização da instituição. A frequente associação dos Arquivos à área cultural traz algumas consequências graves para a realidade arquivística brasileira, como a diminuição de recursos públicos, como a atribuição meramente cultural dos documentos, entre outros aspectos. Dessa forma, a mudança da realidade já criticada por Jardim em 1995 fica mais distante, ainda nos dias de hoje.

Ainda dentro dessa perspectiva, vale apresentar discussões mais recentes sobre o lugar dos Arquivos dentro da estrutura administrativa do país. Chaves (2020) desenvolve um raciocínio comparativo entre museus e Arquivos a respeito dos lugares ocupados por essas instituições, e faz apontamentos sobre o papel da difusão arquivística e sua relação com a construção do patrimônio histórico cultural. O autor já introduz sua ideia recapitulando os cenários adversos enfrentados pelos Arquivos ao dizer que “[...] são inúmeras as modalidades e estatutos de instituições arquivísticas e serviços de arquivos em organizações, com dimensões estruturais, administrativas e de recursos bastante diversas. O grau de autonomia de gestão político-administrativa entre elas varia muito [...]” (CHAVES, 2020, p.78).

Para desenvolver seu raciocínio, Chaves (2020) relembra as distinções dos Arquivos ao citar que eles “[...] possuem função e finalidade distintas, pois resultam do acúmulo “natural” de registros das atividades de pessoas físicas ou jurídicas. Arquivos existem e precisam, necessariamente, ser mantidos em todas as instâncias da administração pública.” (CHAVES, 2020, p.80). Ao contrário dos museus que estão diretamente ligados às atividades de difusão, e se enquadram perfeitamente nos equipamentos culturais. Contudo, esse raciocínio não se aplica completamente aos Arquivos, pois, “[...] este é, antes de tudo, equipamento de gestão, guarda e preservação de documentos, de acesso para prova de direitos ou testemunho de fatos, de apoio à administração (no caso dos arquivos públicos) e também fonte importante para produção de história e memória organizacional.” (CHAVES, 2020, p.80). Ainda que apresentem essas particularidades quanto à formação do seu acervo e sirvam como instrumento administrativo, os Arquivos também possuem características

culturais, ao passo que são fundamentais para a produção de conhecimentos passados e formação da memória.

Decorrente desse aspecto aparentemente híbrido, de difícil classificação, do ponto de vista administrativo, gestores públicos, não raro enfrentam esse instigante e difícil dilema: onde vincular o Arquivo Público? No panorama nacional, a grande predominância ainda é na área de cultura, resultante do movimento de inércia da nossa história administrativa. Porém, apenas a título de exemplo, encontram-se arquivos atrelados administrativamente às pastas da Justiça e Segurança Pública (Arquivo Nacional do Brasil); Secretaria de Gestão (Órgão Central de Gestão Documental da Prefeitura de São Paulo); Secretaria de Administração (Barueri, São Paulo) Secretaria de Governo (Estado de São Paulo).

De qualquer forma, para nos desviarmos dessa pendenga alheia aos propósitos deste texto, limitemo-nos à formulação genérica de que o Arquivo Público requer o lugar estratégico da esfera mais alta na gestão pública, de preferência não vinculado à função cultura, a menos que se trate de “arquivo histórico”, o que entendo significar uma anomalia administrativa, cujos efeitos se minimizam com implantação de bem desenhado sistema de arquivos. (CHAVES, 2020, p. 80-81).

Essa discussão é relevante para trazer ao texto um ponto de reflexão a esse lugar dos que os Arquivos devem ocupar enquanto uma instituição estratégica dentro da administração pública. Também, cabe lembrar que o usuário de Arquivo possui particularidades que, segundo Chaves (2020), também se diferenciam das bibliotecas e museus, ao passo que nestes últimos o usuário vai em busca de um “produto” cultural para desfrute imediato e, no caso das instituições arquivísticas, o foco do usuário está na busca de informações para garantia de direitos e/ou provas. “Por outro lado, os arquivos também possuem a sua dimensão cultural, tal qual o museu. Entretanto, o produto arquivístico é mais complexo, sob determinados aspectos”. (CHAVES, 2020, p.82, grifos do autor).

Os apontamentos feitos por Chaves (2020), ainda que breves, cabem aqui como um contraponto de reflexão ao leitor sobre os lugares ocupados pelos Arquivos enquanto equipamentos culturais. A situação do APCBH se encaixa nessa realidade já que esteve vinculado à Secretaria de Cultura desde sua fundação. Além da discussão sobre a composição dos acervos das instituições arquivísticas, da formação e preservação do patrimônio cultural, deve-se considerar o lugar de ocupação dessas entidades na estrutura administrativa, ao se retratar a preservação do patrimônio cultural, sobretudo os Arquivos.

Ao racionalizar a situação apresentada por Chaves (2020) cabe fazer um comparativo de prós e contras a respeito desse lugar ocupado pelos Arquivos dentro da administração pública. É inegável que ao se associar as áreas culturais as instituições arquivísticas obtém vantagens para desenvolver projetos educativos, de difusão, de memória, entre outros, que se aproximem ou se justifiquem sob o viés cultural. Contudo, quanto mais longo essas organizações forem para o lado cultural mais se afastarão da natureza administrativa e instrumental dos arquivos, o que, por vezes, levam ao público, tanto gestores da administração pública quanto sociedade, ao entendimento de meros repositórios documentais. Esse pensamento é o que foi criticado por Jardim (1995) e que ainda sobrevoam as instituições arquivísticas.

Por outro lado, com um planejamento adequado e políticas arquivísticas bem desenvolvidas é possível que os Arquivos consigam driblar essa situação, em busca do desenvolvimento ativo da gestão de documentos da administração pública. Os entraves enfrentados por essas instituições não são meramente burocráticos, existem outros contratempos como a invisibilidade organizacional, a pouca valorização da profissão de arquivista, a falta de conhecimento da sociedade, de modo geral, a respeito a importância e usos dos documentos arquivísticos, entre outras questões sérias e urgentes. Contudo, não é possível mudar completamente essa realidade de uma vez só, então por pequenos passos os Arquivos podem começar a estruturar seu planejamento de desenvolver as políticas arquivísticas para que forças externas passem a ter um impacto menor diante das atividades diárias dos Arquivos.

O objetivo dessa seção foi apresentar um breve quadro de evolução sobre o processo de racionalização administrativa, evolução histórico-política do Brasil, para contextualizar o decurso da transparência pública e do acesso aos documentos, que servirão de base conceitual para o entendimento do pensamento social em que o APCBH foi fundado. E, ainda, elucidar a importância dos arquivos para a manutenção social, para a garantia de direito dos cidadãos, para a preservação do patrimônio histórico e documental, e para a transparência dos atos públicos, assim como para a perpetuação da memória social e coletiva. Um pensamento que representa bem a ideia central desta seção é a seguinte afirmação de Bellotto (2014, p. 306-307):

Documentos de arquivo são testemunhos inequívocos da vida das instituições. Estão registradas nos arquivos as informações sobre o

estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito, por uma entidade pública ou privada, no decorrer de sua existência. Arquivos são capazes de demonstrar como decorrem – e decorreram – as relações administrativas, políticas e sociais por elas mantidas, tanto no âmbito interno como no externo, seja com outras entidades de seu mesmo nível, ou com as que lhes são, hierarquicamente, superiores ou inferiores. Estão na raiz de todos os atos de causa, efeito e resultados do para quê, do como, do porquê, do quando e do quanto, sob todos os pontos de vista, do ser e do existir das entidades que vão surgindo em decorrência das necessidades de uma sociedade.

Esta declaração transparece a razão de ser do arquivo e os proveitos que podem ser alcançados com sua preservação. Na próxima seção, será discutida a relação dos arquivos com a formação da memória, a dualidade entre a memória e o esquecimento e as questões identitárias que a envolvem.

## **1.2 Arquivos, memória e lugares de memória**

Ao se iniciarem os estudos sobre a memória, é importante deixar claro que este é um assunto estudado por diversas áreas do conhecimento. As ciências biológicas focam nos estudos relacionados ao poder do corpo humano para processar determinados fatos e lembrá-los posteriormente. Já as ciências sociais, por exemplo, buscam abordagens sociais a respeito da perpetuação de tradições, cultura, ritos, entre outros elementos. Nessa área do conhecimento, as pesquisas sobre o tema trabalham diante de duas perspectivas, a memória individual e a coletiva. A primeira está relacionada ao processo de rememoração que o cérebro humano possui ao lembrar de fatos vividos por um indivíduo. Já a memória coletiva está relacionada aos processos sociais de apropriação e perpetuação de tradições, ritos, culturas, entre outros (LE GOFF, 1990).

Para esta pesquisa, as duas memórias são importantes. A primeira relacionando a memória individual às questões identitárias do sujeito e apropriação cultural. Já a coletiva será importante para a compreensão das relações sociais inerentes ao desenvolvimento da sociedade e para a perpetuação cultural. A discussão aqui será iniciada pela memória individual e as questões relacionadas à identidade dos sujeitos as relações humanas intrínsecas a eles. Seguindo com a discussão sobre memória coletiva, a dicotomia entre memória e esquecimento, as relações de poder e os lugares de memória.

O estudo da memória individual, nas ciências sociais aplicadas, recai sobre os processos de rememoração de um fato ligado ao entendimento do sujeito sobre seu próprio eu, em relação aos outros que o cercam dentro de um mesmo conjunto social. Essas lembranças estão ligadas às percepções sociais e coletivas que são formadas e moldadas ao longo da vida (CANDAU, 2019). Para Hedstrom (2016), a memória individual pode ser interpretada de duas maneiras, a primeira delas está ligada aos processos mnemônicos do cérebro humano, responsáveis por lembrar os fatos, sob o viés de sua própria identidade e experiências vividas. “Da mesma forma, a abordagem sociocultural da memória tenta compreender como as memórias de um indivíduo são moldadas pelos contextos sociais e culturais em que são formadas e reconstruídas.” (HEDSTROM, 2016, p.240).

Ao refletir sobre a formação da identidade de um indivíduo, Candau (2019) diz que o termo deve ser utilizado com cautela, por se tratar de uma ideia resultante de percepções múltiplas sobre o meio social e as ações, mas que se aproxima “[...] ao de semelhança ou de similitude que satisfaz sempre uma inclinação natural do espírito. Se admitirmos esse uso pouco rigoroso, metafórico, a identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma *representação*.” (CANDAU, 2019, p. 25, grifos do autor).

Partindo para a seara da representação, iniciamos a abordagem da memória coletiva, partindo da premissa de que ela é produzida através de um processo de construção/seleção dos atos, como aponta Pollak (1992). O autor alega que, em função do volume de registros produzidos, não é possível lembrar todos os fatos. Por isso, é feito um processo de seleção, elegendo os acontecimentos relevantes para estruturar uma determinada narrativa, que vai ao encontro dos valores e ideologias de quem a constrói. A memória é construída a partir de uma série de representações do passado que podem ser dadas através de determinadas narrativas, celebrações, símbolos, e outros aspectos que sejam importantes para grupos sociais e que refletem pontos de interesse para que criem um senso de identidade e comunidade neste grupo (HEDSTROM, 2016). "A memória coletiva é normalmente definida como a representação que um grupo cria de seu passado em termos de origens, valores e experiências compartilhadas." (HEDSTROM, 2016, p.240). É preciso destacar essa característica mutável da memória, construída a partir da coletividade e interessada

em rememorar determinados fatos. Entretanto, a memória também tem marcos, amparado pela história, ligeiramente imutáveis e invariantes (POLLAK, 1992).

Hedstrom (2016) aponta que as discussões sobre memória ganharam fôlego a partir da década de 1980, quando minaram pesquisas sobre o tema nas ciências sociais e humanidades, que levavam o debate para o âmbito arquivístico, discutindo o propósito dos Arquivos e o sentido da prática aplicados a elas. “A memória, assim como a história, está enraizada nos arquivos. Sem estes, a memória falha, o conhecimento sobre os feitos esvai-se, o orgulho de uma experiência compartilhada se dissipa. O arquivo é o antídoto para todas essas perdas.” (HEDSTROM, 2016, p. 251).

Após esses apontamentos, Pollak (1992) reitera que a memória é um fenômeno que ocorre a partir de projeções e transferências. Sendo construída de maneira seletiva, visto que nem tudo o que é produzido fica registrado. Nesse sentido, Pollak (1992) ressalta o trabalho que deve ser feito para que determinados fatos, como datas oficiais, sejam organizados e que eles passem a fazer parte de uma identidade de um grupo. “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros.” (POLLAK, 1992, p. 5). Esse sentimento, de aceitação e pertencimento, é importante para que haja a manutenção dessas atividades por meio de um grupo social, pois, somente assim haverá a perpetuação de certas ações memoriais. Por isso Nora (1993, p.7) afirma que “não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1993, p.7).

Le Goff (1990) salienta que a memória coletiva é também um instrumento de poder, considerando que a construção da memória vai ressaltar pontos que convergem para o interesse de quem propõe a construção da memória, na perspectiva de uma formação identitária. Pollak (1992) ainda reafirma que a memória e a identidade podem ser ajustadas e não devem ser confundidas com a essência de um grupo ou comunidade.

Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização. [...] Esse fenômeno torna-se bem claro em momentos em que, em função da percepção por outras organizações, é preciso realizar o trabalho de reorganização da memória do próprio grupo. [...] Cada vez que ocorre uma reorganização interna, a cada reorientação ideológica importante, reescrevera-se a história do partido e a história geral. Tais momentos não ocorrem à toa, são objeto de investimentos extremamente custosos em termos políticos e em termos de coerência, de unidade, e, portanto, de identidade da organização. Como sabemos, é nesses momentos que ocorrem as cisões e a criação, sobre um fundo heterogêneo de memória, ou de fidelidade à memória antiga, de novos agrupamentos (POLLAK, 1992, p. 7).

Por isso, há o “sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p.7). Ao eleger um elemento do acervo, fundo, série, objeto ou até mesmo documento é necessário considerar que eles também possuem uma história e estão interligados dentro de uma ordem de produção coerente com o ato ao qual gerou aquele determinado elemento. A escolha de evidenciar um ponto em detrimento de outro deve considerar os aspectos que por vezes podem ser caros à memória, como as relações de poder, lugares, tempo, identidade, entre outros (RIBEIRO; CRUZ, 2021).

Por muitas vezes, a instituição arquivística é tida como sinônimo de um lugar de memória. Jardim (1995, p.5) explica que “a noção de arquivo permanente traz em seu bojo a perspectiva de que expressa um tipo de memória materializada. Como tal, esta memória confunde-se com o próprio arquivo a ser preservado.”.

Por outro lado, é interessante direcionar o olhar sob outra ótica. Pois é possível encarar o potencial que os documentos têm para a formação de novas perspectivas de análise e, conseqüentemente, para a criação de novas narrativas, compondo outro corpus de significados (GUASCH, 2013). A autora ainda vai além ao dizer que o arquivo é a ponte que consegue estabelecer ligação entre o passado e o futuro. Entretanto esta ligação só pode ser estabelecida a partir da interpretação do pesquisador. Além disso, afirma que é necessário partir da premissa da organização dos documentos, dividindo-os, classificando-os e organizando-os, distinguindo o que é adequado para a criação de suas narrativas, desenvolvendo interrelações e moldando os discursos. “[...] O arquivo determina também que os enunciados não se



acumulem em uma miríade amorfa ou se inscrevam simplesmente em uma linearidade sem ruptura.” (GUASCH, 2013, p. 241).

Já Lousada (2012, p. 64) ainda acrescenta que, “[...] em linhas gerais, que a eleição da memória consiste, de fato, em decidir, diante de um conjunto de dados, eventos ou informações, quais devem ser privilegiados e quais podem ser abandonados ao possível cancelamento.”. A memória, no entendimento da autora, está relacionada à recordação, colocada dentro de um tempo e um espaço pré-determinado, formando interrelações com o contexto social.

Outra observação feita pela autora é que

[...] os arquivos só alcançam suas finalidades relacionadas à memória quando interpretados pelos pesquisadores. Em outras palavras, a organização documental e a produção do conhecimento histórico são operações intrínsecas e precisam proceder integradamente. A seleção documental não deve reproduzir a tendência atual, caracterizada pelo excesso de informação, com os seus efeitos perversos de estagnação, muito mais do que de ação reflexiva.

Segundo Lopes (2009) é preciso estabelecer uma nítida separação entre o conceito de memória e o conceito de informação registrada para a salvaguarda/preservação dos arquivos, tal qual sejam suas idades, naturezas, proveniências ou suportes. Os documentos de arquivo não são o equivalente a uma ou mais memórias, nem mesmo parte da memória ou das memórias. Há diferenças substanciais entre o estabelecimento de um sistema de arquivos para uma organização e o fato de contar a sua história. Essas duas atividades são realizáveis, mas implicam tarefas distintas. (LOUSADA, 2012, p. 66).

Nessa mesma direção, Hedstrom (2016, p.255) ainda acrescenta que “os documentos de arquivo não são representações da memória coletiva, e as instituições arquivísticas não são depósitos de memória coletiva”. Essas instituições são fontes potenciais para pesquisa. Em vista disso, se faz tão importante a preservação do patrimônio documental produzido pela administração pública, já que é a partir dele que a memória coletiva pode ser elaborada. Mais uma vez, esse pensamento culmina para a reflexão sobre a necessidade dos processos de gestão documental para manutenção desses acervos.

Faz-se necessário que a arquivologia debruce-se sobre o tema da memória de modo a favorecer uma revisão dos aspectos teóricos e metodológicos da avaliação e seleção de documentos. Parece urgente, no mínimo, operar com uma noção/conceito de memória que privilegie os seus aspectos como construção social, e não como dado arqueologizável. (JARDIM, 1995, p.8)

Seguindo com esse raciocínio, Nora (1993) destaca a criação dos chamados lugares de memória, que consiste num processo de atribuição de significados para lugares físicos, para a rememoração de um fato ocorrido, sendo ele positivo ou negativo. Mas é importante que seja possível estabelecer uma representação clara sobre um acontecimento. Com a globalização e o desenvolvimento dos meios de transporte, as barreiras territoriais são praticamente nulas, desta maneira, esses lugares são simbólicos e funcionais para a manutenção da memória. Por isso, tais ambientes passam por constante processo de reafirmação, para que não caiam no esquecimento. “Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial”. (NORA, 1993, p.22). Por tudo isso, Le Goff (1990) apresenta o conceito de memória nacional como um senso identitário a partir de uma série de elementos que vão caracterizar um povo, dentre eles estão as datas comemorativas, as crenças, os costumes, os lugares de memória, os quais são estabelecidos através dos documentos.

Nora (1993) defende a manutenção destes lugares de memória como interdependentes da história, uma vez que, se as rememorações fossem vívidas, tais lugares seriam inúteis. A representatividade da memória coletiva sempre será voltada para uma visão homogênea, nacionalista, que reflete os interesses de quem a constrói. Mantendo, sob a égide do Estado, a transmissão e a preservação de elementos que compõe uma narrativa moldada a interesses

[...] em todo discurso de legitimação de desejos nacionalistas; no domínio da ação cultural, podemos nos referir aos discursos de veiculados por coletividades territoriais, Estados, museus e mesmo instituições de pesquisa sobre as práticas patrimoniais. O objeto patrimonial que é preciso conservar, restaurar ou ‘valorizar’ é sempre descrito como um marco, dentre outros, da identidade representada de um grupo. (CANDAU, 2019, p.26, grifos do autor).

Mesmo problematizando alguns pontos da construção dos lugares de memória, é preciso salientar que, ainda com algumas ressalvas, esses lugares “[...] em razão da finalidade e das condições, lugares especiais e de memória intermediam e contribuem para preservação do patrimônio, da memória e da produção da história.” (RIBEIRO; CRUZ, 2021, p. 212). Essa relação com o patrimônio e relevância para a sua proteção também devem ser observadas, uma vez que o cenário brasileiro, de

modo geral, sofre altos e baixos no que diz respeito à preservação do patrimônio cultural.

Santiago Júnior (2015, p. 249), ao fazer uma análise sobre os conceitos de história, memória e lugares de memória, discute como a sociedade compreende seu passado. Que, para o autor, se apropriou do uso do termo “lugar de memória” de Pierre Nora como um sinônimo para esse entendimento. O autor aponta o texto “Entre História e Memória”, de Jacques Le Goff (1990), recapitulando a diferenciação feita pelo autor entre história e memória, ao passo que a primeira, para o historiador francês, era entendida como disciplina e a memória como objeto de estudo. “Fora na diferenciação entre ambas de maneira a fazer da memória objeto (fonte ou fenômeno), que a historiografia francesa evitou que as aproximações mútuas sobrepusessem os dois termos.” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 250). É no desdobrar destas discussões que Nora desenvolve sua obra.

Nora considerava que seu momento de escrita (início dos anos 1980) era testemunha de uma aceleração da história e um esfacelamento da memória. A crise da história seria ilustrativa da própria crise da memória, pois uma vez que se falava muito de memória era porque esta se encontrava numa situação crítica. Neste cenário proliferaram os lugares de memórias, sítios reais ou imaginários, materiais ou imateriais que possuíam caráter compensatório. A memória em si já não existiria, uma vez que os meios e suportes convencionais haviam se rompido, sendo que os lugares vieram ocupar seu posto rarefeito. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 250)

Nesse ponto, Santiago Júnior (2015) apresenta as diferenças, evidenciadas por Nora, entre a memória e a história. A memória está ligada à vivência do passado, como uma forma de continuidade através dos ritos, “[...] deslocando-se de maneira afetiva, quase mágica, entre a lembrança e o esquecimento, emergindo de um grupo social para manter-lhe os vínculos. Sua característica fundamental é ser múltipla e desacelerada. (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 251). Já a história está atrelada a “[...] uma reconstrução problemática que não pertence a ninguém (a memória é, lembremos, sempre de alguém ou grupo) cujo fim último é construir rupturas e relativizar a própria memória.” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 251). Nas transições temporais vividas, e com o desenvolvimento da sociedade, dá-se o esmorecimento da memória e fortalecimento da história. E é nesse contexto que ressurgem os debates dos lugares de memória, apesar de ser um termo conhecido, ele recebe outro significado na sociedade industrial (SANTIAGO JÚNIOR, 2015).

Assim como dito anteriormente, no século XIX a história estava ancorada na comunidade nacional, a qual cria alguns lugares de memórias como museus, arquivos, festas, ritos, entre outros. Estes locais e costumes se estabeleceram na sociedade industrial, visto que não existiam tais condutas mnemônicas espontâneas, se tornando majoritariamente memória-arquivo, uma vez que era possível encontrar suas raízes na história (SANTIAGO JÚNIOR, 2015). “[...] A memória-arquivo, inicialmente nacional, transformou as sociedades industriais em produtoras de vestígios que permitiam operações temporais que não eram memórias espontâneas, mas sim próteses, memórias artificiais.” (SANTIAGO JÚNIOR, 2015, p. 252). Na visão de Santiago Júnior (2015), a concepção que o historiador francês pregava era que os lugares de memória, se tratando tanto dos símbolos materiais quanto imateriais, permitiam rememorações de alguma forma, tornando-as como algo fundamental. Contudo, o estímulo à promoção dos lugares de memória passou a ser questionada a partir da crítica à monumentalização exacerbada de lugares e práticas. Assim, retorna-se à reflexão de até que ponto essa valorização não é apenas um estímulo à fabricação de mais lugares de memória, voltando à questão da construção da memória de acordo com o interesse de um determinado grupo social.

Diante dessa reflexão, é necessário levantarmos a problemática entre a relação da preservação do patrimônio e a construção da memória, bem como dos lugares de memória. Como vimos na seção anterior, a definição de patrimônio cultural está ligada a um movimento de valorização de determinados costumes, por uma parte da sociedade, que o reconhece como um bem. Dessa maneira, podemos estabelecer uma relação direta com a construção da memória, uma vez que esta deve ser considerada um produto de seleção/ construção. Além disso, é desse olhar crítico que buscamos pensar os lugares de memória, como o processo de construção de fomento desses lugares é feito, sua relação com a preservação do patrimônio e a importância deles para a sociedade.

Sob uma perspectiva mais detalhista, ainda é interessante fazermos um parêntese a respeito da relação entre a preservação do patrimônio e a construção da memória coletiva, perante a ótica das cidades. Assim como no âmbito nacional, os municípios também devem preservar os conjuntos documentais produzidos. “Com a expansão das cidades, constituem-se os arquivos urbanos, zelosamente guardados

pelos corpos municipais. A memória urbana, para as instituições nascentes e ameaçadas, torna-se verdadeira identidade coletiva, comunitária.” (LE GOFF, 1990, p. 450). E é diante da perspectiva dos Arquivos Públicos Municipais que pretendemos aqui discutir a construção dessa relação identitária, pois é através do acesso ao patrimônio cultural que o cidadão pode reinterpretá-lo, como defende Torre (2019), criando relações identitárias com o acervo. A autora ainda defende que o APCBH “interessa participar cada vez mais de ações culturais voltadas para a aprendizagem da história local e das identidades das comunidades locais, de forma que seu acervo seja reconhecido como patrimônio cultural e histórico” (TORRE, 2019, p.108).

Tendo essa concepção em mente, Torre (2019) aponta que o APCBH faz o uso do seu acervo para instigar uma reflexão no cidadão sobre a importância do patrimônio documental, criando uma aproximação com os usuários do Arquivo. Incentivando a pesquisa, uso e apropriação do acervo arquivístico, disponível na instituição. Essas ações são essenciais para fomentar a preservação do patrimônio documental, bem como a manutenção dos arquivos públicos, como principal aporte para fundamentar a construção da memória coletiva e social.

Ao levantar essa discussão, fica claro a necessidade de conhecer o posicionamento do APCBH, ao direcionar seus esforços de difusão para se identificar, enquanto instituição arquivística, como um lugar de memória da cidade. Para compreender este posicionamento e a construção de identidade institucional, se fazem primordiais o entendimento dos passos para a manutenção de uma marca, o desenvolvimento de ações de difusão, bem como as ações de *marketing* que podem ser aplicadas à política de difusão da instituição.

### **1.3 Ações de difusão em instituições arquivísticas brasileiras**

A partir da bibliografia examinada foi possível encontrar algumas definições a respeito do conceito de difusão. Contudo, alguns dicionários especializados na terminologia da área não apresentam a definição da expressão, mas o seu sentido pode ser encontrado através de diferentes termos que senão esse, como, por exemplo, no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, em que Cunha e Cavalcanti (2008) apresentam vários significados para a palavra difusão, sendo que o termo que mais

se aproxima do esperado é o de disseminação da informação. Já o significado atribuído a esse termo é:

[...] difusão de informações ou documentos distribuídos a pessoas ou entidades, a partir de um ponto central de armazenamento, [...] difusão automática, selecionada, permanente e personalizada de informações correntes, relativas a assuntos específicos. A divulgação pode ser por meio de índices, resumos, boletins, cópias de sumários e outros documentos semelhantes; divulgação seletiva da informação, notificação seletiva – perfil do usuário, serviço de alerta. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 130)

Esse tipo de situação se repete no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional (2005) que não possui a definição de um significado para a palavra difusão e, da mesma maneira que, no dicionário supracitado os termos que mais se aproximam é disseminação da informação – “fornecimento e difusão de informações através de canais formais de comunicação.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 71) – e de divulgação – “conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e da promoção de eventos, como exposições e conferências.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 71).

O Dicionário de Terminologia Arquivística produzido por Bellotto e Camargo (1996) também não apresenta especificamente uma definição para o termo, o que é um reflexo das discussões levantadas e terminologia frequentemente utilizada na época de sua escrita, em 1996. Contudo, da mesma maneira, é possível perceber sua menção em alguns termos como serviço de apoio cultural – “serviço destinado a promover a divulgação do arquivo junto à comunidade, através de publicações, exposições, cursos, conferências e outras atividades.” (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 69) – e também serviço educativo – “modalidade de serviço de apoio cultural que visa iniciar o público escolar na utilização do arquivo.” (BELLOTTO; CAMARGO, 1996, p. 69-70). Já o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), define na Terminologia Arquivística Multilíngue (2022, *on-line*) que difusão como a “função do serviço de arquivo que visa promover o conhecimento do respectivo acervo documental”.

Antes de adentrar ao tema, carece certa reflexão: para as ações de difusão serem viabilizadas é necessário o trabalho em todas as funções arquivísticas anteriores, é preciso fazer gestão, avaliação, preservar, descrever, entre outras. Além disso, por vezes, é possível ter a impressão errada de que a difusão acontece somente no arquivo permanente, pelo contrário, com um planejamento adequado é possível

desenvolver ações por toda a existência de um documento. Outro aspecto que também merece ser lembrado é que mesmo a difusão ter um caráter cultural atrelado a ela, é esta função que garante os direitos do cidadão, ao manifestar publicamente a atribuição do arquivo como um órgão que promove a gestão e o acesso de documentos arquivísticos (MANDERTAL; SILVA, 2020; PARRELA, 2020). Para compreender a dimensão que essa função ocupa é preciso ter em mente o funcionamento do Arquivo como um todo.

Por isso, a difusão é a função arquivística que evidencia o cunho educativo e social do Arquivo, extrapolando as funções precípuas do Arquivos de recolher, organizar e preservar os fundos produzidos pelo Estado, nos níveis municipal, estadual e federal (CABRAL, 2012, p. 35). Bellotto (2006) explica que é a difusão a responsável por traduzir ao cidadão as funções basilares do arquivo, sua importância e exteriorizar todo o potencial informativo que os acervos podem ter.

Cabem ao serviço de difusão cultural duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando atrativos no recinto do arquivo. (BELLOTTO, 2006, p. 228).

Para a autora é de extrema importância que esse sistema se retroalimente para que essa função seja plenamente cumprida. E, para isso, Bellotto (2006) sugere diversas atividades que podem ser desenvolvidas buscando a divulgação do acervo, dentre elas: publicações editoriais, instrumentos de pesquisa, exposições com os documentos, visitas guiadas, aulas temáticas, entre outras atividades.

Melo (2019) resume bem o que essa função pode abarcar ao dizer que a difusão engloba “[...] todas as atividades em que as instituições e serviços arquivísticos tornam públicos os acervos documentais arquivísticos que custodiam, bem como os serviços e os produtos que oferecem.” (MELO, 2019, p. 14). Essas atividades têm como objetivo aproximar o arquivo da sociedade, principalmente daqueles sujeitos que desconhecem o papel dos Arquivos e o que eles podem oferecer para o cidadão. Cabral (2012) ainda acrescenta que ao planejar atividades buscando a aproximação com o cidadão não se deve fazer apenas eventos pontuais, “[...] mas implementado um programa sistemático visando aproximar o público em geral, com o intuito de dar acesso à informação e fomentar a criação de conhecimentos.” (CABRAL, 2012, p. 36).

Barbosa e Silva (2012) adiantam que é preciso ressaltar que a difusão deve ir além da procura do usuário, é preciso que o arquivo se antecipe e apresente ao público a riqueza do acervo. A intenção é cativar o público para descobrir o arquivo, os potenciais que os documentos podem ter. Por isso, “[...] a difusão é apenas uma dentre as ações que devem ser colocadas em primeiro plano nas políticas institucionais dos arquivos, como parte de uma relação de interdependência entre recolhimento, custódia, preservação e gestão documental.” (BARBOSA; SILVA, 2012, p. 46).

As ações de difusão propostas pelos Arquivos podem ser distribuídas em diferentes frentes como a elaboração de instrumentos de pesquisa – guia de fundos, inventários, catálogos e outros –, publicações impressas e eletrônicas – revistas e livros –, desenvolvimento de visitas, cursos, seminários, concursos, ações educativas – *kits* pedagógicos, aulas temáticas no Arquivo, visitas monitoradas –, publicações *on-line* – desenvolvimento e alimentação de *site* institucional, redes sociais, *e-mails marketing*, entre outros. Também é possível pensar em alguns outros formatos como programas de rádio ou televisão, rodas de conversas transmitidas *on-line*, *podcasts*, dentre outras possibilidades (MELO, 2019).

Dentre as atividades supracitadas, Bellotto (2006) comenta que as mais desenvolvidas pelos Arquivos até o início dos anos 2000 eram palestras, debates, concursos sobre história do Brasil e/ou regional, lançamentos de obras, entre outros. No entanto, a autora salienta que é possível ir além, como iniciativa feita na França intitulada “*le quart d’heure de culture*”<sup>6</sup> (BELLOTTO, 2006, p.228), realizadas durante o período do almoço, comentários de um grupo de documentos de interesse popular. Também cita a ajuda de arquivistas no turismo cultural na Alemanha.

Além dessas formas, uma prática que a Bellotto (2006) frisa são as ações educativas, que se dá a partir da aproximação do Arquivo com as escolas. “A abertura dos arquivos ao público escolar, aos estudantes dos ensinos fundamental e médio podem trazer benefícios didáticos surpreendentes.” (BELLOTTO, 2014, p.138). Ela cita que essas atividades podem beneficiar esse público, como o conhecimento da história brasileira e regional, o melhor relacionamento com a localidade em que se

---

<sup>6</sup> *Quinze minutos de cultura*. (BELLOTTO, 2006, p.228, tradução nossa).



vive, na formação de cidadãos conhecedores os seus direitos, dentre outros. “[...] Neste sentido, as ações educativas objetivam colocar os estudantes em contato com as Instituições detentoras de arquivos, apresentando sua função e demonstrando a importância que estes locais possuem para a formação e aprendizado.” (DIAS; ROCKEMBACH, 2018, p. 388).

Saballa (2007) ainda acrescenta que as ações educativas integrada aos currículos “[...] da educação formal auxilia na criação e manutenção de vínculos entre a escola e o meio social. Destaca-se ainda, a acessibilidade proporcionada aos estudantes, às informações, pois estas estão disponíveis no seu entorno e partem da realidade vivenciada.” (SABALLA, 2007, p. 24). Cabral (2012) defende que as ações educativas podem ser de grande relevância para o processo pedagógico ao utilizar os documentos como base para algumas atividades de ensino. Podendo, dessa maneira, executar atividades variadas ao longo do ano letivo possibilitando aos alunos uma melhor compreensão da informação recebida.

Percebe-se que uma política institucional que trabalhe com serviço educativo bem estruturado com as escolas e seus currículos, ações culturais voltadas a públicos variados, com base nos fundos documentais das instituições arquivísticas e dos que podem ser criados pelas atividades desenvolvidas, proporcionariam uma guinada na visibilidade dos arquivos e arquivistas junto ao público em geral, aumentando a visitação. (CABRAL, 2012, p. 42)

Dias e Rockembach (2018) indicam que o contato dos jovens com o Arquivo desde cedo contribui para desmistificar uma visão deturpada sobre essas instituições. Os autores ainda afirmam que a medida que os estudantes frequentem os Arquivos ao longo da vida acadêmica as visitas esses espaços passam a ser habituais como uma visita a uma biblioteca ou museu. Cabral (2012) ainda acrescenta que essas atividades conseguem conciliar o trabalho técnico para ressaltar o aspecto social dos Arquivos, atraindo o público “[...] de forma que compreenda o arquivo como espaço de coleta, preservação, mas também como lugar de criação de conhecimentos, de lazer cultural.” (CABRAL, 2012, p. 37).

Outro ponto ressaltado por Cabral (2012) é a importância de o serviço educativo compreender outros públicos “como os idosos, em atividades orientadas no sentido de propiciar experiências lúdicas, diálogo intercultural, além de promover o acesso ao conhecimento e a valorização do profissional arquivista.” (CABRAL, 2012, p. 38). Ao realizar essas ações também é aberta outra concepção no que tange o papel do

usuário, transformando-o em um agente ativo, na construção de novos conhecimentos (CABRAL, 2012).

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber. (BELLOTTO, 2006, p. 247).

Apesar de todos os benefícios citados por Bellotto (2006) ela afirma que, àquela época, apesar de a área educativa no Brasil apresentar vários progressos o desenvolvimento, de ações educativas nos Arquivos ainda eram pouco exploradas. Parrela (2013) traz algumas novas perspectivas sobre o trabalho educativo nos arquivos públicos brasileiros, mas pondera que esse trabalho ainda é inicial. Ainda que todo o trabalho já consolidado seja um resultado de boas práticas, essas iniciativas precisam ser contínuas e recriadas a partir da melhor interação com o público.

Mesmo com um cenário ainda a ser explorado, é importante lembrar que as discussões sobre ações de educação patrimonial tomam força a partir da década de 1950, no Arquivo Nacional da França, como explica Pegeon (2012). A autora recapitula o início das ações educativas nos arquivos, datando a primeira iniciativa desde na metade do século XX, ressaltando o papel fundamental que as ações educativas têm para estabelecer o contato dos estudantes com os documentos arquivísticos, de maneira didática.

Parrela (2013) relata que as primeiras atividades de difusão no Brasil são datadas ainda no século XIX, quando o Museu Imperial, no Rio de Janeiro, passa a utilizar a metodologia de educação patrimonial. O Arquivo Público Mineiro, em 1921, também promovia aulas de história na instituição para os jovens no intuito de estimular nesse público o uso dos acervos, mesmo que a consulta nesta época não era aberta a todos os cidadãos. Ainda, reitera que não eram discutidos, à época, o estímulo a novos usuários.

Os arquivos demoraram a encontrar seu espaço no debate sobre patrimônio cultural e cultura, mesmo sendo até hoje a área da cultura nas administrações públicas aquela que abriga grande parte das instituições arquivísticas do País. Isso, de certo modo, explica também o reduzido debate conceitual sobre os

usos da metodologia de Educação Patrimonial nos arquivos. (PARRELA, 2013, p. 108)

Ainda que existam Arquivos centenários no Brasil, a discussão sobre o trato dos arquivos foi evoluindo ao longo dos anos e isso não foi diferente com a difusão. Não que essas discussões tenham se finalizado, muito longe disso. Essas discussões ainda são muito presentes em congressos, pesquisas e até mesmo em conteúdos programáticos de disciplinas nas universidades. Inicialmente, como já dito aqui, a preocupação com a avaliação e a gestão de documentos foram os temas tratados nos primeiros congressos e encontros dos profissionais da área, a difusão foi colocada em pauta posteriormente (MELO, 2019). Mesmo havendo ações anteriores, Parrella (2013) relembra que somente na década de 1970 foram desenvolvidas algumas frentes para a proteção do algumas patrimônio documental, como mencionado na seção 2.1, essa década foi muito produtiva para a arquivologia no Brasil. Mesmo que as ações propostas não tenham se consolidado como uma base para uma discussão patrimonial perene, foi um marco importante para a história brasileira. Assim, ainda é necessário um fomento constante para o debate e o desenvolvimento das ações de difusão e educação patrimonial nos arquivos brasileiros.

Bellotto (2014) explica que o avanço das ações do Arquivos na área cultural intermedia o aprendizado da “[...] história e de uma tomada de consciência das identidades comunitárias, por parte das populações menos letradas, pelo conhecimento das tradições, do patrimônio arquitetônico e da história local de forma lúdica e prazerosa.” (BELLOTTO, 2014, p. 134). Esse tipo de abordagem visa promover e aproximar a sociedade do Arquivo, ao propiciar a criação de ligações que envolvem o resgate da memória, a preservação e apropriação de bens culturais, “[...] na medida em que visa à transformação a caminho da construção da consciência identitária, portanto cidadã, atenta às diversidades regionais, bem como manutenção da ativação das tradições locais.” (SABALLA, 2007, p. 23).

A partir da sensação de pertencimento a um determinado grupo, o sujeito passa a se sentir integrante de uma coletividade sendo sensibilizado a participação e mobilização dele dentro dessa coletividade. Essa participação ativa faz com que o sujeito consiga ressignificar o passado, incorporando as características de seu universo atual e desta maneira, prosperando e fomentando a formação identitária, “[...] como agentes transformadores elegem os patrimônios que tenham sentido para o conjunto e buscam o sentido coletivo do reconhecimento da similitude.” (SABALLA, 2007, p. 24)

“Os arquivistas tardaram em descobrir que poderiam, com incrível riqueza de material disponível, ir mais além de sua missão na área da pesquisa histórica profissional, proporcionando aos não especialistas um verdadeiro “divertimento cultural”.” (BELLOTTO, 2014, p.138). Essas ações não só são atividades atrativas aos alunos como também podem despertar o interesse dele pelos assuntos pertinentes à história de sua cidade, fomentando um melhor relacionamento entre àquele indivíduo em formação e a cidade que ele habita (BELLOTTO, 2014).

Se o arquivo, principalmente o municipal, engajar-se em políticas públicas que incluam programas de cooperação com escolas, estará construindo uma incomparável aura de excelência às suas funções precípuas, contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e poder participar na construção de um futuro mais digno desta mesma sociedade. (BELLOTTO, 2014, p.142).

Considerada uma das sete funções arquivísticas, a difusão é aquela que traduz essa relação entre Arquivo e sociedade, facilitando o entendimento e acesso aos conjuntos documentais custodiados. Para executar essa função o arquivista precisa estar consciente de que há uma multiplicidade de tipos de público a serem alcançados e, por isso, devem ser adotadas diferentes estratégias que compreendam as particularidades de cada grupo. Estas ações também devem abordar, de forma mais ampla, a razão de ser do Arquivo e esclarecer o sobre o trabalho do arquivista (MARTENDAL; SILVA, 2020).

Martendal e Silva (2020) ainda discorrem que é necessário considerar a multiplicidade dos públicos que podem necessitar acesso aos documentos custodiados nas instituições arquivísticas, desde o cidadão que não possui conhecimento algum sobre o Arquivo, até o mais especializado pesquisador. Mesmo diante dessa heterogeneidade, a equipe precisa estar preparada para conseguir atender ao público e explorar todo o potencial que o acervo possui para não só acolher quem chega ao Arquivo, mas também deve ser feito um planejamento para que um público maior seja alcançado.

Quando se pensa em difundir a instituição e suas atividades, as formas de acesso, o acervo e seus instrumentos de pesquisa, isso é feito, muitas vezes, sem a contribuição de um sujeito essencial ao debate: o usuário do arquivo ou os potenciais usuários. Assim, à falta de pesquisas sobre as práticas de difusão soma-se a falta de pesquisas sobre os usos e usuários de arquivo. Ao contrário, os colegas da museologia têm na comunicação calcada nos estudos de público um dos pilares do trabalho nas instituições, o que se reflete na produção acadêmica da área. (PARRELA, 2020, p.10).

Parrela (2020) apresenta que desde o início da década de 1990 já era discutido por intelectuais da área algumas estratégias para realizar a difusão nos Arquivos. Com o avanço do uso e cobertura da internet, principalmente após os anos 2000, a autora acredita que também deve ser incorporado o uso das novas ferramentas de comunicação, como as redes sociais, por exemplo, além das tradicionais já mencionadas ainda no século XX.

Como já dito aqui, a difusão busca dar visão aos acervos custodiados pelas instituições arquivísticas, através de uma linguagem acessível ao usuário. Rockembach (2015) aponta que quanto mais entendimento a instituição arquivística tiver sobre o seu usuário e suas necessidades informacionais mais ela poderá criar políticas de difusão mais assertivas. Assim, ao direcionar seus esforços para atingir melhor a interação com o usuário, a instituição consegue transmitir de maneira precisa o seu posicionamento institucional através de suas ações.

Com isso, Rockembach (2015) fala da importância dos arquivistas nesse processo para a difusão do acervo através de produtos e serviços a serem oferecidos aos usuários, dos mais especializados até às crianças. Até mesmo, “[...] ir além e, em vez de trazer os usuários à instituição, levar a instituição até os usuários com a aplicação de tecnologias da informação e a digitalização dos conteúdos.” (ROCKEMBACH, 2015, p.99). Mas o autor ainda complementa que somente a disponibilização destes conteúdos não é o suficiente e ressalta a importância dos profissionais de arquivo para o planejamento e execução das ações de difusão.

Um destaque feito por Rockembach (2015) que também é apresentado por Cabral (2012) é a relevância da interdisciplinaridade para a difusão. O “[...] alinhamento com outros profissionais, em especial bibliotecários e museólogos, poderia facilitar a criação de um programa sistemático de atuação dos arquivos voltado a uma prática direcionada aos campos educacional, cultural e turístico.” (CABRAL, 2012, p.37). Rockembach (2015) complementa ainda, citando a profissionais da área de comunicação, computação e educadores como parte fundamental para o desenvolvimento de políticas de difusão assertivas.

Cabral (2012) reitera a necessidade de que a política institucional dos Arquivos de compreenda a real capacidade de fazer da instituição. Por isso, a autora afirma

que para além das funções técnicas inerentes à prática arquivística – como o recolhimento, a gestão e a preservação dos acervos – as instituições também devem expandir suas dimensões culturais, sociais e educativas. E para que isso aconteça, carece a realização de um planejamento institucional que integre as “[...] atividades a serem desenvolvidas, de modo que sejam sistematizadas e avaliadas constantemente e se façam ajustes e correções ao longo dos projetos, assim como adequações em relação aos objetivos que devem ser alcançados.” (CABRAL, 2012, p. 37). O desenvolvimento da teoria, em muitas vezes, difere da prática diária nos Arquivos brasileiros dadas as várias adversidades enfrentadas por estas entidades, como cita Cabral (2012):

Vale mencionar, ainda, a falta de recursos humanos e financeiros, que implica a dificuldade de se implementar uma prática direcionada para o serviço educativo e a ação cultural, uma vez que os profissionais estão muito ocupados com a função técnica diária. De fato, sabe-se das precárias condições de trabalho em arquivos públicos Brasil afora e das limitações encontradas pelos profissionais que neles atuam, como falta de material básico de trabalho, espaço adequado ao armazenamento de fundos documentais e sobrecarga devido ao pequeno número de funcionários. Contudo, a experiência do ANTT<sup>7</sup> mostra que uma política institucional consolidada no sentido de priorizar uma prática voltada para a oferta proativa de divulgação de acervo, buscando novos públicos, inclusive a partir das escolas, é possível com uma equipe reduzida que atua na organização e planejamento do marketing cultural e de projetos. É essencial boa articulação e comunicação entre todos os funcionários do arquivo para gerir os projetos, a fim de atingir qualidade e sucesso na implantação, manutenção e avaliação permanente do serviço educativo e das ações culturais. (CABRAL, 2012, p.42).

Chaves (2020) por sua vez, propõe alguns princípios norteadores para o desenvolvimento das atividades de difusão pelas instituições arquivísticas. São eles:

- Aderência ao perfil institucional e identidade de arquivo, visto que é imprescindível conhecer a fundo a instituição para que a difusão seja feita de maneira correta. Para o autor, “[...] todas as atividades de difusão devem ser guiadas pela missão e pelas características que são peculiares à instituição e à área de conhecimento que orienta os seus trabalhos técnicos.” (CHAVES, 2020, p. 83);
- Calendário próprio, tendo em vista o fortalecimento da identidade do arquivo (deve-se planejar atividades que extrapolem o calendário de efemérides e/ou

---

<sup>7</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

cívico-escolares, elaborando um calendário de ações próprias e acompanhem a realidade diária do Arquivo, expressem a identidade institucional e sustente um diálogo com os usuários);

- Protagonismo nos eventos realizados (garantir que os profissionais das áreas técnicas compartilhem seus conhecimentos, fomentando um desenvolvimento interdisciplinar);
- Garantia do acesso e responsabilidade com a informação (deve-se garantir o acesso aos usuários, salvo as condições restritivas de acesso impostas pela legislação, “[...] a difusão deve se pautar pelo pleno direito de acesso às informações sob sua custódia, buscando superar os obstáculos que dificultam a plena disponibilização dessas informações.” (CHAVES, 2020, p. 84));
- Respeito aos ritmos e especificações técnicas das áreas (as atividades de difusão tendem a atrair mais usuários aos Arquivos e, por isso, é de extrema importância que elas sejam respeitadas o ritmo do corpo técnico, para que outras as outras funções desenvolvidas não sofram interferências ou interrupções, alterando a normalidade no atendimento ao público);
- Segurança da informação e do patrimônio (considerando também o aumento da circulação de pessoas ocasionadas pelas atividades de difusão, “[...] os setores que cuidam da preservação dos documentos e da administração predial precisam ser consultados nos momentos de planejamento e organização dos eventos, principalmente exposições físicas, com o intuito de prevenção de danos ao patrimônio documental.” (CHAVES, 2020, p. 84));
- Transversalidade (essa função deve atravessar toda a estrutura institucional, construindo uma via de diálogo interno, com os usuários e com outras instituições);
- Parcerias (os profissionais de arquivo devem buscar por articulações interdisciplinares para o desenvolvimento do conhecimento específico arquivístico. “[...] Assim se realiza a produção do conhecimento, na interação com as várias especialidades. As parcerias com as diversas disciplinas acadêmicas e as revistas científicas são as ações, por excelência, para esse fim.” (CHAVES, 2020, p. 84)).

Desta forma, Chaves (2020) apresenta algumas possibilidades para que as ações de difusão sejam ramificadas, diversas e compreendam os diferentes tipos de usuários. Por isso é tão importante que os Arquivos desenvolvam suas políticas de difusão com várias frentes de ações, focando nas necessidades dos usuários cativos e buscando ampliar seu alcance a novos públicos. Ainda assim, tais políticas devem ser revistas periodicamente a fim de acompanhar as alterações de perfil de usuários, as tecnologias existentes para a divulgação do acervo, na política institucional, nas mudanças sociais, entre outros aspectos.

#### **1.4 Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**

Após a reflexão sobre os principais conceitos teóricos que perpassam por nosso objeto de estudo, para situar o leitor que não está habituado com a história de Belo Horizonte ou do Arquivo, essa seção apresentará alguns pontos importantes para a análise do posicionamento institucional, que será feita no capítulo 4.

Aqui serão expostos três elementos importantes para a análise de conteúdo que será feita adiante. A primeira que compreende a evolução da Secretaria de Cultura dentro da evolução administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), como um elemento significativo para o entendimento de algumas particularidades na construção institucional do Arquivo, além de apontar sua vinculação administrativa. A segunda será voltada para os precedentes da criação APCBH e um pouco da formação de seu acervo. O último será diretamente relacionado à criação e principais projetos criados ao longo dos 30 anos. Para apresentação destes projetos será utilizado parte da pesquisa documental, contudo, como a metodologia utilizada é a análise de conteúdo, o capítulo 3 será voltado para o estudo da retórica utilizada pela instituição. Por isso, o conteúdo exposto nessa seção terá um caráter mais informativo, focando em apresentar ao leitor alguns pontos importantes da história da instituição, assim como alguns dos principais projetos.

A história de Belo Horizonte começa alguns anos antes de sua existência, inicialmente denominada Cidade de Minas. O seu início é datado no fim do século XIX, quando por motivações políticas e sociais foram iniciadas as discussões para a mudança da capital mineira, posto ocupado por Ouro Preto até então. Em 1890, os primeiros estudos topográficos foram realizados no estado para delimitar a melhor



área para a construção do novo município (AGUIAR, 2012). A Lei nº1, de 28 de outubro de 1891, adicional à Constituição do Estado de Minas Gerais de 1891 demarca o início dos estudos para a construção da Nova Capital (MINAS GERAIS, 2022, *on-line*), o que mais tarde, em 1893, culminaria na designação da Comissão que planejará e executará sua construção. Já em dezembro do mesmo ano, o Congresso Mineiro promulgou a Lei nº 3, 17 de dezembro de 1893, que determinou a área para a construção da nova cidade, e nessa área deveria ser instalada a nova sede do governo num prazo máximo de quatro anos (MINAS GERAIS, 2022, *on-line*).

Para a idealização da obra é estruturada uma comissão, no início de 1894, denominada Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), composta por engenheiros, arquitetos, urbanistas e chefiada por Aarão Reis. Organizada em três estruturas – administrativa, financeira e técnica –, a CCNC atuou para a construção de Belo Horizonte, inaugurando a cidade em 12 de dezembro de 1897 (AGUIAR, 2012).

Esta comissão foi responsável pelos trabalhos de planejamento e construção da cidade. A preocupação em documentar todo o processo de construção pode ser exemplificada pela criação do Gabinete Fotográfico da Comissão Construtora que deixou uma série de registros fotográficos do antigo arraial, aglomeração que foi totalmente destruída para dar lugar à nova capital. Além da documentação fotográfica, essa comissão deixou todo um legado documental que mais tarde veio a se constituir em parte do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. (CHAGAS, 2016, p. 72).

Considerando as características únicas da formação da cidade, uma cidade planejada com documentos remanescentes de sua projeção e construção, os profissionais do APCBH, quase um centenário após o início da construção da Capital, iniciaram um trabalho de análise da legislação já publicada para remontarem a Evolução Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte entre os anos de 1894 e 2000. Essa pesquisa organizou de forma sistemática o desenvolvimento administrativo da capital desde sua construção (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2022, *on-line*). É importante ressaltar ainda desde o início das atividades em 1898 até 1947 “a Prefeitura esteve subordinada ao Governo do Estado de Minas Gerais. A partir de 1947, quando o primeiro prefeito foi eleito, deixa de existir tal subordinação.” (CHAGAS, 2016, p. 75). E ao encarar os resultados disponíveis foi possível observar o momento de introdução dos assuntos culturais e patrimoniais dentro da

administração da Prefeitura de Belo Horizonte, como essas áreas foram sofrendo mudanças e realocação dentro da estrutura, bem como modificando suas atribuições.

É proveitoso para a compreensão geral do objetivo desta pesquisa levantarmos esses marcos para a área cultural em função de facilitar o entendimento do discurso do APCBH como órgão vinculado a esta área desde sua fundação. Aqui não temos a intenção de investigar a fundo as mudanças ocorridas na evolução administrativa de Belo Horizonte<sup>8</sup>. Chagas (2016), ao fazer esta análise, chama atenção para os marcos temporais acompanhando o aumento populacional, em paralelo, correlaciona proporcionalmente ao crescimento e reestruturações necessárias dos serviços públicos oferecidos aos cidadãos. A todo momento é preciso lembrar que Belo Horizonte foi uma cidade planejada e por isso o desenvolvimento do município pode ser identificado e estudado.

A partir desse ponto, vale citar que, ao longo dos anos, do aumento populacional e rompimento de ocupação dos limites inicialmente estabelecidos pelo projeto da Comissão Construtora, Belo Horizonte passou por algumas reformas administrativas, essas que visavam readequar e reestruturar os serviços oferecidos pela Prefeitura à população. Dentre todas as transformações ocorridas, podemos apontar como grandes reformas a de 1947, quando a Prefeitura se desvincula do Governo do Estado. Em função do modelo aplicado na nova organização, é necessário repensar a organização administrativa novamente em 1948, para que a máquina administrativa pudesse se tornar mais equilibrada. Também é nesse ponto que os organogramas se tornam mais verticalizados e se dá início a administração indireta (CHAGAS, 2016; ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2022, *on-line*).

Durante o período da Ditadura Militar são feitos diferentes arranjos na estrutura administrativa, apresentando novo aumento organizacional. “Pela primeira vez, se forem considerados os organogramas anteriormente apresentados, se utiliza o termo Secretaria para designar as unidades de linha subordinadas diretamente ao Prefeito.”

---

<sup>8</sup> CHAGAS (2016), em sua tese, faz uma análise detalhada sobre a evolução administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, sintetizando as mudanças ocorridas e criando arcabouço teórico para análise da gestão de documentos na Prefeitura de Belo Horizonte.

(CHAGAS, 2016, p.98). Chagas (2016) também menciona que neste período também é integrado à administração indireta o Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte – a PRODABEL – responsável pelo controle e registros dos dados produzidos pela Administração Direta e Indireta do Município, entre outros.

Apareceram, também nessa estrutura, as administrações municipais Barreiro e Venda Nova, como formas de descentralização da administração municipal. Cada uma dessas regionais tinha estrutura própria com cinco unidades subordinadas. Outro aspecto a ser destacado é que a área de Educação passou a ter uma secretaria própria, já que, na estrutura anterior, existia uma Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Assim, a área de Cultura passou a estar em uma Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. (CHAGAS, 2016, p. 102-103).

Após 1985 o Brasil inicia o período de redemocratização e em 1988 é publicada uma nova Constituição Federal. Em função dessas mudanças políticas e sociais do período a Prefeitura passa por outra reestruturação, a medida que são incluídos como órgãos descentralizados as Regionais, que passam a ser nove: Regional Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova (CHAGAS, 2016; BELO HORIZONTE, 1989). A mesma lei que estabelece a reestruturação também dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), que pela primeira vez, é dissociada de outros assuntos.

No ano de 2000 é feita a última grande reforma administrativa na Prefeitura: “tratou-se de uma reforma que propunha substituir o modelo burocrático pelo gerencial. Nesse modelo, os departamentos, serviços, seções e setores foram substituídos pelas gerências de primeiro, segundo, terceiro e quarto níveis, respectivamente.” (CHAGAS, 2016, p. 109). Até essa organização, como aponta Chagas (2016), não havia uma Secretaria de Cultura dentro da disposição administrativa, mas a área cultural e patrimonial era de responsabilidade da Fundação Municipal de Cultura (FMC), que está vinculada ao Gabinete do Prefeito. “Nessa reforma, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte que, na estrutura de 2000 tinha três serviços e seis seções, além da diretoria perdeu toda a sua estrutura, somente recuperando alguns desses cargos tempos mais tarde.” (CHAGAS, 2016, p. 109).

As mudanças feitas no ano 2000 vieram sofrendo poucas modificações ao longo dos anos até em 2017, quando organização da PBH sofre novas transformações, dentre elas, é criada uma Secretaria Municipal de Cultura à qual a FMC passa a ser

vinculada, deixando de responder ao Gabinete do Prefeito. Nessa nova disposição o APCBH deixa de ser uma Diretoria dentro da Fundação, sendo rebaixado a um nível na estrutura organizacional, transformando-se na Gerência do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, sendo seu *status* atual (BELO HORIZONTE, 2017).

Em vista de seguir com a discussão, precisa-se retroceder aos marcos temporais da história de Belo Horizonte. Como citado anteriormente, a cidade foi planejada a partir da Comissão Construtora da Nova Capital, construída na região central do estado entre 1894 e 1898 para servir como sede administrativa de Minas Gerais, que anteriormente era situada em Ouro Preto.

A mudança da sede de governo da velha cidade colonial para a cidade moderna e planejada para ser a nova Capital republicana representou uma oportunidade sem precedentes no País para que a criação de um arquivo público fosse discutida e, o mais importante, para o recolhimento de uma grande massa documental representativa capaz de dar conta de reunir documentos desde a instalação da capitania até aqueles primeiros anos da nova organização republicana, contemporâneos da criação do Arquivo e da construção da nova Capital, e de recolher ou receber doações que representavam todos os municípios existentes naquele momento. Neste contexto, Belo Horizonte apresentava-se como um novo cenário, que sugeria novas discussões, e não apenas a transposição das mesmas práticas para um novo espaço. (PARRELA, 2009 p. 252).

O primeiro serviço de arquivo instalado na capital mineira foi instituído logo após a inauguração da cidade, em janeiro de 1898, com a transferência do arquivo da CCNC para a Prefeitura, quando a Comissão se extinguiu (PARRELA, 2009). Ele recebeu boa parte dos documentos produzidos pela Comissão ao longo dos trabalhos de construção da cidade e posteriormente chegou a fazer alguns recolhimentos dos mesmos em órgãos da administração municipal (PARRELA, 2009). Diante da magnitude da construção de uma cidade, a CCNC já tinha diretrizes estabelecidas para o tratamento e organização dos documentos produzidos durante a execução da obra, denominado “Instruções regulamentares para execução dos serviços” (PARRELA, 2009, p. 253). Neste instrumento eram detalhadas as competências a serem efetuadas por cada divisão, a forma de organização e arquivamento dos documentos.

Como dito, desde a Comissão Construtora já era pretendida a criação de um Arquivo. Diferentemente de outras estruturas, como uma biblioteca e um museu, o Arquivo foi pensado como um instrumento burocrático, para realizar o serviço de

consulta para os funcionários da municipalidade. Vale ressaltar que nos primeiros anos de governo na Nova Capital a situação econômica foi difícil, o que leva a crer o não aparecimento do Arquivo nos primeiros organogramas, sendo mencionado pela primeira vez no organograma da Prefeitura entre o período de 1907 a 1914 (PARRELA, 2009; BELO HORIZONTE, 2022, *on-line*). Já em 1912, o prefeito da cidade comunica que o Arquivo estava organizado e preparado para prestar quaisquer serviços de informação, desde emissão de certidões até informação sobre legislação e regulamentações do município. No mesmo ano também acontece o primeiro recolhimento de documentos ao Arquivo, relativo à produção documental do recenseamento da Capital (PARRELA, 2009, p. 257-258).

Nos anos subsequentes, em função da Primeira Guerra Mundial, os problemas econômicos ressurgem. Mesmo frente às baixas neste período, a preocupação com os documentos continuava, tanto que em 1919 é promulgada a Portaria nº 48 que fixava a forma de produção de alguns documentos, como apresenta Parrella (2009). A autora ainda explica que com o avançar dos anos, o crescimento da cidade e, conseqüentemente, o volume de documentos que era produzido pela Prefeitura. Sendo que na metade da década de 1920, sob a influência do sistema de classificação de Dewey<sup>9</sup>, foi determinada uma reordenação nos documentos de arquivo seguindo tal método.

[...] A adoção dessa catalogação iria ser responsável por um desmembramento catastrófico dos itens documentais e levaria a uma confusão ainda maior nas buscas, já que aquelas categorias estabelecidas para o tratamento de obras sobre todas as áreas do conhecimento não seriam úteis à ordenação de documentos de uma prefeitura. (PARRELA, 2009, p. 262).

Ações como essa apontam para a predileção e atenção da administração pública para outros órgãos culturais, como a biblioteca. Essa situação já se refletia na média de salário pago ao arquivista, na distribuição do orçamento anual e,

---

<sup>9</sup> *Dewey Decimal Classification bib/clas* é um esquema elaborado pelo bibliotecário norte-americano Melvil Dewey (1851-1931). A primeira versão foi publicada anonimamente, em 1876, quando o autor era bibliotecário do Amherst College (Nova York). Um dos aspectos originais desse esquema foi a utilização do sistema decimal, para a divisão de cada classe em subclasses e para a notação. Outra inovação foi a inclusão de um índice alfabético bastante desenvolvido. Para facilitar o uso do esquema, Dewey elaborou instruções claras e simples para adaptar a classificação aos aspectos locais. A classificação tem sido revista com relativa frequência. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.85)

posteriormente, até no ambiente físico destinado ao Arquivo, que era considerado impróprio para sua instalação. Em 1929 duas situações passam a acontecer também: “[...] a) os expurgos, sempre que a falta de espaço exigisse, sem que os critérios dessas eliminações fossem descritos nos relatórios e b) a reencadernação de alguns livros de documentos, como medida de preservação.” (PARRELA, 2009, p. 263-264).

Nos anos iniciais da década de 1930, a Prefeitura passa por mais uma reforma administrativa, focando na melhoria dos serviços prestados ao cidadão, bem como para a prestação de informação. Por isso, são promulgadas portarias com instruções claras de como os processos deveriam ser produzidos, tramitados e organizados. Todas essas medidas foram adotadas buscando a melhoria dos serviços de resposta aos pedidos protocolados, assim como para consulta interna. Diante dessa situação, fica claro a importância da organização dos documentos, como também de um espaço físico apropriado para sua guarda. Essas medidas, em certo ponto, foram essenciais para a preservação de acervos importantes, como o produzido pela Comissão Construtora, dentre outros, como por exemplo, o acervo fazendário (PARRELA, 2009).

Além de sugerir as discussões em voga sobre o arquivo e as tipologias documentais específicas, o relato do prefeito de 1930 indicava a próxima empreitada do Arquivo: um catálogo geral para o registro de todo o acervo ali existente, para que se procedesse à classificação devida de todas as peças. No entanto, os critérios não foram divulgados. (PARRELA, 2009, p.271).

Ainda na década de 1930 é criada a primeira comissão de funcionários para a realização de eliminação de documentos, contudo “[...] a portaria de sua nomeação não apresenta nenhum critério norteador para o trabalho. Dois meses depois, a comissão seria dispensada, pois os trabalhos já haviam sido concluídos.” (PARRELA, 2009, p.272). Posteriormente, o Arquivo foi transferido de local, mas ainda tinha que lidar com massas de documentos empilhados em estantes, o que levou o expurgo de parte deles, considerados como resíduos da transferência, inclusive, estes foram vendidos à época por peso para fábricas. Ainda enfrentando problemas de espaço e organização, os documentos passaram por uma nova ordenação, esta, mais uma vez, com métodos próximos de técnicas biblioteconômicas. Essa ação trouxe novos prejuízos para o arranjo dos documentos, uma vez que os critérios de agrupamento, por vezes, seguiam escolhas a revelia de Abílio Barreto, responsável pelo Arquivo à época (PARRELA, 2009).

[...] Outro dado interessante, que provavelmente pode ser associado ao apreço de Abílio Barreto em frisar o papel do Arquivo como instrumento de modernização da administração, diz respeito ao nome do Arquivo. A partir de seus relatos, o nome Arquivo Municipal desapareceria dos documentos. As referências passam a citar a repartição como Arquivo Geral da Prefeitura, embora Barreto tenha associado a divulgação de alguns de seus trabalhos no Arquivo à data de fundação da cidade, como no caso da divulgação do Catálogo do Arquivo. (PARRELA, 2009, p. 279).

A conservação de alguns acervos, principalmente os referentes à CCNC, foram feitas, em parte, pelo apreço de Barreto ao conteúdo dos documentos, o que, posteriormente, na década de 1940, fez com que alguns deles fossem transferidos para o Museu Histórico de Belo Horizonte, que passaria a ser dirigido por Barreto, que ainda esteve vinculado ao Arquivo por mais um tempo. Esses documentos produzidos pela CCNC que foram transferidos à essa época estão atualmente sob a guarda do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB)<sup>10</sup>. Ainda neste período, o reconhecimento do Arquivo praticamente se esvai, muito em função do reconhecimento do Museu e da figura de Barreto atrelada a sua direção (PARRELA, 2009).

O Arquivo Municipal de Belo Horizonte não desapareceria, mas, depois de curto período, cerca de uma década, em que teve o seu papel histórico reconhecido pela municipalidade – o que implicou a contratação “do historiador da cidade” para a sua organização – seria novamente encarado como mero repositório dos documentos administrativos. Apenas administrativos. (PARRELA, 2009, p. 286).

Nessa levada, as menções ao Arquivo praticamente desaparecem, mas ainda em 1959 é possível verificar algumas atividades de informações prestadas pelo órgão, contudo uma nova tentativa de ordenação é feita, novamente sendo aplicada a metodologia de Dewey. Após esse novo arranjo, o serviço de informações é prejudicado, uma vez que a busca pelas informações não tinha êxito em função da disposição dos documentos. As menções ao Arquivo até a década de 1980 são quase nulas e sempre estão relacionadas ao expurgo dos documentos. Parrela (2009) aponta que o desmonte gradual do acervo desde a década de 1960 fez com que o Arquivo deixasse de “de ser visto pelos próprios funcionários da Prefeitura como um

---

<sup>10</sup> Estes documentos fazem parte do acervo microfilmado, digitalizado e reunidos em uma única base de dados. Esse projeto foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais entre os anos de 2001 e 2004, o qual reuniu os documentos remanescentes da Comissão Construtora da Nova Capital, que têm sua custódia dividida entre MHAB, APCBH e o Arquivo Público Mineiro. Esse material pode ser consultado no link: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/>. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2022, *on-line*).

órgão, de alguma maneira, responsável pela memória da cidade. Por um longo período foi encarado apenas como o 'arquivo morto'." (PARRELA, 2009, p. 287). Sua existência foi se modificando até se tornar um arquivo geral de processos da Prefeitura de Belo Horizonte, contudo já não tinha mais a custódia dos documentos produzidos e recebidos pela administração do município, função atribuída atualmente ao APCBH.

Nesse contexto é preciso ressaltar que a custódia dos documentos produzidos e recebidos pela Prefeitura e os documentos remanescentes da Comissão Construtora nem sempre estiveram sob a guarda de uma única instituição. Este quadro se reflete nos fundos fragmentados que o APCBH possui, considerando a perda da custódia dos conjuntos documentais do Arquivo anterior e a própria história arquivística dos conjuntos documentais.

Assim encerramos a parte dos precedentes da criação do APCBH. O movimento para a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte está calcado no processo da redemocratização brasileira, após o fim do Regime Militar, em 1985. Como apresentado anteriormente, esse cenário proporcionou uma mudança no pensamento social, ansiando por um relacionamento mais transparente entre Estado e sociedade civil.

Dentro dessa perspectiva a Prefeitura de Belo Horizonte, regulamentou uma reestruturação organizacional a partir da Lei nº 5.562, de 31 de maio de 1989, (BELO HORIZONTE, 1989) que incluiu na estrutura a Secretaria de Cultura a seguinte competência: "Art. 24 IV - Planeja e coordena as atividades das casas de espetáculos, museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais e outras atividades culturais promovidas ou patrocinadas pela Prefeitura de Belo Horizonte." (BELO HORIZONTE, 1989). E em 1990, a Lei Orgânica do Município, reforça a necessidade de proteção dos documentos produzidos ao dispor que "o Poder Público manterá sistema de arquivos públicos e privados com a finalidade de promover o recolhimento, a preservação e a divulgação do patrimônio documental de organismos públicos municipais [...]" (BELO HORIZONTE, 1990).

Em 1989, ampliaram-se as discussões sobre a preservação da memória da cidade. E a ideia de criação de um arquivo municipal concretizou-se no âmbito do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Cultural do Município.



Concomitante a essa reestruturação organizacional da Prefeitura eram realizados debates para a implementação de um Arquivo Público, focado na gestão de documentos do poder administrativo municipal. Nas discussões sobre a sua criação, desde 1986 até 1990, buscou-se construir “as bases para um arquivo moderno”, responsável por realizar a gestão de documentos dos órgãos executivos da cidade, sendo capaz de estabelecer critérios para a aquisição, avaliação e eliminação de documentos. A concepção de modernidade do Arquivo planejado nos anos de 1990 se pautava por uma imagem de uma instituição arquivística que não se centrava apenas numa entidade voltada para a guarda de documentos históricos, como os primeiros Arquivos criados no Brasil, mas, também, para o apoio a administração pública, assegurando a racionalidade e eficiência administrativa, e era exatamente esse papel que se pautava a criação do APCBH (CHAGAS, 2016).

No ano de 1989 foi constituída uma Comissão Técnica formada por servidores municipais e acadêmicos, tendo à frente da coordenação o professor Luiz Gonzaga Teixeira e no assessoramento técnico Norma de Góes Monteiro. Esta comissão, tendo como base a minuta da lei federal, elaborou dois anteprojetos de lei – para implantação da política municipal de arquivos e para a criação do arquivo público municipal - que foram encaminhados ao prefeito ainda no mesmo ano. (GOMES; PARRELA, 2011, p. 9).

Como resultado desses esforços, em 1991, foram publicadas as duas leis municipais, uma dispendo sobre a gestão de documentos no município e outra de fundação do Arquivo. Desde sua implementação o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte esteve vinculado ao órgão municipal de cultura, como já citado anteriormente. O APCBH tem seu objetivo voltado para a preservação dos conjuntos documentais produzidos pelos poderes Executivo e Legislativo, assim como “dos documentos privados de interesse público, visando à eficiência e à transparência das operações da administração pública, à pesquisa científica, a proteção dos direitos do cidadão e ao desenvolvimento da identidade local” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019). É possível perceber esses distintivos em sua lei de criação: um arquivo que faz Gestão de Documentos, Lei nº 5.900, de 20 de maio de 1991, também é importante lembrar que a lei imediatamente anterior à criação do APCBH, dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados <sup>11</sup>, reforçando as características de um arquivo moderno.

---

<sup>11</sup> Lei nº 5.899, de 20 de maio de 1991.

Como já dito aqui anteriormente, o final da década de 1980 e início da década de 1990 foi um período de grandes mudanças sociais e políticas para o Brasil. Desde o fim da Ditadura Militar, o país passou por um processo intenso de redemocratização. Dentro dessa perspectiva, começaram a surgir questões relacionadas à transparência do Estado e ao acesso de informações governamentais (JARDIM, 2013). A criação do APCBH corre em meio à todas essas mudanças e, em função disso, a lei responsável por sua criação e a lei que estabeleceu a política arquivística para o município de Belo Horizonte corroboram com a disposição da Lei Brasileira de Arquivos<sup>12</sup>, sancionadas no mesmo ano, em que elas estabelecem uma definição conceitual do que é gestão de documentos e também apresentam requisitos para seu desenvolvimento.

Com a criação do APCBH, a cidade passa a ter novamente uma instituição destinada para a guarda e preservação dos documentos produzidos e recebidos pelo executivo, que apontava a necessidade do mesmo tratamento para o acervo do legislativo de Belo Horizonte, assim como de alguns conjuntos documentais privados de interesse público e social. Com fundos compostos pelos documentos dos poderes Executivo e Legislativo de Belo Horizonte, além de coleções, o APCBH conta com documentos remanescentes do Arquivo anteriormente criado na cidade, dividindo a guarda dos documentos da CCNC com o Arquivo Público Mineiro e o Museu Histórico Abílio Barreto (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2021, *online*).

Outra distinção característica do Arquivo que acabava de ser criado foi o cuidado com o corpo técnico que trabalharia na instituição. Não havia o cargo de arquivista na Prefeitura e então uma saída foi o treinamento dos funcionários que seriam deslocados para a instituição ou a identificação de funcionários de diversas carreiras que haviam se interessado pela preservação dos documentos municipais. Nesse contexto também deve se destacar a importância do trabalho da professora Norma de Góes Monteiro, que havia participado anteriormente do processo de reestruturação do Arquivo Nacional, quando trabalhava como técnica na instituição. Nos primeiros meses de funcionamento do Arquivo a equipe técnica foi sendo formada aos poucos sendo composta por funcionários da própria Secretaria de Cultura e

---

<sup>12</sup> Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

alguns emprestados da Secretaria de Educação e a professora Norma, figura importante na implementação da instituição, tendo sido nomeada como primeira diretora da casa (CHAGAS, VENÂNCIO, 2017).

Além da dificuldade para a formação da equipe técnica, uma vez que a prefeitura não possuía arquivistas no seu quadro funcional, e descrédito administrativo por outras áreas da Prefeitura, o espaço físico também era um problema. Entre 1992 e 1996, o Arquivo ocupou partes de prédios localizados na Rua da Bahia, Rua dos Tupis e na Avenida dos Andradas, no hipercentro de Belo Horizonte. Em 1996, a instituição mudou sua localização para um prédio alugado na Rua Itambé, bairro Floresta, onde se encontra até os dias de hoje. Apesar de mais espaçoso, inicialmente o prédio estava longe de ser o ideal para a instalação de uma instituição arquivística. O edifício é vizinho de uma delegacia de polícia e de um abrigo para a população de rua. Até o início dos anos 2000, contava ainda com a vizinhança de uma cooperativa de materiais reciclados e restaurantes. Esse quadro chegou a afetar o Arquivo, culminando com um incêndio em 2002, que teve origem em uma rebelião na carceragem superlotada da delegacia. Na época, apesar de algumas partes estruturais do Arquivo serem modificadas nenhum documento foi perdido. Apesar de todos os impedimentos quanto ao prédio, várias tentativas frustradas de uma sede própria e adaptações para melhor receber o acervo, o APCBH continua instalado no mesmo prédio desde 1996 (CHAGAS, VENÂNCIO, 2017).

Sob a ótica de criação e implementação do Arquivo foi realizada a “produção de um diagnóstico dos acervos acumulados pela Prefeitura para o seu conseqüente recolhimento foi de imediato priorizado, sob o argumento técnico de que o arquivo público deveria fundamentalmente tratar da documentação governamental.” (GOMES; PARRELA, 2011, p. 10). Desta maneira, também tomaram como predileção os documentos remanescentes da Comissão Construtora da Nova Capital, a documentação era “[...] constituída de correspondências, relatórios técnicos, documentos contábeis, fotografias, publicações e um grande acervo de plantas e mapas, foi felizmente preservada, em grande parte pela própria ação da Comissão [...]” (GOMES; PARRELA, 2011, p. 10).

Ao final das obras da Capital, os documentos gerados pela Comissão foram conservados e, até hoje, constituem um conjunto documental importante para a cidade. Atualmente, esses documentos estão divididos entre o Museu Histórico Abílio Barreto, o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, após vários esforços um projeto foi realizado para a digitalização e disponibilização em um banco de dados entre 2001 e 2004 (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2021, *on-line*). Esse acervo é importantíssimo para a compreensão do processo de construção da capital, o que permite ao cidadão acessá-lo e estabelecer novos usos de pesquisa e reinterpretação. Eles receberam atenção especial em seu tratamento desde os primeiros anos do APCBH, pois possuem até hoje valor probatório, além do imenso valor histórico cultural.

O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2016) ressalta que como parte do reconhecimento do valor desse conjunto documental, o acervo da Comissão Construtora da Nova Capital foi tombado municipalmente pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte em 2014. Já em 2015 o conjunto foi eleito pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO<sup>13</sup>, como patrimônio documental da humanidade visando “[...] três objetivos principais: facilitar a sua preservação mediante técnicas adequadas, universalizar o seu acesso e criar uma maior consciência da existência e da relevância de patrimônio cultural.” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016, p.227).

Mesmo com um conjunto tão importante para a história da cidade como o da Comissão Construtora, a gestão de documentos produzidos pela administração municipal sempre foi um ponto crucial nos anos iniciais do Arquivo como parte condicionante à preservação e acesso dos conjuntos arquivísticos, inclusive como consta na Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados<sup>14</sup> de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1991, *on-line*).

[...] o APCBH criou uma diretoria na sua estrutura organizacional, cujos funcionários têm como função monitorar e percorrer as unidades administrativas, acompanhando a produção dos documentos em todas as suas fases, em uma de suas frentes de trabalho. Após o recolhimento dos documentos considerados de valor permanente à sede do APCBH, procedem

---

<sup>13</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

<sup>14</sup> Lei nº 5.899/91 que dispõe sobre a Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências.

a sua conferência e encaminhamento à Diretoria de Arquivos Permanentes, área responsável pela guarda, tratamento e disponibilização dos documentos considerados de valor permanente tanto por sua representatividade para a história da cidade como por seu valor de prova. (PARRELA, 2004, p. 96)

Visando o processo completo de gestão de documentos, logo nos anos iniciais do APCBH, alguns funcionários foram designados a percorrer os depósitos de documentos da Prefeitura e realizar o *Recenseamento dos Acervos Documentais Acumulados pela PBH* (PARRELA, 2004, p. 97) e também a observarem o estado de conservação deles. Iniciado o

[...] levantamento dos acervos que se encontravam com seus produtores é que se pode dimensionar o acervo, que naquele momento era guardado em um galpão situado no bairro São Paulo. Nesta edificação precária, as condições do acervo foram classificadas como “sofriteis”, o que indicava um recolhimento em caráter de urgência. Mas, apesar das péssimas condições de conservação, quase tudo foi preservado. (PARRELA, 2009, p. 270-271).

Paralelo a isto, o trabalho de construção da Evolução Administrativa da PBH começou a ser elaborado. Com essas duas tarefas sendo realizadas concomitantemente foi necessário a criação de um quadro de fundos que refletisse a produção documental da PBH à época (PARRELA, 2004).

[...] Na hora de desenhar esse quadro, descobriu-se que, se fosse feito um modelo com todos os órgãos produtores de documentos desde a organização da Prefeitura, vários desses fundos ficariam vazios, pelos vários expurgos, citados na primeira parte deste texto, ou pela má conservação dos acervos. Ficou estabelecido, então, que o quadro norteador do APCBH respeitaria em seu arranjo arquivístico a ordem estabelecida pelos órgãos responsáveis pela guarda da documentação. Estes, mesmo não sendo, muitas vezes, os produtores, teriam a lógica do uso daquela documentação respeitada, já que foi isso que garantiu a sobrevivência daqueles acervos. (PARRELA, 2004, p. 97).

Ao passo que as ferramentas arquivísticas eram elaboradas, como o quadro de fundos e a evolução administrativa, entre outros, percebeu-se a necessidade de iniciar um processo de sensibilização e treinamentos, junto aos colaboradores, para que o trabalho realizado fosse realmente utilizado pelo contingente e tivesse a eficiência e eficácia almejadas. Em meio a isso, o APCBH iniciou em 1994, em conjunto com a Secretaria Municipal de Administração, a construção da Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivos da Administração Direta, que foi efetivamente implantada em 1997, tornando Belo Horizonte uma das primeiras Prefeituras brasileiras a ter este instrumento implantado (PARRELA, 2004).

Após a implementação da tabela de temporalidade, o APCBH passou a realizar, constantemente, um trabalho educativo junto aos servidores, bem como o treinamento

dos mesmos sobre como ocorre o funcionamento de um programa de gestão documental. A intenção era oferecer aos servidores os conceitos básicos sobre produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos (PARRELA, 2004). Salvo algumas modificações, em função das mudanças na estrutura administrativa, tecnológica e legislativa, essa atividade de treinamento dos servidores é executada pelo Arquivo até os dias atuais (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2022, *on-line*).

A formação do acervo se deu por meio dos diversos recolhimentos feitos desde o início das atividades do Arquivo e de algumas doações. Até o último Guia de Fundos<sup>15</sup> publicado, o APCBH tinha sessenta e três fundos públicos e um fundo privado. O único fundo privado trata-se do Fundo Nelson Coelho de Senna, o qual agrupa documentos produzidos e/ou reunidos pelo pesquisador durante sua vida, que foi doado por sua neta, após sua morte. Além disso, o acervo também conta com 21 coleções (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016).

Com relação aos fundos, há uma diversidade de situações criadas pelas numerosas alterações na estrutura administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, ao longo do tempo. A criação, a reestruturação ou a extinção de órgãos ou de partes deles – departamentos, gerências, divisões, seções, serviços e outros – traz impactos para a organização e do destino dos documentos que foram produzidos ou acumulados pelos órgãos públicos. A criação, a adição, a supressão de competências de um órgão para o outro – o que, muitas vezes, implica na necessidade de transferência de documentos de um local para outro – são situações vivenciadas na administração pública que também impactam a política municipal de arquivos. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016, p.23)

Diante dessa realidade, são necessárias ações constantes para difusão do acervo, bem como o treinamento constante dos servidores da administração direta e indireta da cidade, além do treinamento dos servidores do APCBH para conseguirem atender a sociedade, facilitando o acesso dos documentos ao cidadão. As atividades voltadas para a difusão do acervo estão presentes desde os primeiros anos de existência do Arquivo. Parrela (2007) explica que, em função de um espaço físico reduzido para sua sede, compartilhada com a Secretaria Municipal de Cultura,

---

<sup>15</sup> Guia do Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte publicado em 2016 como parte integrante da série “O Arquivo e a Cidade”. A publicação em questão foi o segundo guia de fundos publicado pela instituição, como parte das publicações feitas em função do aniversário de 25 anos do Arquivo. O primeiro guia foi apresentado em 2001 e após 15 anos foi atualizado nessa nova publicação (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016).

impossibilitando a visitação, a instituição investiu em atividades de difusão, sendo que o primeiro grande projeto executado é o mais longínquo da instituição e está em execução até hoje.

Intitulado de Novos Registros: Banco de dissertações e teses sobre Belo Horizonte foi criado em 1993 e é realizado até hoje. O projeto consiste no oferecimento de palestras de mestres e doutores, que tem uma produção acadêmica recente sobre a cidade. Além da disseminação do conhecimento científico de maneira gratuita ao público, os autores doam uma cópia do trabalho apresentado que é incluída no acervo da biblioteca do Arquivo, podendo ser consultada pelos usuários (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016, p. 214).

O atendimento ao público é iniciado efetivamente em julho de 1993. Além disso, em setembro do mesmo ano é iniciado o projeto *Arquivo Vivo – Uma Proposta Educativa*<sup>16</sup>, onde são iniciadas as atividades de ação educativa junto ao público escolar. Este projeto tinha como finalidade realizações ações para a propagação do acervo do Arquivo junto ao público escolar da capital. Além disso, anos mais tarde, esse mesmo projeto teve alguns outros desdobramentos como a promoção de “oficinas de Educação Patrimonial no Centro de Referência do Professor SEE/MG<sup>17</sup>, além de participação em aulas no curso de Biblioteconomia (graduação e pós-graduação) da UFMG<sup>18</sup>” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2021, p.10)<sup>19</sup>.

Em novembro de 1995, o Arquivo integra a equipe de preparação de uma grande exposição da Secretaria Municipal de Cultura, com curadoria de Heliana Angotti. Chamada “Exposição Belo Horizonte – Nascimento de uma Capital”, foi realizada na Escola Guignard como parte das comemorações do centenário da

---

<sup>16</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. 30 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – Cronologia. [manuscrito]. 2021. 53 p. Esse documento foi levantado durante a realização da pesquisa documental. Essa cronologia foi atualizada para a comemoração dos 30 anos da instituição, ao passo que a primeira versão dela foi elaborada dentro do projeto de comemoração do aniversário de 20 anos do Arquivo, onde foi realizado um projeto para a organização da documentação produzida pelo APCBH.

<sup>17</sup> Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais

<sup>18</sup> Universidade Federal de Minas Gerais

<sup>19</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. 30 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – Cronologia. [manuscrito]. 2021. 53 p..

fundação de Belo Horizonte (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2021)<sup>20</sup>. Essa foi a primeira exposição realizada em parceria com o APCBH, atividade que se repetiu ao longo dos anos, com a montagem de algumas exposições com o uso de documentos e em parceria com outros órgãos e/ou instituições. Como exemplo, em abril a maio de 1996, foi realizada a exposição Belo Horizonte: O nascimento de uma capital, elaborada pela Secretaria Municipal de Cultura. “[...] Em uma grande exposição foram reunidos documentos diversificados sobre a influência francesa na arquitetura da cidade proveniente de diferentes instituições nacionais e estrangeiras, entre elas o APCBH” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2021, p.10)<sup>21</sup>.

Em 1997, no bojo das comemorações do primeiro centenário da capital, o APCBH organizou outra exposição com a utilização em *banners* sobre os anos iniciais da cidade. A exposição “Momentos de uma capital centenária” era itinerante e foi acompanhada pelo lançamento de uma edição fac-símile do Álbum de Vista da CCNC, com tiragem de 1000 exemplares, e uma versão em tamanho A3 da exposição itinerante, que foi enviada às escolas municipais como um kit pedagógico. Esses produtos contaram com o patrocínio da Xerox do Brasil. A apresentação do material levou os técnicos do Serviço de Pesquisa e Informação do Arquivo a voltar às ações itinerantes pelas instituições de ensino apresentando o trabalho.

A partir de 1999, o Arquivo montou algumas exposições em sua sede em uma das áreas de expansão, no segundo piso do endereço atual, no bairro Floresta. Dentre elas, a “Meio século de moda feminina no acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”, no primeiro semestre; e em fins do mesmo ano, a exposição sobre o acervo de Nelson Coelho de Semana, que marcou o lançamento dos instrumentos de pesquisa – inventário do arquivo pessoal e catálogo da correspondência – e abertura de exposição que contou com a contratação de uma consultoria da arte-educadora Aída Ferrari, que não só monitorou as visitas como coordenou a preparação de um

---

<sup>20</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. 30 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – Cronologia. [manuscrito]. 2021. 53 p..

<sup>21</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. 30 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – Cronologia. [manuscrito]. 2021. 53 p..



caderno de atividades pedagógicas voltado para crianças do primeiro ciclo de formação escolar.

Ainda no rol das exposições, o APCBH promove desde 2006 exposições itinerantes como uma forma de difusão dos trabalhos do Arquivo, como também de disseminação do acervo custodiado e ainda como uma forma de aproximar o cidadão dos trabalhos da instituição, pelo fato de serem realizadas em saguões ou áreas comuns prédios públicos da cidade. “[...] as exposições apresentam documentos sobre determinado tema, uma instituição ou trazem uma mostra de um acervo que já foi objeto de acurado tratamento arquivístico pela instituição.” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016, p. 214).

Assim, as exposições se consolidaram como parte importante das atividades de difusão do APCBH. Especialmente, com o uso de dispositivos para exposição planejados em aço inoxidável e madeira, mais resistentes, que permitiram a circulação por lugares como o Terminal Rodoviário Israel Pinheiro ou as sedes das administrações regionais ou universidades.

Em um panorama sobre as atividades educativas do APCBH que envolvem o público escolar e os conjuntos documentais sob a guarda da instituição, Parrela (2007, p.2) recapitula que já em 1993 foi criado o projeto “Arquivo Vivo”, que levava até as escolas uma apresentação do seu acervo e as possibilidades de uso para o ensino. Em 1996, com a mudança da sede do Arquivo para um prédio maior, as visitas guiadas passaram a ser feitas, buscando aproximar o público escolar da entidade. A partir desse ano, o APCBH também passou a investir no desenvolvimento de materiais didáticos, como cartilhas, palestras, exposições e até um kit pedagógico visando o estreitamento da relação entre o Arquivo e as escolas. E com a mudança da estrutura curricular em 1995, proposta pela Prefeitura de Belo Horizonte, dando ênfase no estudo da história local, em projetos da chamada “Escola Plural”, percebeu-se o aumento no número de estudantes do ensino fundamental que usavam o acervo documental para pesquisa (PARRELA, 2007, p. 4). A essa mudança, não podemos deixar de associar as comemorações do primeiro centenário da cidade e seus efeitos de estímulo ao estudo da história da cidade nos anos subsequentes.

Em 1999, constatou-se que 60% dos usuários do Arquivo eram crianças e adolescentes. Desses, 50% procuravam a Instituição com a orientação genérica de pesquisar a “história do seu bairro”, 45% desejam a “história da cidade” e apenas 5% tinham um roteiro de pesquisa e perguntas a serem respondidas pelo trabalho no Arquivo.

A observação dessa mudança de público exigiu uma reavaliação do atendimento aos consulentes. Afinal, esse público não procura documentos, mas informações sistematizadas, com linguagem adequada a sua faixa etária e um atendimento diferenciado daquele normalmente prestado aos usuários adultos. (PARRELA, 2007, p. 5).

O projeto História de Bairros, por exemplo, teve seu início em 1999, para suprir essa demanda dos estudantes belo-horizontinos que se dirigiam ao Arquivo para pesquisar a história dos bairros. Com isso, o projeto virou uma atividade de pesquisa permanente na instituição, como forma de qualificar a equipe para o atendimento a esse público (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2021, *on-line*). Em 2008, foram apresentados os primeiros resultados com a publicação de sete dos dez livros produzidos, sendo eles das regionais Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste e o livro do professor, produzido para orientar os docentes quanto às questões teórico-metodológicas que nortearam a produção do material. Já em 2011, foram lançados os três últimos volumes da coleção referente às regionais Norte, Oeste e Pampulha (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016).

Com a coleção, o APCBH espera suprir demanda da população da cidade trazendo informações sobre as histórias de bairros, espaço fundamental de construção das identidades dos belo-horizontinos. Através do trabalho desenvolvido a partir das fontes pesquisadas e da proposta de atividades de leitura de documentos, acreditamos oferecer aos professores e aos alunos mais uma ferramenta de educação patrimonial. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2021, *on-line*).

Em função da consolidação da parceria estabelecida com a Câmara Municipal de Belo Horizonte para tratamento do acervo do legislativo municipal, que contemplava ações de difusão, o Arquivo passa a planejar e executar algumas melhorias para o atendimento aos usuários, dentre elas está a criação do Projeto de Publicações.

O Projeto é composto de três linhas de ação: a) a Série O Arquivo e a Cidade, voltada para a divulgação de metodologias, acervos e da própria instituição; b) as publicações do APCBH em parceria com outras instituições; c) as publicações avulsas, compostas, principalmente, de instrumentos de pesquisa do acervo institucional. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016, p. 6).

[...] Esse projeto tem as finalidades de conscientizar os visitantes da relevância do acervo institucional, informar sobre o tratamento dado aos documentos, apresentar o “ciclo de vida” dos documentos oficiais, insto é, o percurso deles desde a produção até o recolhimento pelo APCBH, informar sobre normas arquivísticas, divulgar a instituição, seu acervo e seus projetos, e incentivar, por parte dos visitantes, a adoção de práticas preservacionistas no dia a dia. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016, p. 213).

O acervo da CCNC, era e é presença constante em outro trabalho regular do APCBH, iniciado em 1996, e que até hoje conta com visitas que se destinam desde aos alunos dos anos iniciais do ensino básico, passando pelo fundamental, médio e superior, até a outras entidades que desejam conhecer o funcionamento do órgão. Para a pedagoga responsável pela atividade nos últimos anos: “A Educação Patrimonial do APCBH prevê roteiros específicos de visitas para melhor atender seus diversos públicos, variando os objetivos, a linguagem e as atividades educativas” (MANSUR, 2018, p.96), o que pode explicar o sucesso das atividades em programa longo.

Sem perder de vista os objetivos deste trabalho, esta seção foi desenvolvida sem a pretensão de contar da história do APCBH, buscou-se situar os principais projetos criados ao longo dos trinta anos de existência, sem apresentar as gestões, as mudanças de diretoria do arquivo e da área de difusão, as características da equipe ou mostrar as transformações no organograma da instituição ao longo da história. Tampouco apontar a formação do acervo da instituição e os fundos que estão atualmente sob a guarda do arquivo, o setor de difusão do Arquivo, os projetos elaborados até hoje na instituição de difusão, explicar um pouco sobre cada um.

Levando esse cenário em consideração, o pressuposto é que, em sua trajetória, o APCBH investiu na construção de uma imagem institucional como lugar de memória da cidade a partir das ações de difusão. Isso posto, o questionamento a ser pesquisado é como as ações de difusão em geral contribuíram para a construção da imagem institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, enquanto um lugar de memória da cidade.

## 2 IDENTIDADE INSTITUCIONAL EM ARQUIVOS

Este capítulo se encarrega de uma parte muito importante para esta pesquisa, aqui será construída a ponte entre a comunicação e os Arquivos, incorporar os conceitos estudados e desenvolvidos em outras áreas são fatores cruciais para a melhoria da qualidade do produto e/ou serviço ofertado.

As estratégias de *marketing* podem ser recursos valiosos para as instituições arquivísticas. Tendo essa premissa em mente, o propósito deste capítulo é recapitular alguns aspectos da teoria de *marketing* desenvolvida, conduzindo a discussão para os aspectos pertinentes ao desenvolvimento de marca, imagem e posicionamento institucional, associando esses conceitos à realidade de um Arquivo Público.

### 2.1 A evolução do *marketing* e sua aplicação no âmbito dos Arquivos Públicos

Ao buscar compreender como uma instituição se posiciona diante da sociedade, mesmo que essa seja uma estrutura dentro da máquina administrativa, é importante conhecer o seu público e as melhores estratégias a serem adotadas para que seu objetivo institucional seja alcançado. Ferreira e Caldas (2017, p. 212) afirmam ser fundamental que as instituições arquivísticas utilizem conceitos de *marketing* para “ancorar estratégias diferenciadas face aos múltiplos desafios por elas enfrentados, como, por exemplo, a falta de recursos, de políticas públicas, de atuação profissional na área”, alinhando as estratégias adotadas com a promoção de sua imagem institucional, seus produtos e serviços, tendo o usuário como principal objetivo. Além disso, Kotler e Keller (2006, p.708) pontuam ser imprescindível que os setores de uma instituição mantenham o seu pleno funcionamento e tenham harmonia na execução das atividades administrativas. Os autores ainda explicam que o *marketing* tem a função de integrar essas ações internas, tornando fluidas a comunicação entre os setores, para que essa conduta seja transparente ao público. Além disso, ele tem a função de apresentar à sociedade os valores norteadores de uma entidade e o seu posicionamento institucional.

Mais do que compreender a importância do *marketing* para uma instituição é inevitável entender como seus conceitos se desenvolveram ao longo da história, suas principais transformações e quais destes atributos podem ser inseridos no cotidiano

de uma instituição arquivística. Nessa seção será recapitulado os princípios do *marketing* e suas transformações, conceitos sobre gestão e posicionamento de marca, para na próxima seção ser discutida a construção e fortalecimento de marca e na sequência criação e gerenciamento de identidade institucional, foco desta pesquisa.

Todos os autores utilizados aqui apresentam a definição do conceito de *marketing* pela American Marketing Association (AMA) sendo “uma função organizacional e um conjunto de processos que envolvem a criação, a comunicação e a entrega de valor para os clientes, bem como a administração do relacionamento com eles, de modo que beneficie a organização e seu público interessado.”. Por ser uma área estratégica deve acompanhar as transformações sociais e culturais, para que continue sendo uma ferramenta eficiente. Por este motivo, a última definição do conceito de *marketing* feito pela própria AMA já não é mais a mesma supracitada, definindo-o como “a atividade, conjunto de instituições e processos para a criação, comunicação, entrega e troca de ofertas que tenham valores para consumidores, clientes, parceiros e para a sociedade em geral.” (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2021, *on-line*, tradução nossa). A AMA procura reformular/atualizar o conceito a cada três anos, feito por pesquisadores da área para que a definição acompanhe as transformações sociais e culturais. Kotler *et al.* (2010) apontam que desde 2010, diante das transformações ocorridas no mercado em função das mudanças causadas no modo de vida pela globalização, o lado cultural e social passou a ser considerado, reconhecendo “que o *marketing* tem impactos de grande escala que vão além do que acontece nas negociações privadas entre indivíduos e empresas. Mostra também que o *marketing* agora está pronto para abordar as implicações culturais da globalização.” (KOTLER *et al.*, 2010, p.18).

Levando em conta o conceito apresentado tomaremos como base a atualização mais recente apresentada pela AMA, que considera as ações realizadas por uma instituição são importantes também para a sociedade de maneira geral e não apenas para consumidores e parceiros. A abordagem dos benefícios sociais através dessas estratégias é significativa para esse trabalho, já que o objeto de estudo não lida com consumidores e sim com a prestação de serviços para a sociedade. Tendo em mente as mudanças ocorridas em relação ao padrão de comportamento dos indivíduos ao longo das décadas faremos aqui um breve apanhado sobre a evolução

do *marketing*, para o melhor entendimento das questões que envolvem o posicionamento e a identidade institucional, que serão discutidos a frente.

O Marketing foi um dos temas mais eletrizantes no mundo dos negócios nas últimas seis décadas. O marketing, resumidamente, gira em torno de três disciplinas importantes: *gestão do produto*, *gestão de clientes* e *gestão de marca*. Na verdade, os conceitos de marketing evoluíram do foco na gestão do produto nas décadas de 1950 e 1960 para o foco na gestão do cliente nas décadas de 1970 e 1980. Em seguida, evoluíram ainda mais e acrescentaram a disciplina de gestão da marca nas décadas de 1990 e 2000. A contínua adaptação dos conceitos de marketing a diferentes épocas da vida humana é o que o torna tão interessante. (KOTLER *et al.*, 2010, p. 29, grifos dos autores)

A evolução supracitada também pode ser percebida em eras, como é classificada pelos autores. Eles segmentam o desenvolvimento do *marketing* em três fases, 1.0, 2.0 e 3.0. Kotler *et al.* (2010) dividem a evolução do *marketing* nesses três grandes momentos em função de profundas mudanças sociais que influenciaram o comportamento dos indivíduos. Esses autores ainda elaboraram, em 2017, o chamado *marketing* 4.0, que se traduz em uma variação dos preceitos do 3.0 aplicado ao meio digital, apontando as estratégias que devem ser adotadas para que as instituições consigam passar seus valores e ideologias expandidas ao meio digital. Esse último ponto não será aplicado aqui, por não se tratar uma pesquisa que visa analisar o comportamento de uma instituição no âmbito digital, por esse motivo, essa revisão se encarregará apenas das três primeiras fases.

Vale lembrar que o ambiente digital, principalmente após a pandemia da Covid-19, se tornou essencial como um meio para a divulgação das atividades realizadas pelas instituições arquivísticas e contato com os usuários. Contudo, considerando o tempo para o desenvolvimento dessa pesquisa, complexidade do tema e adversidades enfrentadas em função das restrições sociais impostas em função da pandemia da Covid-19 optou-se por não incluir o aspecto digital nessa pesquisa. Mas, ficou claro ao desenvolver este trabalho a necessidade da discussão desse assunto, ficando como perspectiva de novas pesquisas.

Retomando, a primeira fase é pautada sob perspectiva da era industrial, seguindo as mesmas diretrizes do fordismo, que visava o lucro a partir da escala de vendas, buscando o menor preço para a fabricação dos produtos, que em sua maioria eram básicos e desenvolvidos para atender a um grande mercado. Em vista disso,

essa fase ficou conhecida como *marketing* de produto ou 1.0. Já a segunda fase, conhecida como 2.0, tem seu início na era da informação e tem sua centralidade baseada no cliente, a partir desse ponto já existem vários produtos concorrentes. As instituições precisam desenvolver seus produtos de acordo com as expectativas do público-alvo, tendo em vista que os clientes conseguem comparar diversas mercadorias semelhantes e escolher o que melhor combina com sua preferência. Nessa era, a marca começa a fazer diferença para o cliente e as campanhas de *marketing* buscam satisfazer suas necessidades e desejos. Contudo, mesmo na era da informação, com o público tendo acesso aos mais variados conteúdos e tipos de produtos, o *marketing* ainda considerava o público como um alvo passivo das campanhas. Ainda nesse cenário as estratégias não consideravam que o público tinha ações responsivas ao conteúdo disseminado o que é uma grande mudança entre a segunda e terceira era, pois essa última é orientada para os valores e *feedback* recebidos (KOTER *et al.*, 2010, p. 3-5).

Kotler *et al.* (2010) desenvolveram o conceito de *marketing* 3.0, que também é conhecido como *marketing* social, almejando um posicionamento de marca que vai ao encontro com os valores de seus consumidores. E é por meio dessa nova perspectiva que as marcas passam a se preocupar com seu posicionamento, a construção de sua identidade e imagem institucional<sup>22</sup>.

Os autores apresentam dois pontos principais para o *marketing* 3.0, a globalização e o *marketing* cultural. A globalização influencia muito nesse processo ao quebrar as barreiras geográficas, linguísticas e culturais. Uma pessoa que anteriormente gostaria de conhecer um país ou uma cultura diferente da sua, deveria viajar para esse local e imergir na cultural para compreender a diferente realidade. Com o processo de globalização e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação essas barreiras foram se diluindo, abrindo novas possibilidades às pessoas, possibilitando conhecer novas culturas e lugares através de dispositivos

---

<sup>22</sup> De acordo com Kotler *et al.* (2010), o posicionamento está relacionado ao modo de apresentação da marca diante de seu público. Já a identidade está ligada ao processo de lembrança da marca na mente do público, em relação ao seu posicionamento, ou seja, como cliente lembra de uma marca em relação a outra. Por último, a imagem está diretamente ligada a relação afetiva que é despertada entre cliente e marca, normalmente elas vão ao encontro com os valores de seus consumidores.

eletrônicos. Esse movimento também causou uma mudança na relação das marcas com os consumidores, as grandes corporações passaram a espalhar por suas unidades sua cultura e valores por onde estavam, pulverizando costumes locais. Essas ações são reflexos da mudança de comportamento dos consumidores, que passaram a se importar com os valores das marcas e o que elas agregam para a sociedade além do oferecimento de produtos e serviços. “Para desenvolver uma campanha culturalmente relevante, os profissionais de marketing precisam entender um pouco de antropologia e sociologia. Devem ser capazes de reconhecer paradoxos culturais que talvez não estejam óbvios.” (KOTLER, et al., 2010, p. 16).

Diante desse cenário, de grandes transformações culturais e de um público cada vez mais preocupado com os valores que as entidades pretendem passar, Kotler *et al.* (2010, p. 39) afirmam que, para estabelecer uma verdadeira conexão com o público, as instituições precisam desenvolver um DNA autêntico, aquele que transparece a equidade da instituição. Para isso, os autores enumeram três pontos que precisam ser desenvolvidos: identidade, integridade e imagem da marca. A identidade está ligada ao posicionamento na mente dos consumidores, ela precisa ser percebida diante de todos os outros concorrentes. Também se relaciona a relevância no atendimento das necessidades e desejos dos clientes. A partir desse ponto é associada a integridade da marca, que é transmitida ao cumprir satisfatoriamente o que está oferecendo, reafirmando o seu posicionamento diferenciado em relação aos concorrentes. Por último, a imagem da marca está diretamente ligada às impressões que o cliente tem, se ele carrega lembranças positivas em relação a marca. Ao conseguir desenvolver esses três pilares alinhados à missão, visão e valores, a instituição consegue criar um posicionamento diferenciado, destacando-se no mercado (KOTLER, et al., 2010, p. 39-44).

Ao recapitular a evolução e os princípios que o *marketing* prega, é perceptível que sua natureza é orientada para satisfazer os moldes mercadológicos. Contudo, seus princípios podem ser aplicados em âmbito público, para o melhor atendimento e suprimento das necessidades do cidadão. Kotler e Lee (2008) explicam que existem determinadas funções na sociedade que nem as corporações, nem as entidades não governamentais conseguem suprir, tendo o Estado a função reguladora destas sendo somente ele capaz de saná-las. Entretanto, mesmo sendo o único desenvolvedor de



tais atividades ele deve cumpri-las da melhor maneira, garantindo a transparência e utilização correta dos impostos pagos pelo cidadão. “Agências públicas podem se beneficiar de uma abordagem mais consciente de marketing e de sua forma de pensar para o desenvolvimento de sua missão para a solução de problemas e para seus resultados.” (KOTLER; LEE, 2008, p. 23). Por isso, é possível utilizar de estratégias desenvolvidas pelo *marketing* e aplicá-las no âmbito público em busca da racionalização dessas funções.

[...] marketing não é o mesmo que propaganda, vendas ou comunicações e não deve ser entendido como manipulação. É isso e muito mais. Envolve uma abordagem centrada no cidadão algo que ajudará a direcionar as reclamações do cidadão, a alterar sua percepção e a melhorar seu desempenho. É uma abordagem disciplinada que requer que você desenvolva um plano formal através da condução de uma análise situacional, do estabelecimento de metas, da segmentação de mercado, da condução de pesquisa de marketing, do posicionamento de sua marca, da escolha de uma combinação estratégica de ferramentas de marketing e do estabelecimento de um plano de implementação, orçamento e avaliação. (KOTLER; LEE, 2008, p. 25).

Amaral e Pinto (2019) discursam que, no Brasil, na esfera das unidades de informação – arquivos, bibliotecas e museus –, a utilização das técnicas do *marketing* ainda é mais necessária, considerando que essas entidades constantemente enfrentam cortes orçamentários além de sofrerem com o desgaste de suas imagens institucionais. As autoras ainda acrescentam que ao aplicar tais estratégias nessas instituições é possível “[...] demonstrar o valor que o serviço público gera para seus cidadãos, por meio da publicização dos serviços oferecidos, do acompanhamento das novas demandas da sociedade e da difusão do ideal de um serviço público de qualidade para todos.” (AMARAL; PINTO, 2019, p. 2).

Diante de toda situação exposta ao longo do texto, fica clara a necessidade da racionalização das ações institucionais diante do público. Antes de tudo, para se apresentar corretamente ao público é necessário um estudo minucioso da organização. Para conhecer a fundo uma entidade é necessária dedicação, estudo e respeito às finalidades da instituição. As estratégias de *marketing* podem ser utilizadas, antes de mais nada, para esse estudo, para auxiliar na elaboração de um planejamento coordenado com todas as áreas da instituição.

Ao propiciar o conhecimento da utilização do *marketing* no âmbito das unidades de informação, o esperado é que essas entidades insiram essas técnicas em seu

cotidiano, encontrando maneiras mais eficientes de propagar a difusão dos seus acervos. Essas ações contribuem para a conscientização da “[...] importância da construção de uma identidade e imagem institucional que gerem identificação e fidelidade junto aos usuários reais e potenciais desses locais”. (AMARAL; PINTO, 2019, p. 2).

As práticas de marketing em unidades de informação, muitas vezes, se limitam a divulgação de seus produtos e serviços. Contudo, é necessário compreender a importância da construção de uma identidade institucional e de um relacionamento de confiança e lealdade entre a instituição e o cliente.

Principalmente no caso das instituições públicas, que, atualmente, enfrentam uma crise de desgaste da imagem, o marketing pode ser uma excelente maneira de se aproximar do público e ser capaz de melhor satisfazê-los em suas necessidades mais específicas. (AMARAL; PINTO, 2019, p. 8).

O intuito da utilização dos conceitos do *marketing* para essas instituições é expandir os conhecimentos sobre os próprios produtos e serviços e direcionar ações mais acertadas aos usuários e usuários em potencial, dessa forma conseguindo cumprir com seu papel social garantindo o direito e a transparência aos cidadãos, além de servirem como fonte para pesquisa científica. Além disso, Troitiño (2018) apresenta a importância das instituições de informação, sobretudo arquivos, alinharem suas políticas de constituição de acervo aos ideais institucionais<sup>23</sup>. Pois quando firmadas essas diretrizes, as instituições conseguem refinar sua imagem e se tornar referência no oferecimento dos seus serviços, uma vez que seus acervos, produtos e serviços estarão condizentes com o que a instituição pretende oferecer ao cidadão.

Nesse contexto é importante recapitular o papel central da marca para uma instituição, pois é através dela que o público-alvo é capaz de reconhecer suas necessidades e buscar pelos produtos e serviços que uma entidade pode oferecer. Mesmo quando lidamos com instituições públicas é favorável que as entidades pensem e desenvolvam estratégias para a gestão de suas marcas, pois elas estão diretamente ligadas com a razão de ser a instituição e, conseqüentemente, é através

---

<sup>23</sup> Vale ressaltar que os arquivos são instrumentos da administração e os Arquivos Públicos são instituições que gerenciam o tratamento documental. A fala de Troitiño (2018) está se referindo aos acervos que podem ser custodiados pelos arquivos como fundos privados ou públicos de outra natureza e instituições arquivísticas de outra natureza, como arquivos empresariais ou de pessoas públicas, por exemplo.

da marca que os cidadãos terão uma percepção sobre a oferta e qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Por este motivo a próxima seção será dedicada à compreensão a respeito da definição de marca e da importância da criação de estratégias para sua gestão.

## 2.2 Construção e fortalecimento de marca

Ao abordar sobre os conceitos de *marketing* e suas estratégias e os benefícios que elas podem agregar na melhoria da qualidade do serviço prestado para os órgãos públicos se faz necessário pontuar outros aspectos para o entendimento deste objeto de estudo. Por isso, essa seção será dedicada a conceituação das marcas, os mecanismos para utilizados para o seu fortalecimento e a importância disso para os arquivos.

Assim como o *Marketing*, o conceito de marca e *branding* são fundamentados a partir de uma lógica mercadológica, voltadas para o relacionamento entre empresa e cliente. Essa relação é estabelecida a partir de um sistema de venda/consumo. O intuito de abordar esses conceitos nesse texto não está atrelada à essa relação mercadológica. Entretanto, esses elementos podem ser aplicados ao contexto das organizações públicas sem fins lucrativos, mas que também tem propósitos a serem cumpridos. Sendo assim, o objetivo ao discutir essas terminologias é apresentar ao leitor novas oportunidades de aplicação de uma teoria já consolidada na área da comunicação, visando a melhoria dos serviços arquivísticos.

Autores como Kotler (2006), Keller e Machado (2006) e Tavares (2008) partem da definição apresentada pela AMA que considera marca como “um nome, termo, design, símbolo, ou outro recurso que identifica produtos ou serviços de um bom fornecedor distinguindo-o da concorrência.” (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2021, *on-line*, tradução nossa). Para Kotler e Lee (2008, p.125), “[...] a principal função prática de uma marca é identificar o fabricante ou vendedor de um produto, sendo produto aqui interpretado, de forma ampla, para incluir bens tangíveis, serviços, organizações, pessoas, lugares e ideias”. Tavares (2008) apresenta os propósitos da marca a partir do conceito da AMA:

A marca, como definida, possui três propósitos: o primeiro, o *que é*: nome, termo, signo, símbolo ou *design*; o segundo, sua *função* ou para o que serve:

identificar e distinguir, descrevendo e dando significado; o terceiro, os *resultados*: diferenciá-la para que o consumidor e demais públicos tenham uma razão para preferi-la em relação a suas concorrentes. (TAVARES, 2008, p.9, grifos do autor).

Apesar de o autor utilizar o conceito estabelecido pela AMA e ainda explicá-lo em busca de uma melhor compreensão do significado do termo interpreta a definição apresentada como restrita a aspectos diretos das empresas ou produtos, ressalta que ela “não se limita apenas a isso: a marca sintetiza as características, atributos correspondentes a promessas de benefícios e ainda por associações primárias e secundárias de produtos, serviços, locais, personagens, entre outros.” (TAVARES, 2008, p.10). Keller e Machado (2006) também comungam do mesmo pensamento, já que, embora utilizem a definição da Associação como base para sua teoria, acrescentam que a marca não se restringe somente ao conceito apresentado. No entendimento dos dois autores a marca vai além de “encontrar um nome, logotipo, símbolo, desenho de embalagem ou outro atributo que identifique o produto e o diferencie dos outros” (KELLER; MACHADO, 2006, p.2), ela está relacionada a algo maior que detém um *know-how* destaque, reputação diante de um mercado.

A restrição apresentada acima pelos autores parece ser percebida também pela própria AMA ao passo que, em seu *site*, logo abaixo do conceito de marca, a Associação aponta uma definição da ISO<sup>24</sup>: “os padrões de marca ISO acrescentam que uma marca “é um ativo intangível” e tem como objetivo criar ‘imagens e associações distintas na mente do seu público-alvo, desta forma gerando benefícios/valores econômicos.’” (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2021, *on-line*, grifos do autor, tradução nossa). Com isso, é perceptível que a marca tem um papel importante em uma instituição e para seu público.

Ao delimitar os segmentos de aplicação das marcas, Tavares (2008) aponta algumas peculiaridades para cada aplicação e, nesse caso, é interessante ver as particularidades apresentadas para as marcas de serviço. O autor afirma que esse tipo de entidade pode encontrar alguma dificuldade para se destacar, considerando a intangibilidade dos serviços prestados. Nesse modelo de instituição, a satisfação do um cliente está ligado diretamente aos funcionários que prestam o serviço, em função

---

<sup>24</sup> International Organization for Standardization, que em tradução livre significa Organização Internacional para Padronização.

disso o relacionamento com o cliente pode ser dificultado uma vez que o serviço não supriu as expectativas do público. Contudo, para a prestação de um serviço de qualidade é necessário a expertise do profissional que o presta e isso aumenta a consciência e o significado da marca para o usuário, conseqüentemente contribuindo para o seu valor (TAVARES, 2008).

O gerenciamento de uma marca, como apresentado pelos autores acima, vai além de escolher um elemento visual representativo, a gestão de uma marca está ligada a várias áreas de uma instituição. Por isso, é importante trazermos para essa discussão dois termos que estão inseridos nesse universo de gestão das marcas o *branding* e o *brand equity* que em tradução livre significam marca e valor de marca, respectivamente. Contudo, esses conceitos dentro das estratégias de *marketing* são muito mais profundos do que sua livre tradução.

Para Tavares (2008, p.10, grifos do autor), *branding* pode ser considerado como um sinônimo da administração de marcas: “*branding* pode ser entendido como o processo de gestão da marca em suas relações com o consumidor e demais públicos de uma empresa fortalecendo-a e valorizando-a como um diferencial competitivo.”. Já Kotler e Keller (2006, p. 269, grifos dos autores) o definem como:

*Branding* significa dotar produtos e serviços com o poder de uma marca. Está totalmente relacionado a criar diferenças. Para colocar uma marca em um produto é necessário ensinar aos consumidores “quem” é o produto – batizando-o e utilizando outros elementos de marca que ajudem a identificá-lo -, bem como a “que” ele se presta e “por que” o consumidor deve se interessar por ele. O *branding* diz respeito a criar estruturas mentais e ajudar o consumidor a organizar seu conhecimento sobre produtos e serviços, de forma que se torne sua tomada de decisão mais esclarecida e, nesse processo gere valor a marca.

Para os autores, o *branding* só é efetivo se os consumidores conseguem distinguir o valor da marca, diferenciando-a dos demais concorrentes em uma determinada categoria de produtos ou serviços (KOTLER; KELLER, 2006). Mas, como já citado anteriormente, tanto as estratégias de *marketing*, quanto outros conceitos desse universo podem ser aplicados aos ambientes públicos e privados. Martins e Rockembach (2018, p. 360, grifos dos autores) apontam que no cenário dos arquivos o *branding* está ligado à difusão, como lê-se abaixo:

Considera-se a hipótese de que a união dos conceitos - *branding* e difusão em arquivos - associados à aplicabilidade de estratégias de modo planejado

e contínuo - vêm a beneficiar à imagem e à reputação das marcas. Isto traz a possibilidade de gerar valor positivo e enriquecer a relação e a interação entre usuários e as instituições, criando sentimento de pertença, por meio do estímulo de fatores cognitivos e afetivos.

É importante estabelecer, através de estratégias de comunicação, elos com os usuários ao passo que esse usuário sempre reconheça e lembre da instituição de maneira positiva. Martins e Rockembach (2018) ainda acrescentam que ao fazer a difusão de arquivos não basta somente tornar o acesso aos conjuntos documentais, é necessário realizar a mediação entre usuário e entidade. O relacionamento entre instituição e usuário só gera frutos quando estimulado de maneira correta e constante. O estímulo frequente ao usuário deve ser feito a partir de estratégias bem elaboradas, fundamentadas nos conceitos de *marketing* e *branding*. Outro aspecto que o uso dessas estratégias acrescenta às instituições arquivísticas é o entendimento do seu público, quais são os grupos de usuários frequentes na instituição, os esporádicos e os que devem ser conquistados.

O termo *branding* está diretamente ligado com o *brand equity*, de acordo com os teóricos do *marketing*. Keller e Machado (2006, p. 30) afirmam que “branding significa dotar produtos e serviços de brand equity.” Ao explicarem mais detalhadamente o significado dessa afirmação, apontam que o “[...] brand equity está relacionado ao fato de se obterem com uma marca resultados diferentes daqueles que se obteriam se o mesmo produto ou serviço se não fosse identificado por aquela marca.” (KELLER, MACHADO, 2006, p. 30).

Como já iniciado, o *brand equity* está conectado ao valor da marca associado aos produtos e serviços que ela oferece e, para Kotler e Keller (2006, p. 270), “esse valor pode se refletir no modo como os consumidores pensam, sentem e agem em relação à marca, bem como nos preços, na participação de mercado e na lucratividade que a marca proporciona a empresa.”. Esses dois termos foram inseridos nos conceitos de *marketing* a partir da década de 1980, quando a complexidade e variedade de ofertas aumentaram significativamente no mercado, obrigando as empresas a buscarem novas alternativas para se adaptarem a esse cenário. As definições sobre o último conceito apresentado são muitos, mas, em termos gerais, eles explicitam a importância do gerenciamento da marca nos negócios da empresa (KELLER, MACHADO, 2006).

Diante da complexidade de elementos que integram a gestão de marcas, Kotler e Lee (2008) compilaram em um vocabulário os principais termos utilizados dentro dessas estratégias, como pode ser visto no Quadro 1, abaixo.

**QUADRO 1 – Vocabulário de gerenciamento de marca**

<b>Marca</b>	é um nome, termo símbolo, <i>design</i> (ou uma combinação desses elementos) que identifica o fabricante ou vendedor de um produto, que pode ser um bem tangível um serviço, uma organização, um lugar, uma pessoa ou uma ideia.
<b>Identidade de marca</b>	é como você (o fabricante) deseja que os consumidores pensem, sintam e ajam com relação à marca.
<b>Imagem de marca</b>	é como consumidores realmente pensam, sentem e agem com relação a marca.
<b>Essência da marca</b>	é a ideia central que você deseja que a marca evoque no público-alvo.
<b>Gerenciamento de marca</b>	é o processo de desenvolvimento de uma identidade de marca desejada.
<b>Conscientização de marca</b>	corresponde ao grau em que os consumidores conhecem a marca.
<b>Promessa de marca</b>	é a visão do profissional de <i>marketing</i> daquilo que a marca fará pelos consumidores.
<b>Fidelidade de marca</b>	refere-se ao grau em que o consumidor prefere e frequentemente escolhe para comprar a mesma marca dentro de uma classe de produto.
<b>Patrimônio de marca</b>	( <i>brand equity</i> ) é o valor de uma marca, com base no alto grau de fidelidade, conscientização de nome, qualidade percebida, fortes associações de marcas outros ativos como patentes, marcas registradas e canais de relacionamentos, que a marca possui. É um importante ativo, apesar de ser intangível, que tem valor financeiro e psicológico para uma empresa.
<b>Elementos de marca</b>	são aquelas ferramentas passíveis de terem a marca registrada que servem para identificar e diferenciar a marca.
<b>Mix de marca</b>	(portifólio) é o conjunto de todas as marcas e linhas de marca que uma determinada empresa coloca à venda para compradores numa categoria selecionada.
<b>Contato de marca</b>	pode ser definido como qualquer informação ou experiência que um cliente ou consumidor em potencial possui com a marca.

<b>Desempenho de marca</b>	está relacionado com o modo como o produto ou serviço atende às necessidades funcionais dos clientes.
<b>Extensão de marca</b>	é o uso de uma marca de sucesso para lançar um novo produto ou um produto modificado numa nova categoria.
<b>Associação de marcas (co-branding)</b>	constituem a prática de uso de nomes de marca existentes de mais de uma empresa sobre o mesmo produto ou comercializados em conjunto, da mesma forma.

Fonte: Adaptação KOTLER; LEE, 2008, p.132.

Todos esses termos exemplificam a complexidade que envolve o gerenciamento de uma marca. Como supracitado na definição feita pela ISO, a marca é um ativo intangível, gerando valor para a instituição, por isso deve ser gerenciada de maneira a ser valorizada ao longo do tempo. Essa seção permitiu situar o leitor sobre os principais termos e aspectos que envolvem a gestão de uma marca. Também é um tópico transitório nessa pesquisa, uma vez que as questões relacionadas as marcas e a gestão delas terão uma relação direta com o posicionamento e identidade institucional, desenvolvidos na seção seguinte.

### 2.3 Identidade e posicionamento institucional

As questões que envolvem o gerenciamento estratégico de uma marca são várias e englobam diversos fatores que serão fundamentais para alcançar resultados junto ao seu público-alvo. As duas últimas seções foram direcionadas para conceitos que envolvem estratégias de *marketing*, que normalmente são direcionadas às instituições privadas que lidam com questões mercadológicas, concorrência e buscam lucros. Entretanto, como visto na seção 4.1, os conceitos abordados podem ser empregados no âmbito público visando a melhoria do atendimento aos cidadãos. Da mesma maneira que na seção 4.1, apresentaremos inicialmente os conceitos de identidade e de posicionamento de marca/institucional usualmente utilizados para o mercado privado e, na sequência, abordaremos suas aplicações no âmbito público.

Tavares (2008) explica que o conceito de identidade de marca parte do mesmo princípio da identidade de uma pessoa. Ela representa um conjunto de características que combinadas garantem a unicidade da instituição. A visão, a missão e os valores da instituição devem transparecer a todos os seus públicos: consumidores, usuários,



parceiros, funcionários, comunidade, fornecedores, governo, etc.. A visão determina como uma entidade quer ser vista pelo seu público ao longo de sua história, a visão deve nortear as ações através do tempo. A missão é a razão de ser da empresa, ela estipula o seu âmago de negócios/atuação. “A visão possui também relação com a missão. Enquanto a visão estabelece aonde a organização quer chegar a missão delimita sua atuação no espaço de negócio escolhido.” (TAVARES, 2008, p.159). E os valores são as crenças e ideias que conduzem a atuação da instituição. E para o autor esses elementos devem ser bem claros e incluídos nas estratégias de *marketing* adotadas nas instituições tanto para o público externo, quanto interno.

Kotler e Lee (2008) apresentam seis passos para a criação de uma identidade de marca. Na primeira etapa, os autores defendem que deve ser estabelecido um propósito de marca, definindo quais objetivos de *marketing* que devem ser sustentados. É produtivo que nessa fase os “[...] objetivos sejam relacionados com algumas questões, como influenciar cidadãos a dar apoio a sua organização, a participar de seus programas, a utilizar seus serviços e/ou a cumprir regras e leis” (KOTLER; LEE, 2008, p.136). Já a segunda etapa está direcionada a identificação de públicos-alvo para a marca. Fase destinada a conhecer o seu público, determinar quem deve ser alcançado com as ações da entidade. A terceira etapa é destinada a articulação da identidade de marca desejada, ou seja, a entidade deve projetar suas ações de acordo com a percepção a qual ela espera receber do público-alvo. A quarta etapa é a construção da promessa da marca, essa fase se desenvolve ao apresentar ao público-alvo os benefícios que serão conquistados caso o comportamento esperado dos usuários seja cumprido. A quinta etapa consiste em definir um posicionamento de marca em relação à concorrência, sendo que “no setor público, isso, em geral, está mais relacionado a alternativas de que os cidadãos podem lançar mão no que diz respeito a programas e serviços que você oferece.” (KOTLER; LEE, 2008, p. 138) por exemplo oferecer um serviço *on-line* que não exija o cidadão comparecer ao órgão público para conseguir fazer uma solicitação. A última etapa relaciona-se à escolha dos elementos da marca, nesse caso os elementos visuais, como padrão de cores, símbolos, *slogans*, entre outros elementos que sejam condizentes com as definições dos passos anteriores.

Já Tavares (2008) apresenta quatro esferas que devem ser consideradas para a construção da identidade. A primeira é relativa a instituição em si, a missão, visão valores, pessoas, o gerenciamento, sua história, a cultura organizacional, entre outros. A segunda diz respeito a todos os aspectos relacionados à marca, suas características, atributos, formas, associações, entre outros. A terceira envolve os relacionamentos da instituição, com seu público, fornecedores, funcionários, comunidade e outros. E a última está ligada ao apoio ou patrocínio de eventos e também ao uso de personagens.

Além das etapas para a construção, Tavares faz algumas ressalvas quanto à identidade institucional. “A identidade corporativa é representada pela totalidade de características da empresa. Inclui um número maior de componentes do que os incluídos na identidade de marca e duas ofertas.” (TAVARES, 2008, p.163). Ele discorre que a identidade corporativa é percebida no cotidiano da instituição, a partir das ações exercidas em função de seus públicos.

A construção da identidade corporativa é intencional. E dá-se a partir de suas experiências e práticas. Estas vão de sua fundação, de seus registros cumulativos de sucessos e fracassos, a suas perspectivas. A identidade é construída para se refletir em imagem, a partir das ações, para produzir impactos internos e externos junto a seus vários públicos. A identidade deve prescrever o conjunto de valores, princípios e práticas que esses públicos associam à empresa. Deve ainda procurar representa-los visualmente, por meio de recursos gráficos, textuais e sonoros. (TAVARES, 2008, p. 165).

As instituições precisam manter um planejamento continuado ao longo de sua história pra que a identidade seja construída, pois esta será definida aos poucos e deve ser trabalhada de forma perene, coordenada com um posicionamento institucional que seja eficiente e consiga cumprir os propósitos da entidade. Por isso, como afirma Tavares (2008), a identidade é formada por uma sucessão de acertos e erros que vão compondo a história da instituição. O que nos faz refletir a relação entre identidade, posicionamento e história institucional que intimamente ligados.

Kotler e Keller (2006, p. 305) discorrem que o “posicionamento é a ação de projetar o produto e a imagem da empresa para ocupar um lugar diferenciado na mente do público-alvo. O objetivo é posicionar a marca na mente dos consumidores a fim de maximizar a vantagem potencial da empresa.”. Já Keller e Machado (2006) complementam que o posicionamento de marca é o ponto central das estratégias de *marketing*, pois é ele o ponto norteador da imagem da instituição. Os autores pontuam

que são dois fatores que devem ser pensados ao definir o posicionamento de marca: as referências (o mercado-alvo e os concorrentes) e as associações de marca almejada. “Em outras palavras, é necessário decidir (1) quem é o público-alvo, (2) quem são os principais concorrentes, (3) de que modo a marca é semelhante a essas marcas concorrentes e (4) de que modo a marca é diferente dessas marcas concorrentes.” (KELLER; MACHADO, 2006, p. 70).

Tavares (2008, p. 193) ainda ressalta que o “posicionamento, para ser efetivo, precisa ser considerado enquanto processo social, estratégia e mesmo recurso analítico e de decisão. Apesar de ser uma decisão reversível, a empresa precisa considerar os prós e contras de sua adoção.”. Kotler e Keller reiteram que a instituição precisa compreender as necessidades do seu público e alinhar sua estratégia de posicionamento orientada para os interesses institucionais, que ofereçam um distintivo dos seus concorrentes para o consumidor. Tais estratégias vão adicionar um valor agregado a marca, fortalecendo a imagem e identidade institucional. “O resultado do posicionamento é a criação bem-sucedida de uma proposta de valor focada no cliente, ou seja, um motivo convincente pelo qual o mercado-alvo deve comprar determinado produto.” (KOTLER; KELLER, 2006, p. 305).

A gestão da identidade e do posicionamento institucional são planos que sintetizam e transmitem a unicidade da entidade ao seu público, o elemento que geralmente corresponde a essa síntese é a marca. Pensar e executar ações articuladas, ao longo do tempo, para transparecer os valores e ideais da marca favorecem a construção da reputação da instituição. A reputação positiva contribui muito para a integridade da marca fortalecendo todos esses conceitos citados anteriormente (TAVARES, 2008).

Há, assim, uma diferenciação entre identidade, posicionamento, imagem e reputação. A identidade é factual e aspiracional. É um trabalho do presente que lança luz no futuro: como a empresa é, e como gostaria de ser percebida. O posicionamento refere-se ao elo mental que se pretende com o mercado, principalmente o consumidor. É a posição que se pretende ocupar, na mente do consumidor e demais públicos. A imagem é o reflexo da identidade e do posicionamento materializados pela percepção das ações junto a esses públicos e com impactos no ambiente. A reputação corresponde à permanência no tempo das ações e impressões empresariais. É o significado atual de suas ações passadas. A administração da identidade precede aos demais componentes, já que estes decorrem e são seus reflexos. (TAVARES, 2008, p.160).

O posicionamento, a imagem, a identidade e a reputação são elementos que devem ser trabalhos no dia a dia da empresa, construindo pouco a pouco a história institucional. É importante ter em mente que um posicionamento não traz destaque para a imagem de uma marca do dia para a noite, que uma identidade não é construída em um mês e, acima de tudo, a percepção, confiança e preferência do público não são adquiridas nos primeiros momentos da vida institucional. Conquistar e manter o público junto a entidade é um trabalho árduo e contínuo, que fará parte de toda a história da instituição (TAVARES, 2008).

Ao pesquisar uma instituição pública brasileira é relevante compreender o seu lugar dentro da estrutura administrativa a qual está inserida. Mesmo fazendo parte de uma estrutura organizacional maior, é importante que os Arquivos tenham um posicionamento institucional diante da sociedade. Nassar (2006) aponta que, no cenário atual, as instituições devem criar programas e ações que apontem para a legitimação organizacional. Elas devem conversar com seus diversos públicos buscando interagir com o ambiente que estão inseridas. “Ou seja, é preciso criar novas formas de interagir com as pessoas, adequando as ações da organização aos valores e crenças da comunidade, numa atuação local e de acordo com contextos específicos, mesmo num mundo cada vez mais globalizado” (SATO, 2011, p.245). O estudo da imagem das instituições permeia a absorção da essência da entidade, do papel que ela ocupa na sociedade.

A sua história traduz a identidade da organização, para dentro e para fora dos muros que a cercam. [...] O consumidor e o funcionário têm na cabeça uma imagem, que é histórica. Uma imagem viva, dinâmica, mutável, ajustável, que sofre interferências de toda natureza. [...] Recuperar, organizar, dar a conhecer a memória da empresa não é juntar em álbuns velhas fotografias amareladas, papéis envelhecidos. É usá-las a favor do futuro da organização e seus objetivos presentes. É tratar de um dos seus maiores patrimônios (NASSAR, 2004, p. 21).

Essa fala de Nassar (2004) só evidencia a importância dos Arquivos para qualquer instituição, não só pública como privada também. Para o funcionamento de qualquer organização é necessária a produção documental, o caráter instrumental dos documentos é o que estrutura as ações desenvolvidas, com isso, ao longo do tempo, um conjunto documental é constituído. Para poder obter vantagem em cima desse acervo é necessária a gestão de documentos. Mas, é importante deixar claro que somente a gestão de documentos não é suficiente para o uso do arquivo como um

recurso vantajoso para a instituição. É necessário mais, deve-se difundir o acervo, elaborar pesquisas, produtos, transformar a informação contida nos documentos em conhecimento.

Nassar (2004) defende também que a estruturação da identidade e a manutenção de uma marca é o que vão evidenciar determinada organização no seu contexto de existência. É também em meio a adversidades que a construção da imagem institucional vai garantir a integridade da marca. Tendo esses conceitos em mente, a próxima seção será destinada a compreensão da aplicação das estratégias para a construção da identidade institucional nos arquivos públicos.

Recapitulando estes conceitos fica claro a necessidade de integração de uma estratégia voltada para a instituição e para o público a qual ela se direciona. Dentro das estratégias de *marketing*, a American Marketing Association (2023) aponta um percurso de cinco passos para a elaboração de uma estratégia assertiva que englobe a instituição como um todo. São eles: 1 – Realizar a análise SWOT; 2 – Estabelecer objetivos SMART de negócios; 3 – Engajamento na segmentação de mercado; 4 – Criar a persona dos clientes e 5 – Identificar restrições orçamentárias (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2023, *on-line*, tradução nossa).

A análise SWOT é um estudo dos pontos fortes (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*). Realizar um estudo da matriz SWOT da instituição é o ponto inicial para a elaboração de um plano de *marketing*, pois é através dela que é possível identificar os principais elementos que fazem a engrenagem institucional funcionar. De acordo com a American Marketing Association (2023), esses termos podem ser entendidos da seguinte forma:

Pontos fortes - são fatores internos que auxiliam organizações a alcançarem e, potencialmente, ultrapassarem seus objetivos. Exemplos de pontos fortes podem incluir vendas e lucros altos, clientes leais, funcionários de longa data ou cultura organizacional e/ou marca atrativos.

Fraquezas - fraquezas são fatores internos que impedem as empresas de alcançar seus objetivos. Exemplos de fraquezas podem ser produtos ou serviços comercializados indevidamente, reclamações de clientes fiéis, alta rotatividade de funcionários, financiamento inadequado ou problemas na cadeia de suprimentos.

Oportunidades – representam oportunidades potencialmente positivas, situações externas que podem ajudar a organização a ter sucesso no futuro. Exemplos de oportunidades podem incluir mudanças de atitudes ou

aspirações, novas leis ou legislação, acordos comerciais ou a remoção de tarifas/sanções.

Ameaças - representam oportunidades potencialmente negativas, situações externas que podem prejudicar uma organização no futuro. Exemplos de ameaças podem incluir mudanças no mercado de trabalho, aumento no preço de suprimentos ou nova concorrência/tecnologia. (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2023, *on-line*, tradução nossa).

O segundo passo indicado pela AMA é o estabelecimento dos objetivos SMART (*Specific; Measurable; Attainable; Relevant; Timely*) de negócios, que são uma série de questões que devem ser feitas e respondidas de acordo com a necessidade do negócio para que sua estratégia de *marketing* tenha sucesso. A AMA apresenta o acrônimo da seguinte forma:

Específico – O que eu estou tentando alcançar, porque isso é importante e o que será necessário?

Mensurável – Como posso mensurar e acompanhar o progresso para conhecer os prazos limites e alcançar os objetivos final?

Atingível – Baseia-se nos recursos disponíveis e nas restrições existentes, é possível alcançar o objetivo final?

Relevância – À luz das necessidades/realidades de negócios predominantes e ambiente geral, o objetivo final é valioso nesse momento?

Prazo – Quando posso esperar para progredir em direção ao objetivo final? Quais benefícios são esperados imediatamente versus em curto, médio e longo prazo? (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2023, *on-line*, tradução nossa)<sup>25</sup>.

O terceiro passo citado pela Associação é o envolvimento na segmentação de mercado. Considerado como um passo vital para a estratégia de *marketing*, a compreensão do mercado deve ser feita através da compreensão dos grupos a serem alcançados pela instituição, dividindo-os através de características em comum para que sejam facilitadas as condições de abrangência da estratégia. Desta maneira é mais fácil definir ações que sejam mais assertivas para cada tipo de público. Normalmente, são divididos em quatro categorias iniciais: características demográficas voltadas para o relacionamento B2C<sup>26</sup> (instituição – consumidor), nelas

<sup>25</sup> No último tópico do acrônimo, foi necessário fazer um ajuste da tradução. Mesmo que o termo Prazo, utilizado no texto, não seja o correspondente literal para o termo *Timely*, é uma palavra mais próxima da ideia apresentada.

<sup>26</sup> Sigla de *Business-to-costumer* que traduzida corresponde a empresa-para-consumidor, em referência ao relacionamento desenvolvido pelas instituições focados nos clientes ou consumidor final.

são agrupadas características pessoais como faixa etária, gênero, educação, demográfica, entre outras. A segunda segmentação é a firmográfica, essa se concentra no relacionamento B2B<sup>27</sup> (instituição – instituição), nesse caso são focadas as características da organização, como, por exemplo, localização, número de funcionários, receitas, entre outros fatores. O terceiro grupo citado é a segmentação psicográfica, ela pode ser desenvolvida para públicos B2B ou B2C e é voltada para a análise de elementos como personalidade, opiniões, estilo de vida, entre outros. Por último, é a segmentação comportamental que também pode ter modelos B2B ou B2C, a qual busca analisar padrões de fidelidade à marca, histórico de compras, padrões de uso, entre outros (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2023, *on-line*).

Já o quarto passo é a criação de personas de consumidores. Essa etapa serve para que a instituição faça perfis de possíveis consumidores de acordo com os perfis dos grupos levantados no passo anterior. Desta forma, as entidades conseguem projetar características em comum para ajustar os produtos e/ou serviços mais ajustados para cada tipo de público. Por último e não menos importante, é reconhecer as limitações orçamentárias de sua organização, especialmente no caso de instituições sem fins lucrativos. A AMA ressalta a importância da existência de um orçamento para as estratégias de *marketing*, mas eles devem ser adequados à realidade de cada instituição (AMERICAN MARKETING ASSOCIATION, 2023, *on-line*).

Como dito ao longo deste capítulo, existem diversas técnicas de *marketing* que podem ser utilizadas pelas instituições para que seus públicos sejam alcançados de maneira assertiva e suas necessidades sejam cumpridas. A revisão feita aqui foi delimitada de acordo com as necessidades percebidas inicialmente para esta pesquisa. Quanto mais desenvolvidas e planejadas são as estratégias de *marketing*, mais as organizações conseguem diversificar as técnicas tanto para acompanhar as mudanças dos perfis dos públicos, como as mudanças sociais e/ou tecnológicas. Contudo, ao longo de todo esse capítulo, fica perceptível o quanto as instituições precisam realizar estudos profundos sobre o seu funcionamento para alinhar as aspirações institucionais a curto, médio e longo prazo. E para que identidade

---

<sup>27</sup> Sigla de *Business-to-Business* que traduzida corresponde a empresa-para-empresa, em referência ao relacionamento desenvolvido pelas instituições focados em outras instituições.

institucional das entidades públicas resista às mudanças de governo, de gestores, de estruturas administrativas, entre outras adversidades, principalmente no cenário brasileiro, acima de tudo é preciso incluir essas estratégias de *marketing* dentro das políticas desenvolvidas por essas instituições, para que os instrumentos sofram as menores interferências possíveis.

## **2.4 Identidade institucional em arquivos públicos**

No capítulo 2 foram recapitulados dentro da teoria da comunicação pontos importantes para a compreensão do arcabouço que envolve o desenvolvimento de uma marca, como fazer um posicionamento institucional, a concepção e fortalecimento de uma identidade institucional, bem como a aplicação das estratégias de *marketing* voltadas para o amadurecimento desses conceitos supracitados. Como também foi demonstrado, apesar de muitas das ações de comunicação estarem voltadas para o mercado, focando em concorrência e lucros, também é possível aplicar várias técnicas e conceitos ao setor público para que o cidadão seja beneficiado por essas ações.

Após realizar esse percurso teórico pela comunicação, também, vale lembrar que já foi citado o papel fundamental que as instituições arquivísticas têm na sociedade, suas contribuições para a preservação e difusão do patrimônio cultural, para a garantia de direitos do cidadão, o pouco reconhecimento social e administrativo que essas instituições enfrentam, a falta de valorização do trabalho arquivístico de orçamento para o desenvolvimento de suas atividades.

Com isso, faremos dessa seção um espaço de correlação entre a comunicação e a arquivologia. Esperamos que os apontamentos feitos aqui sejam úteis para uma reflexão mais ampla e de interdisciplinaridade ente as áreas. Fica claro as contribuições que podem ser feitas entre as áreas. Sendo assim, buscamos amarrar as discussões trazidas até então no texto, visando compreender a relação entre a formação da identidade de um Arquivo Público no que tange a esfera da difusão arquivística. Explicitando como as ações institucionais devem estar alinhadas de maneira estratégica para que esse planejamento seja refletido na política e nas ações de difusão elaboradas e executadas junto ao público.



Os Arquivos Públicos, mesmo sendo instituições sem fins lucrativos e ligados às estruturas administrativas do Estado, devem desenvolver aspectos que estão atrelados à sua identidade institucional. Ao longo do tempo, com várias atividades executadas e o funcionamento cotidiano, os Arquivos vão criando, ainda que indiretamente, sua identidade institucional, que é construída ao longo de sua história, mesmo que ela seja parte de uma estrutura administrativa pública inserida em um sistema maior de gestão de uma cidade. A construção de sua identidade se relaciona diretamente a dois fatores: a cultura organizacional da instituição e a função de difusão arquivística.

A cultura organizacional, caso não tenha uma política criada para orientar a sua evolução, pode enfrentar mudanças bruscas ao se deparar com trocas de gestores, de administração e mudanças sociais, entre outros fatores. É importante ressaltar que, nem sempre, as mudanças serão negativas, elas podem ajudar a organização a trilhar caminhos de sucesso. Contudo, como já dito anteriormente, grandes mudanças tendem a causar estranhamento do público interno e/ou externo, nesse caso podem ser os usuários ou até mesmo servidores.

A cultura organizacional acaba por refletir em todos os âmbitos das instituições. Levando isso em consideração, devem ser redobrados os cuidados no desenvolvimento da política e/ou ações de difusão, já que essa função é que estabelecerá o contato direto com o usuário. Reafirmando esse pensamento, Chaves (2020) faz o seguinte apontamento:

Comunicação institucional é forma discursiva de representação do sujeito social que a emite. Podemos pensar que a melhor comunicação é aquela que, efetivamente, difunde a essencialidade, as atividades finalísticas, a missão da entidade da forma mais integral possível. Além disso, que consiga atingir, antes de tudo, o seu público principal, e almejar o maior número possível de contatos. Nesse sentido, é recomendável que a inteligência institucional realize estudos do seu público e procure hierarquizar prioridades e estratégias metodológicas para atendê-lo de forma mais eficaz. Ou seja, deve haver muita racionalidade no planejamento da política de difusão nessas instituições tão carentes de recursos, como são os arquivos.

Comunicação não é apenas chamar a atenção do público, a qualquer custo. Há que se equilibrar a relação entre quantidade e qualidade. Atingir o maior público negando-se essencialidades e permanecendo na superficialidade ilusionista, podem gerar empatias; mas, os arquivos necessitam de muito mais que isto. Por outro lado, a adoção de política para gestão, promoção de tratamento técnico ao acervo e sua disponibilização para os usuários permanecem como prioridades essenciais dos arquivos. (CHAVES, 2020, p. 6-7).

Bellotto (2014) afirma que os arquivistas podem ir mais além e utilizar das técnicas de *marketing* para cativar não só os usuários frequentes, mas também para alcançar novos públicos, uma vez que o *marketing* auxilia no entendimento dos desejos de seus “clientes” que, nesse caso, é o usuário. Pois, a difusão terá como “princípio incontornável divulgar e disseminar: a instituição/serviço em toda sua complexidade; todos os trabalhos técnicos voltados para as suas atividades finalísticas; os conhecimentos produzidos no âmbito da ciência arquivística; e o acervo sob sua responsabilidade.” (CHAVES, 2020, p. 84).

Neste sentido, a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e demais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia. (ROCKEMBACH, 2015, p. 113).

Chaves (2020) ainda chama a atenção para um assunto caro à difusão, a especificidade do arquivo, como o mesmo autor já havia chamado a atenção anteriormente. Ele reforça que “à difusão cabe reforçar a **identidade de arquivo**, pois historicamente ela tem se diluído em discursos historiográficos e/ou sob muita influência dos parâmetros das bibliotecas e museus.” (CHAVES, 2020, p. 84, grifos do autor). Dessa forma, ele aponta quatro elementos que devem ser reafirmados através das ações de difusão. A primeira delas é a divulgação institucional fazer a organização ser conhecida pelo público em geral, ressaltando todas as particularidades e distinções que o Arquivo possui. A segunda é a divulgação dos trabalhos técnicos, evidenciando aos usuários a complexidade que envolvem as funções arquivísticas. A terceira é sobre a propagação dos conhecimentos específicos da área, como toda área de conhecimento possui suas teorias e técnicas que devem ser explicadas, debatidas e desenvolvidos novos conhecimentos a partir dessa exposição. Por último, o autor aponta que a difusão do acervo deve contar com os instrumentos de pesquisa para levar aos usuários todo o potencial que pode ser alcançado a partir dos documentos custodiados.

Estas ações reforçam como a integração das técnicas de comunicação podem acrescentar no desenvolvimento de ações de difusão, não apenas como um norte para a elaboração delas, mas também como aporte teórico para a construção/reestruturação mais profunda e coordenadas junto das diretrizes basilares da organização. Possibilitando assim, a criação de um plano integrado de comunicação para a instituição que esteja plenamente alinhado com o desenvolvimento das políticas institucionais.

Como já citado anteriormente, em alguns momentos do texto, fica claro a dificuldade que as instituições arquivísticas enfrentam diante do baixo quantitativo de servidores para o grande volume de trabalho, condições precárias de trabalho, orçamento anuais extremamente pequenos, falta de compreensão/valorização do trabalho do Arquivo por instâncias superiores, entre outros fatores que contribuem para que planos como este proposto aqui sempre existam mais no campo dos ideais a serem realizados do que um objetivo a ser alcançado.

Ainda, vale reforçar dos benefícios que podem ser colhidos a partir do desenvolvimento de um plano integrado de comunicação. Questões de visibilidade da instituição, dos profissionais e até mesmo do fazer arquivístico poderiam ser corrigidos em médio e longo prazo tanto no micro, quanto macro ambiente. Em função de uma melhoria na visibilidade, questões orçamentárias também poderiam ser melhoradas, aumento no público frequentador da instituição, entre outros. Por isso, mesmo com o trabalho gigantesco que um planejamento desse possa acarretar, é um projeto que vale a pena ser traçado e colocado em prática.

A partir da revisão bibliográfica feita aqui, é possível criar um plano de relacionamento entre as duas áreas, abordando os conceitos da teoria de comunicação e do que tange as questões arquivísticas, a formação do acervo, as questões memoriais, o lugar ocupado pelos Arquivos dentro da administração. Os pontos mais sensíveis sobre a situação brasileira dos arquivos públicos estão relacionados às forças externas à administração dos próprios arquivos, são questões relacionadas à captação orçamentária, visibilidade institucional, posição hierárquica dentro do organograma administrativo, mudanças sociais e políticas. Todos esses

elementos contribuem para que a situação dos arquivos seja precarizada e o acesso aos documentos públicos seja dificultado.

Desta maneira, o intuito de relacionar a teoria da comunicação ao ambiente arquivístico é a absorção de algumas técnicas para a melhoria de algumas condições que não necessitam inicialmente de mudanças externas à instituição.

As políticas arquivísticas são elementos fundamentais para padronizar e sistematizar metas e ações dentro dos Arquivos. Contudo, apesar de setores estruturados, muitas dessas instituições não possuem essas políticas escritas e implementadas em seu cotidiano. Desta forma, esse já é um ponto inicial para ser planejado e implementado. E para esse planejamento os conceitos e técnicas trazidos da teoria da comunicação e apresentados aqui podem ajudar bastante. Pois o início de toda política arquivística está centrada no conhecimento profundo da instituição a qual se refere e para isso as técnicas de *marketing*, como a análise *SWOT*, por exemplo, são excelentes.

Por fim, a reflexão que fica após essa revisão bibliográfica é que são várias forças contrárias que os Arquivos precisam enfrentar para sair da invisibilidade e conquistar um lugar digno de seu potencial, sabemos que exceções existem, mas a realidade brasileira está bem longe disso. Para que essas mudanças das identidades institucionais comecem a acontecer basta começar por pequenos passos, são pequenas ações diárias, seguindo o ritmo e demanda da equipe que um planejamento começa a ser estruturado. A utilização de técnicas de outras áreas, como as da comunicação apresentadas aqui, existem para serem utilizadas e para auxiliarem nesse planejamento.

### 3 O ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE E O DIFÍCIL EQUILÍBRIO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E A MEMÓRIA

Ao abrir esse capítulo se faz necessário recapitular os percursos metodológicos que nos trouxeram até aqui. Após realizar a revisão teórica dos conteúdos concomitantes aos assuntos relacionados neste trabalho, foi feita uma pesquisa documental *in loco* e *on-line* nos documentos produzidos pelo APCBH desde sua criação.

Desta maneira, foi pesquisado o Fundo da Fundação Municipal de Cultura – FMC (AP.00.00.00), que está aberto e parcialmente arranjado, e, dentro dele, foi consultado o subfundo Diretoria Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (AP.09.00.00). O acervo em questão também foi organizado em projeto de comemoração dos 20 anos do Arquivo<sup>28</sup>.

O subfundo não foi inventariado ainda, contudo a pesquisa foi realizada através das guias de recolhimento. Entre os documentos selecionados para análise encontram-se relatórios, atas, projetos, regimentos, fluxogramas, planos, entre outros. Além dos documentos permanentes também foram pesquisados os documentos em fases intermediária e corrente, estes últimos, essencialmente foram encontrados no Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos (SMAPP), programa utilizado pela PBH. Também, foram consultados os materiais digitalizados e disponíveis no perfil do ISSUU<sup>29</sup> do Arquivo.

Ainda foram pesquisados os documentos pertencentes à Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (ACAP-BH), instituição sem fins lucrativos que teve seu encerramento no ano de 2017 e cujo arquivo está sob a custódia do APCBH (tendo sido gentilmente cedidos à consulta, mesmo que estes ainda não estivessem organizados). Essa pesquisa deu origem a subseção 3.2 deste capítulo. É importante destacar que a Associação foi essencial para o

---

<sup>28</sup> O projeto será detalhado abaixo. Mas, em linhas gerais, se tratou de um projeto para a organização do “arquivo do Arquivo”, elaborado em etapas, para o tratamento dos documentos produzidos pelo APCBH, nos seus 20 primeiros anos.

<sup>29</sup> Plataforma virtual onde é possível disponibilizar ao público o acesso virtual à materiais como revistas, jornais e livros.

desenvolvimento de vários projetos idealizados pelo Arquivo, o que fica claro mais à frente no texto.

Os eventos citados aqui serão feitos cronologicamente para que o leitor compreenda melhor o cenário e a evolução dos fatos que serão mencionados. Também vale lembrar que apontamentos feitos a respeito da Associação Cultural, mesmo que sobrepostos cronologicamente à evolução temporal do Arquivo, estarão dispostos somente na seção 3.2 por se tratar de uma instituição específica.

Os projetos apresentados nas próximas 4 seções foram selecionados dentre outros por terem importância para a instituição. Foram projetos grandes, alguns deles, muito longos e que, dentro da documentação analisada, tiveram grande contribuição para o desenvolvimento institucional do APCBH. Alguns deles apresentam grande relevância junto à PBH, outros junto à sociedade, alguns deles tiveram grande destaque na imprensa tradicional. Visto que foram muitos documentos analisados, produzidos ao longo de 30 anos de história, ficou inviável apresentar todos esses elementos nessa pesquisa, tanto em função do tempo de sua execução quanto em relação ao volume de dados que seriam apresentados.

### **3.1 A posição do Arquivo Público da Cidade na política de Memória e Patrimônio Cultural de Belo Horizonte**

Falar sobre as questões institucionais do Arquivo implica em trazer assuntos distintos, mas que estão interligados e que acabam refletindo na situação do Arquivo, como a pauta de sede, a mudança na estrutura de diretoria para gerência na Fundação Municipal de Cultura (órgão da administração indireta), a questão da verba veiculada à cultura, e do apoio da ACAP-BH ao longo de quase vinte anos da instituição.

O APCBH desde a sua fundação está ligado à Secretaria de Cultura da cidade de Belo Horizonte. Sua criação está assentada em um momento muito produtivo de diálogos para a arquivologia brasileira, como já foi discutido anteriormente. O país vinha de um momento político que caminhava para em busca de ações administrativas mais transparentes, não é por acaso que a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de

janeiro de 1991) foi aprovada apenas quatro meses antes da promulgação da lei de criação do APCBH.

Ainda que constituído como diretoria e ligado à Secretaria Municipal de Cultura, realidade compartilhada por tantos arquivos municipais e estaduais brasileiros, o Arquivo nasce sob uma ótica de arquivo moderno, responsável por realizar a gestão de documentos. Essa perspectiva fica transparecida nas primeiras atividades realizadas, como, por exemplo, na execução do levantamento da massa acumulada, no estudo sobre a evolução administrativa da PBH, na construção da tabela de temporalidade, na promoção de eventos de treinamento do corpo funcional da PBH, entre outras ações que são direcionadas para a estruturação do programa de gestão de documentos da PBH.

Inicialmente o Arquivo era diretamente subordinado à secretaria municipal de Cultura e se organizava da seguinte forma:

Sua estrutura organizacional, definida no art. 2º da Lei nº 5946, de 18 de julho de 1991, é composta pelos seguintes Serviços e Seções, a saber: Serviço de Gestão de Documentos, compreendendo a Seção de Registro e Identificação de Fundos Externos e a Seção de Processamento técnico; Serviço de Arquivos Permanentes, compreendendo a Seção de Documentos Escritos e a Seção de Documentos Especiais e, finalmente o Serviço de Pesquisa e Informação compreendendo a Seção de Consulta e a de Pesquisa.<sup>30</sup>

O Arquivo funcionou nessa estrutura por muitos anos, formal ou informalmente, sendo que a primeira grande mudança administrativa que afeta diretamente a instituição ocorre no ano de 2005, quando o APCBH passa a integrar uma nova estrutura, a Fundação Municipal de Cultura. Instituída pela Lei n.º 9.011, de 1º de janeiro de 2005, quando a PBH fez uma reestruturação administrativa, está vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, integrando “a Administração Pública Indireta do Município e possui autonomia administrativa e financeira, assegurada, especialmente, por dotações orçamentárias, patrimônio próprio, aplicação de suas receitas e assinatura de contratos e convênios com outras instituições.” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2023, *on-line*).

As mudanças administrativas ocasionaram perdas para o papel institucional do Arquivo, considerando que ele é o órgão responsável pela gestão de documentos

---

<sup>30</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório Anual de 1991, p.1.

tanto da administração direta, quanto indireta da PBH. Desta maneira, a vinculação administrativa do órgão ser subordinada à Fundação Municipal de Cultura, entidade da administração indireta, as relações institucionais são enfraquecidas, o que por vezes causou algumas limitações no trabalho realizado pelo Arquivo, principalmente no que diz respeito às diretrizes da gestão de documentos. Esse tópico é citado nos resultados da tese de Chagas (2016), como é possível ver no trecho abaixo:

Outro resultado importante da pesquisa foi a percepção da dificuldade do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte em se comunicar com os gerentes das diversas áreas da Prefeitura, tal dificuldade pode estar relacionada à sua posição periférica na estrutura administrativa da Prefeitura, atualmente, em uma fundação da área cultural. Tal posicionamento, ao mesmo tempo em que pode favorecer sua atuação na guarda, preservação e acesso de seus arquivos permanentes, pode enfraquecer sua atuação junto à administração pública municipal, na gestão de documentos. O APCBH, assim como os demais arquivos públicos, tem a dupla missão de servir à administração e à história e, portanto, encontrar o melhor lugar para seu posicionamento é uma escolha que sempre trará consequências positivas e negativas. Contudo ficou claro na pesquisa que o posicionamento do Arquivo na Fundação Municipal de Cultura tem prejudicado seu reconhecimento como unidade responsável pela coordenação das atividades de gestão de documentos. (CHAGAS, 2016, p. 207).

Além disso, em 2017, a Prefeitura de Belo Horizonte realizou uma nova reorganização da estrutura administrativa, mudando novamente o *status* do Arquivo dentro da Administração. Dessa vez, o APCBH foi rebaixado de sua condição anterior de Diretoria e se tornou a Gerência do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte, vinculada à Diretoria de Patrimônio Cultural, Arquivo Público e Conjunto Moderno da Pampulha, que é parte integrante da Fundação Municipal de Cultura, órgão ligado à Secretaria Municipal de Cultura (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2023, *on-line*). Tal estrutura pode ser observada na Figura 1, abaixo.

Figura 1 – Estrutura Organizacional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte





Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Fotograma do site da PBH, 2023.

No organograma acima, aproveitamos para realçar ainda o desaparecimento das atividades de pesquisa e informação, que nos anos iniciais do APCBH constituíam um dos serviços da diretoria<sup>31</sup>. Tais ações tornam-se subordinadas à coordenação de Arquivos Permanentes. Tal desaparecimento da estrutura, no entanto, acontece justamente quando se fortalecem as ações de difusão do Arquivo, em especial, as voltadas para a valorização da memória de idosos e as ações educativas, o que denota o desconhecimento de administradores da área cultural sobre as ações da instituição.

A falta de reconhecimento institucional do Arquivo traz algumas implicações para a organização tanto nas atividades que culminam na regulação de outras instâncias superiores, como no caso da gestão de documentos. Além disso, outras consequências também podem ser sentidas como a questão da prospecção de recursos financeiros e humanos. Esses quesitos também foram apresentados por Chagas (2016), em suas considerações finais.

<sup>31</sup> O APCBH passou por transformações em seu organograma ao longo de sua história. Nos anos iniciais os serviços eram divididos em uma Diretoria e três serviços: o Serviço de Gestão de Documentos; o Serviço de Arquivos Permanentes e o Serviço de Pesquisa e Informação. Como pode ser percebido a partir do organograma apresentado, o Serviço de Pesquisa e Informação deixou de existir e atualmente existe a Coordenação de Conservação e Reprodução de Documentos.

O não reconhecimento por parte dos agentes políticos do papel estratégico exercido por um arquivo municipal tem levado à sua desvalorização, resultando em posições periféricas nas administrações e a pequena destinação de recursos financeiros e humanos para a área. No caso de Belo Horizonte, esse aspecto pôde ser percebido, tanto por meio das entrevistas com os gestores públicos, como pelos relatórios de atividades da instituição que recorrentemente tratavam do abandono e da carência de recursos. (CHAGAS, 2016, p. 206-207).

Já o assunto relativo à conquista da sede própria do Arquivo está em pauta na instituição desde os anos iniciais de funcionamento. Das quatro tentativas realizadas a primeira delas foi no ano de 1993, que culminou na mudança para o prédio situado no número 227 da Rua Itambé em 1996, no bairro Floresta, área central de Belo Horizonte. Contudo, como mencionado anteriormente, além de o prédio ser alugado, existiam uma série de problemas no edifício e na vizinhança. Em função destes pontos negativos, um novo investimento foi feito nos anos 2000 em busca da aquisição de uma nova sede para o APCBH.

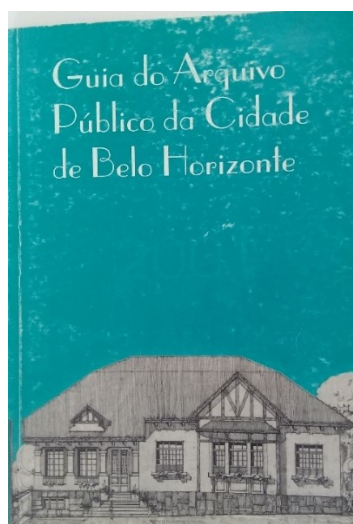
Depois de ampla campanha de servidores do Arquivo e membros de sua Associação Cultural no Orçamento Participativo da cidade, a sede foi considerada uma questão essencial ao funcionamento do Arquivo no orçamento da Prefeitura de Belo Horizonte, que adquiriu um imóvel situado na rua Álvares Cabral, na altura do número 560, no centro da cidade, para abrigar a instituição e permitir recolhimentos futuros. O imóvel foi comprado e destinado ao Arquivo. Depois de vários estudos e planejamento de um anexo para o acervo do Arquivo, com a contratação da arquiteta especialista em adequação de edifícios antigos para abrigar equipamentos culturais, Claudia Carvalho Rodrigues, da Fundação Casa de Rui Barbosa, o imóvel foi destinado ao Centro de Referência Audiovisual (CRAV), atual Museu da Imagem e do Som. Essa conquista da sede própria ficou muito próxima de ser concluída, tanto que nos registros da ACAP-BH, uma reunião inclusive foi realizada nesse imóvel em questão. Também existem outros indícios que apontam para a certeza dessa conquista, como por exemplo, no convite do 9º aniversário do APCBH, com o desenho da fachada da casa, sinalizada como futura sede do Arquivo (Figura 2); um projeto para a reforma do imóvel, considerando as necessidades da instituição; o símbolo da logomarca da ACAP-BH; capa do primeiro Guia de Fundos do Arquivo (Figura 3), entre outros.

Figura 2 – Flyer 9º aniversário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Diretoria Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (AP.09.00.00).

Figura 3 – Guia de Fundos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Diretoria Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (AP.09.00.00).

Nos anos de 2003 - 2004, novamente a equipe da instituição e seus apoiadores investiram na luta pela destinação e adequação do prédio da antiga Escola de Odontologia da UFMG, no Bairro Cidade Jardim, para abrigar o APCBH. Desta vez, a vizinhança do Museu Histórico Abílio Barreto dava mais peso à proposta de conexão entre os equipamentos culturais e seus trabalhos sobre a memória da cidade. Mas, novamente, depois do convencimento de autoridades municipais, foram feitos estudos com o apoio de arquitetos do Departamento de Patrimônio da SMC e consultora, por decisão política do governo federal, o prédio acabou sendo doado para a Advocacia Geral da União. Finalmente, entre os anos de 2013-2014, depois de duas investidas

sem sucesso, foi aprovada a reforma e ampliação da área de guarda do prédio alugado da Rua Itambé, como uma saída ao não conseguir uma sede própria, proporcionando um maior recolhimento.

Importantes realizações para a modernização do APCBH foram a ampliação de das áreas de guarda de documentos e a aquisição de novo e moderno mobiliário para o armazenamento dos documentos. Essas medidas permitiram à instituição retomar e intensificar o recolhimento dos documentos públicos produzidos pela Prefeitura que esteve temporariamente suspenso no período 2011-2013, devido à falta de espaço e de condições para assegurar a preservação dos documentos. Cabe destacar que ações administrativas levadas a termo nesse ano, também garantiram ao APCBH o uso de todo o edifício, antes parcialmente utilizado com fins comerciais. A exclusividade do uso da edificação pelo APCBH era uma antiga preocupação nossa com vistas à segurança dos documentos. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016, p. 6).

Apesar de ser um passo importante para o Arquivo, a reforma e a ampliação do espaço não foram suficientes para recolher acervos já avaliados como permanentes que se encontram nas secretarias, voltando novamente à necessidade de uma sede própria. Requer lembrar que possuir uma sede própria vai além do cumprimento de suas atribuições, também está atrelada a questões para o fortalecimento institucional, computando relevância ao trabalho realizado. Ainda vale ressaltar que os esforços para uma sede própria estão inseridos como a 1ª Meta do Plano Municipal de Arquivos<sup>32</sup>, instrumento elaborado com participação popular na 1ª Conferência Municipal de Arquivos de Belo Horizonte, realizada em novembro de 2021, este que ainda se encontra em tramitação na PBH para sua publicação.

A falta de uma sede própria é apenas parte do problema. Trata-se de consequência de sua pouca valorização e prestígio. Todas as promessas de construção ou adaptação prédios para tal finalidade foram descumpridas, em função da eleição de prioridades outras pelo governo local. Várias das possíveis sedes do arquivo foram destinadas a unidades ligadas a áreas com maior poder de “agenda” do que a instituição arquivística municipal. (CHAGAS, 2016, p. 206-207).

A vinculação à Secretaria de Cultura não é a mais adequada aos Arquivos como já foi supracitado, é uma área que já possui uma limitação na destinação de recursos financeiros frente a outras pastas, além de comportar uma série de instituições para concorrer com os Arquivos que possuem mais prestígio, atraem mais

---

<sup>32</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. [manuscrito] Relatório de apresentação do processo de elaboração do Plano Municipal de Arquivos – A aprovação na 1ª Conferência Municipal de Arquivos e Outras Considerações, 2022, p. 41.

pessoas, entre outras circunstâncias como supracitado por Chagas (2016). Em função disso, o Arquivo buscou outras maneiras de conseguir recursos orçamentários para o desenvolvimento dos seus projetos, o que levou a instituição a lançar várias candidaturas a programas/editais de fomento culturais. Nesse aspecto, um elemento crucial para o APCBH é a criação da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – ACAP-BH<sup>33</sup>.

### **3.2 A criação da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**

Em um processo de amadurecimento institucional e impulsionados por outras ações visando o fortalecimento do Arquivo tanto no âmbito da administração pública, quanto no âmbito social, em 15 de julho de 1999, é fundada a Associação Cultural do Arquivo de Belo Horizonte, sendo caracterizada, em seu Estatuto, como uma associação da sociedade civil sem fins lucrativos e tendo como objetivos sociais,

Art. 2º I – desenvolver e promover atividades culturais e científicas, inclusive estudos, pesquisas e publicações vinculadas à área de atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte;

II – desenvolver projetos e prestar assessorias relacionadas à área de atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte;

III – promover e executar ações orientadas para a pesquisa a formação e capacitação em sua área de atuação, especialmente na formação arquivística, estimulando a preservação e a divulgação do patrimônio arquivístico. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2007, p. 01)<sup>34</sup>.

Para a execução dos objetivos sociais, o Estatuto também define que a Associação poderia utilizar de recursos próprios ou de terceiros, fossem eles entidades públicas ou privadas, desde que firmados por instrumentos legais previamente conhecidos. Além disso, o documento também determina sobre a

---

<sup>33</sup> As informações contidas nessa seção a respeito da ACAP-BH foram obtidas através da pesquisa documental realizada no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Os documentos utilizados estão sob a custódia do APCBH e foram recolhidos após o encerramento das atividades da ACAP-BH em 2017. Eles não estão inventariados nem possuem guia de recolhimento, possuem uma organização prévia realizada ainda enquanto a Associação funcionava e o acesso a eles foi cedido, gentilmente, pelo APCBH para esta pesquisa.

<sup>34</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Estatuto ACAP-BH, 2007. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.

admissão de sócios – pessoas físicas ou jurídicas – que poderiam contribuir financeiramente para o desenvolvimento dos projetos elaborados pela Associação. Em contrapartida, os sócios teriam direito a voto em eleições para a diretoria e conselhos e também a voz em deliberações, projetos, entre outros. A ACAP-BH contava em sua estrutura um Conselho Consultivo, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal que eram eleitos em Assembleia Geral a cada dois anos. E esta estrutura administrativa era responsável por todas ações realizadas pela Associação. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2007).

Como já dito anteriormente, a Associação foi inaugurada em um momento de importante consolidação institucional para o Arquivo, especialmente com as características as quais moldaram o funcionamento da ACAP-BH voltadas para o desenvolvimento de ações que visavam a promoção da imagem do APCBH e de seu acervo junto à administração municipal e à sociedade. E essa intenção é clara na carta-convite elaborada para a fundação da ACAP-BH, chamando as pessoas interessadas para se tornarem um associado da entidade, uma vez que “reconhecem a importância do trabalho já desenvolvido no Arquivo e, sobretudo, acreditam no futuro do seu projeto institucional para o desenvolvimento da memória, da pesquisa e da cidadania em Belo Horizonte – os amigos do APCBH.” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1999a)<sup>35</sup>.

Naquele cenário já era esperada a contribuição que a Associação poderia trazer para o desenvolvimento do APCBH, visto que entidades desse tipo vinham

[...] se tornando instrumentos poderosos na concepção e viabilização de muitos projetos institucionais, além de se constituírem em canais privilegiados de interlocução da instituição pública com a sociedade. Assim terminam por se tornarem parceiros legítimos na formulação e promoção das políticas públicas em suas áreas de atuação. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1999a)<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, carta-convite para reunião de criação da Associação realizada na sede do Arquivo, no dia 15 de julho de 1999. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.

<sup>36</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, carta-convite para reunião de criação da Associação realizada na sede do Arquivo, no dia 15 de julho de 1999a. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.

A expectativa da primeira reunião foi superada, contando com a participação de mais de 60 pessoas, entre professores da rede municipal de educação, UFMG e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, funcionários de secretarias municipais, historiadores, bibliotecários, representantes de associações similares, entre outros. Com o público diversificado, ficou clara a boa receptividade com a criação da ACAP-BH. Além disso, na primeira reunião já foram aprovados o Estatuto e a diretoria-executiva e o Conselho Fiscal, como afirma carta enviada aos sócios, dias após a primeira reunião (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1999b)<sup>37</sup>.

E a participação da ACAP-BH foi fundamental em diversos momentos para a história do Arquivo, como a captação de recursos e a realização de vários projetos tanto para o tratamento do acervo, assim como ações voltadas para a difusão dos fundos, aquisição de mobiliários, entre outras ações. A Associação trouxe diversas contribuições para o Arquivo ao longo de sua existência e esse tópico só reforça como entidades dessa natureza são parte importante para o desenvolvimento do trabalho dos Arquivos Públicos no Brasil. Nesse ponto é importante lembrar que o APCBH, como estrutura administrativa, esteve atrelado desde sua fundação à área cultural e como os arquivos tem dificuldades para a captação de recursos para sua manutenção, associações como a ACAP-BH são primordiais para a viabilização e desenvolvimento de vários projetos.

Cabe destacar aqui que, as associações culturais, ou associações de amigos, eram uma necessidade naquele contexto de crescimento de editais de leis de incentivo, que surgem impulsionadas pelo advento da Lei Rouanet, de 1985. Isso reforça, mais uma vez, o cenário de dificuldade enfrentado pelos Arquivos Públicos no que tange as garantias de orçamentárias para o desenvolvimento das ações. O fato de se criar uma associação para que entraves burocráticos pudessem ser resolvidos mais facilmente para o desenvolvimento de projetos diz muito sobre a realidade enfrentada.

Além disso, ao perceber que sem a intervenção da ACAP-BH muitos projetos não seria desenvolvidos fica o questionamento de até onde a responsabilidade da

---

<sup>37</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, carta informe sobre a reunião de fundação da ACAP-BH enviada aos sócios no dia 22 de julho de 1999b. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.

Prefeitura está sendo transferida para outra instituição no que diz respeito a garantia do cumprimento da lei federal nº8.159/91 e das leis municipais nº 5.899/91 e nº5.900/91 no que tange a garantia da gestão e preservação dos documentos produzidos pela administração pública.

A atuação das Associações Culturais dessa natureza também reforça a falta de reconhecimento administrativo dos Arquivos Públicos e os colocam atrelados diretamente a área cultural. Por outro lado, não devemos excluir completamente o caráter cultural dos Arquivos, o problema não é esse e sim a falta de entendimento e reconhecimento do papel que os documentos arquivísticos tem para a administração pública, conseqüentemente para a sociedade.

Como já apresentado anteriormente na seção 1.1, o entendimento sobre a definição do patrimônio cultural foi se modificando ao longo do século XX e também sua importância e representatividade dentro de um grupo social. E instituições como a ACAP, dentro do cenário em que encontra o APCBH, são fundamentais como apoio desenvolvedor de políticas e projetos para que as entidades, como o Arquivo, possam se desenvolver e conseguir executar o seu papel social.

Já nos primeiros meses de sua atividade a Associação teve um papel importante de intermediadora nos debates do Orçamento Participativo do setor da cultura e “[...] contribuiu efetivamente para que os programas da área de memória e patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura fossem considerados como uma das prioridades orçamentárias para o ano de 2000.” (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1999c)<sup>38</sup>. Não somente isso, mas também a participação de membros ligados ao Arquivo também objetiva “[...] sensibilizar a sociedade e as administrações pública e privada para o problema enfrentado pelo Arquivo, cuja falta de visibilidade tem contribuído para aumentar o descaso com o patrimônio documental da cidade [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2000, p. 18).

---

<sup>38</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, carta informe sobre ações ACAP-BH e convite para assembleia extraordinária, enviada aos sócios no dia 29 de outubro de 1999c. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.



Leandro Nunes, então diretor-tesoureiro da ACAP-BH, discorre, em texto na revista PBH Escola Aberta, ainda sobre outros pontos sensíveis para o Arquivo a respeito das questões orçamentárias. Ele ressalta as limitações de recursos públicos para a área cultural da PBH, uma vez que o APCBH está inserido nela, e relata como a Associação contribui nesse sentido a fim de minimizar a situação buscando a captação de recursos de outras maneiras, como também é descrito no trecho abaixo do Guia de Fundos.

Por isso, a ACAP-BH pretende minimizar esta situação propondo soluções alternativas para a captação de recursos. Uma das maneiras é o apoio a projetos, que através das leis de incentivo (municipal, estadual e federal) podem captar recursos de empresas privadas, oferecendo em troca uma dedução de impostos e a publicidade. Outra atribuição refere-se à realização de parcerias com instituições congêneres, em que o Arquivo oferece como contrapartida a promoção de cursos, consultorias e assistência técnica. A ACAP-BH participa ainda de fóruns políticos e técnicos em que sejam discutidas as políticas públicas de preservação do patrimônio e de gestão de documentos do município. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2001, p.87).

Além dessas funções propostas na apresentação da Associação, ela também teve participação importante em outras questões relacionadas ao Arquivo, como, por exemplo, nas tentativas de uma nova sede própria. Como é possível ver em alguns ofícios enviados pela presidência da Associação para a PBH, reiterando a necessidade de um prédio que comportasse melhor as necessidades do Arquivo, como em 2002, após um incêndio na Delegacia Seccional Centro, vizinha do Arquivo à época, que atingiu o prédio da instituição arquivística:

A ACAP-BH Associação Cultural do Arquivo público da Cidade de Belo Horizonte, vem expressar seu profundo pesar com os acontecimentos da noite de domingo último, quando em decorrência de uma rebelião de presos na Delegacia Seccional Centro, um incêndio criminoso atingiu parcialmente a sede do Arquivo. Consideramos que o lamentável acidente, que felizmente não causou maiores danos ao patrimônio documental da cidade e às pessoas que ali trabalham, vem expor a precária situação em que se encontra hoje tão importante instituição municipal. Todos aqueles que puderam ver o aspecto desolador das dependências hoje desativadas do Arquivo, especialmente seus funcionários, encontram-se hoje consternados e sem perspectivas de uma solução de curto prazo. (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2002)<sup>39</sup>.

Esse fato aconteceu pouco depois de o Arquivo perder a sede na rua Álvares Cabral, no ano de 2001, mais uma vez justificando a gravidade da situação, não só

---

<sup>39</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, ofício ACAP-BH/001-2002 enviado ao prefeito em exercício. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.

pelo fato da insegurança externa, causadas pela vizinhança e precariedade da situação estrutural do prédio que abrigava o Arquivo àquela época. No ano anterior, em 2001, como já mencionado anteriormente, o Arquivo perdeu a conquista da sede própria, a casa da rua Álvares Cabral. O interessante é que dentre as atas pesquisadas, uma delas (a da Assembleia Ordinária, do dia 13 de novembro de 2001<sup>40</sup>) consta como o local da sede da ACAP-BH onde foi realizada a reunião exatamente a Rua Álvares Cabral, nº 560. A reunião e uma pequena confraternização da equipe do Arquivo e de membros da ACAP-BH aconteceram na futura sede, que era chamada carinhosamente de “a casinha”.

Os investimentos da ACAP- BH para a idealização de uma sede própria não pararam somente no já mencionado aqui. Em 2004, foi submetido ao Ministério da Cultura um projeto cultural para a realização de obras para a adequação da possível nova sede do Arquivo, no prédio da antiga Faculdade de Odontologia da UFMG. Foram realizados estudos de carga no referido prédio, assim como um projeto arquitetônico para que melhor comportasse o Arquivo. Ao longo do projeto é possível perceber a importância da sede própria para a instituição como é citado nos trechos abaixo.

[...] O espaço e as instalações físicas adequadas do Arquivo são elementos fundamentais para o pleno desempenho da sua missão institucional sendo preocupação permanente não só da Secretaria Municipal de Cultura, à qual se encontra subordinado, mas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que recentemente adquiriu uma sede definitiva para que o Arquivo possa cumprir integralmente as suas funções de guarda gestão e divulgação do acervo [...].

[...] O Arquivo espera assim obter o apoio necessário para garantir a sua rápida transferência para a nova sede. Todo o projeto arquitetônico da reforma do prédio tem por meta a construção de um espaço destinado à preservação do acervo e atendimento ao público. Acreditamos que somente com a valorização do público, formado por estudantes, pesquisadores e interessados em geral, o Arquivo estará cumprindo suas funções administrativas corretamente. Portanto estão previstas áreas que garantirão a educação patrimonial, a pesquisa de usuários e a conservação do acervo e acesso à informação. [...] (ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2003)<sup>41</sup>.

---

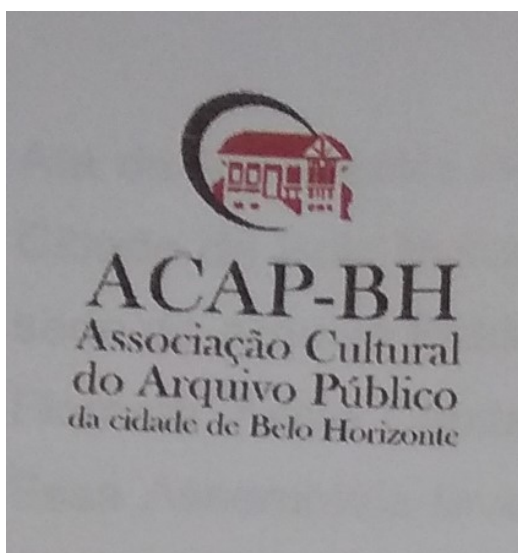
<sup>40</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, ata da Assembleia Ordinária da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.

<sup>41</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, projeto de adequação da futura sede do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2003. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.

Já no dia 17 de novembro de 2005, foi comunicado em Assembleia Ordinária<sup>42</sup> que a mudança da sede para o prédio que foi da Faculdade de Odontologia da UFMG não seria possível. Contudo, foi reafirmado na mesma reunião que as tentativas para a conquista da sede definitiva continuariam sendo prioridade na gestão da ACAP-BH.

Além desses aspectos é importante lembrar que a logomarca da Associação, desenvolvida pelo designer Pedro Miranda, também está ligada à luta pela conquista da sede. Uma vez que a logo da instituição tem como símbolo uma casa, que se assemelha a estrutura da casa situada à rua Álvares Cabral, nº560, que foi o primeiro espaço conseguido para a sede do Arquivo e perdido, acima do nome da instituição como é possível ver na Figura 4. Esse e outros traços apontam para a importância da conquista da sede própria do Arquivo.

Figura 4 – Logo Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE.

Outro aspecto caro ao APCBH e que a ACAP-BH teve uma participação vital foi o auxílio no desenvolvimento de vários projetos, atuando na captação de recursos, contratação de pessoal e/ou materiais permanentes para o Arquivo, bem como a realização de acordos e convênios com outras instituições, nacionais e internacionais.

---

<sup>42</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, ata da Assembleia Ordinária da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Acervo ACAP-BH custodiado pelo APCBH.

Dentre as melhorias alcançadas por intermédio da ACAP-BH estão a compra de armários deslizantes para o aumento da capacidade de guarda de documentos, projeto de criação de laboratório de conservação, a compra de equipamentos para a infraestrutura de projetos de gestão de documentos, entre outros. Também foram feitos convênios de cooperação entre a ACAP-BH e outros órgãos públicos, como o acordo realizado entre o Município, a FMC e a ACAP-BH para o projeto de gestão de guarda e preservação dos acervos do APCBH; também houve uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Associação para o desenvolvimento de atividades educativas no Arquivo durante o ano de 2004.

A ACAP-BH também contribuiu com a captação de recursos para a elaboração de vários materiais impressos como a Coleção História de Bairros, para a elaboração do Guia de Fundos de 2001. Ainda realizou contribuições para o campo da preservação como a participação no projeto de Conservação e Preservação do Arquivo Pessoal de Nelson de Sena, a digitalização de acervo fotográfico, o projeto de exposição A Pampulha no Acervo do APCBH, a restauração da planta topográfica da Capital. Todas essas ações, que merecem estudos específicos futuros, foram sistematizadas em projetos para captação de recursos em leis de incentivo, convocatórias e editais.

Não só entraves burocráticos barram a atuação efetiva do Arquivo na PBH em relação a sua finalidade, mas também essa invisibilidade institucional que, por vezes, a única saída existente são se enveredar para o lado cultural, utilizado de mecanismos como a ACAP-BH para quebrar barreiras que fogem completamente do controle dos servidores do Arquivo.

O que fica claro ao analisar os documentos pesquisados é a participação efetiva da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte no desenvolvimento institucional do Arquivo, ao longo de sua existência. Alguns projetos desenvolvidos no APCBH nunca existiriam se não fosse por intermédio da ACAP-BH. E o reconhecimento das conquistas feitas em conjunto com a ACAP-BH devem ser lembradas e aplaudidas. Mas, isso também não tira o descaso da PBH com o funcionamento do APCBH.

### 3.3 O Arquivo e a memória da cidade

Ao longo desses mais de 30 anos de existência, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte conseguiu desenvolver vários trabalhos bem-sucedidos que demonstram por si só a importância e qualidade do trabalho realizado com os documentos.

Um desses marcos é a comemoração dos 100 anos da capital mineira, em que o APCBH participou das atividades comemorativas através do projeto “Momentos de uma Capital Centenária”. Esse projeto consistia na exposição de parte do acervo do Arquivo (como mapas, plantas, fotos e documentos) e foi realizada durante um mês no auditório da própria Instituição. Como o projeto foi muito bem recebido pelo público, com visitas majoritariamente do público estudantil, impulsionados pelo calendário acadêmico do ano que também comportava as atividades relacionadas à comemoração do centenário de Belo Horizonte<sup>43</sup>.

Uma parceria envolvendo o APCBH, a empresa Compor, a Fundação Mineira de Educação e Cultura, e a Xerox do Brasil viabilizou a transformação da ideia da exposição em um projeto maior, com o mesmo nome. Foram então produzidos: um kit pedagógico, uma exposição itinerante e a reedição de uma obra do acervo do Arquivo - um álbum de 1895, com vistas do arraial que foi demolido para dar espaço à nova capital, com tiragem de mil exemplares e distribuição entre os usuários do Arquivo. (PARRELA, 2007, p. 3-4).

A exposição itinerante contava com 20 estandartes com fotos e textos sobre a cidade e percorreu diversos espaços públicos da cidade, processo que durou até junho de 1998<sup>44</sup>. Além dela foi elaborado um kit pedagógico composto por 30 fotografias e textos, “tendo por tema a Comissão Construtora da Nova Capital e a Evolução da Área Central, acompanhados de cartilha de instrução para utilização pedagógica”<sup>45</sup>. Foram impressas quinhentas unidades desse kit, que foram distribuídos por escolas da capital de todos os níveis, universidades e outras instituições educacionais (PARRELA, 2007).

Esse projeto foi muito proveitoso para o Arquivo, considerando os desdobramentos e público alcançados. A realização de ações dentro de períodos

---

<sup>43</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório anual de atividades de 1997.

<sup>44</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório anual de atividades de 1997.

<sup>45</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório anual de atividades de 1997.

determinados, como a comemoração dos 100 anos de BH, serve para também para refletirmos como esses eventos são capazes de atrair públicos maiores, interessados em um assunto específico e cabe à instituição arquivística investir esforços para divulgação do acervo aproveitando essas efemérides, mas ao mesmo tempo devem ser traçadas estratégias para a retenção desse público.

Seguindo por esse caminho, o projeto “A Pampulha no acervo fazendário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte” tinha por objetivo demonstrar como se deu a construção de uma região tão importante para Belo Horizonte através do fundo fazendário, onde é possível consultar os recibos de pagamentos das áreas construídas, pode proporcionar ao público uma ideia de quão grandiosas são obras desse porte e também os problemas encontrados.

Este projeto tem como proposta mostrar à população de Belo Horizonte e visitantes de outras cidades de Minas e do país, os diferentes aspectos da história desse empreendimento e sua inserção no contexto cultural da cidade. Ao mostrar os investimentos realizados em diferentes períodos, pretende revelar também as propostas que não foram levadas à cabo. Para sua realização está prevista uma exposição na Casa do Baile. Utilizando textos, mapas, desenhos arquitetônicos, fotografias, filmes, cartazes, revistas entre outros documentos, pertencentes ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Uma boa parte deste acervo é inédita: o Fundo da Secretaria Municipal da Fazenda – 1987/1989, que por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, está sendo organizado, conservado e descrito. Este fundo mostra como se deu a contratação dos serviços, a utilização de materiais e a execução das obras de construção do conjunto. Nos permite entender que as escolhas do poder público e seus investimentos para a transformação de um espaço tão distante em uma referência ao modernismo do país. Além disso, permite conhecer alguns aspectos práticos das obras, como as dificuldades dos profissionais envolvidos para fixar a obra de Portinari na Igreja da Pampulha, num verdadeiro quebra-cabeça de pastilhas que chegavam irregulares, segundo suas reclamações.<sup>46</sup>

A propagação desse conteúdo proporciona ao público não só conhecer um pouco mais sobre a história de formação da cidade, mas também possibilita ao Arquivo, através da curadoria do projeto, dizer ao leitor como é feito o trabalho dentro de uma instituição arquivística. Ainda, é preciso demonstrar ao leitor todo o processo que deve ser percorrido até ser possível a realização de uma exposição. Deve ser explicado todo o trabalho anterior realizado pelo Arquivo executando as funções arquivísticas, uma vez que “o projeto previa o tratamento físico e intelectual de parte

---

<sup>46</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Projeto Cultural submetido ao Estado de Minas Gerais intitulado “A Pampulha no acervo da Cidade de Belo Horizonte”. Acervo ACAP-BH, custodiado pelo APCBH.

do acervo recolhido da antiga Secretaria Municipal da Fazenda, a partir da conservação preventiva, da restauração das encadernações e livros e da publicação do catálogo de fontes sobre o conjunto da Pampulha.” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2005, p.5).

Ao final do tratamento documental proposto pelo projeto, foram desenvolvidos dois produtos visando a difusão do acervo, uma exposição e a publicação de um catálogo de fontes “A Pampulha no acervo fazendário do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte”, em 2005. Já a exposição foi elaborada almejando estimular

[...] novas pesquisas e reflexões sobre a cidade, fornecendo subsídio documentais para o trabalho dos historiadores, arquitetos, urbanistas, entre outros. O público estudantil e a população da cidade em geral terão oportunidade de conhecer a história da Pampulha através da exploração museográfica das diferentes linguagens documentais (sons, fotos, mapas, filmes). Também pretende mostrar a população beloizontina e de outras cidades as transformações urbanas ocorridas na capital ao longo das últimas décadas, de maneira atraente e de forma a permitir uma maior reflexão sobre as transformações do espaço urbano pelo poder público.<sup>47</sup>

Trabalhos como estes aproximam a instituição arquivística do público ao qual ela pretende se comunicar, além de estabelecer conexões entre o cidadão e o ambiente em que ele vive. Essas ações acabam por manter viva a memória local e também a estabelecer novas relações entre o cidadão e o lugar em que ele reside, fomentando novos processos de ressignificação do ambiente urbano.

Outro projeto que merece ser destacado é o Cestas da Memória. Criado em 2003, tem como objetivo “[...] identificar e descrever parte do acervo fotográfico da instituição, a fim de ampliar seu acesso. Para tal, conta-se com o trabalho voluntário de idosos já que muitas fotografias lhe são contemporâneas.” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016a, p. 10).

Deve-se lembrar as especificidades do acervo custodiado pelo APCBH no que tange aos expurgos, às vendas e ao desaparecimento de documentos administrativos da capital por um período de tempo em que não havia nenhum órgão responsável pela documentação administrativa da PBH. No caso das fotografias

---

<sup>47</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Projeto Cultural submetido ao Estado de Minas Gerais intitulado “A Pampulha no acervo da Cidade de Belo Horizonte”. Acervo ACAP-BH, custodiado pelo APCBH.

recolhidas, as informações ainda eram ainda mais escassas, apesar de que se considerava que a maior parte delas foi feita depois de 1950. Quando o Arquivo passa a fazer o recolhimento das grandes massas de documentos dos galpões onde estavam guardados, foram recolhidas cerca de 200 mil imagens, sua maior parte negativos e não possuíam quase nenhuma identificação (PARRELA, 2015).

Um cenário parecido com isso foi vivido pelo Arquivo do Distrito Federal e lá eles desenvolveram um projeto intitulado Chá de Memória que contava com a ajuda de idosos que havia participado da construção da capital brasileira para identificar as fotos do acervo. Contudo, esse projeto não teve o retorno esperado pelo Arquivo em relação aos custos demandados (PARRELA, 2015).

Em 1996, o APCBH elaborou a primeira versão de um projeto (APCBH, 1996) baseado na experiência de Brasília. Quinzenalmente, nas tardes de sexta-feira, idosos se reuniam para identificar imagens. Depois, em torno de uma mesa de café e “cestas” de guloseimas, os voluntários e técnicos experimentavam um momento descontraído, regado a boas recordações da cidade. Para dar início à identificação das imagens do acervo, a primeira versão projeto previa o exame de cerca de 6 mil imagens positivadas. (PARRELA, 2015, p. 4).

À época, os dirigentes do Arquivo consideraram o projeto de difícil execução, somente sendo aprovado seu início em 2003. Um dos principais empecilhos para o desenvolvimento do projeto era o trabalho com o público idoso. Na proposição aprovada do projeto ressaltava a importância dessa ação a ser realizada com o público da terceira idade, uma vez que a Secretaria de Cultura não tinha nenhuma ação voltada para esse público (PARRELA, 2015).

As experiências acumuladas pelos idosos são valorizadas pelas Cestas da Memória, por meio do trabalho voluntário. Assim, ao mesmo tempo que presta um serviço à sociedade, o projeto promove melhoria na qualidade de vida dos próprios idosos, quando os estimula a partilhar suas memórias e valoriza o seu conhecimento. Dessa maneira, enquanto identificam as fotografias do acervo do APCBH, os voluntários narram histórias de outras épocas. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016a, p. 35).

O Arquivo avalia como uma via de mão dupla o retorno trazido pelo Cestas da Memória à instituição, uma vez que os idosos têm a possibilidade dividir as lembranças, contanto as histórias já vividas. Por outro lado, os servidores que trabalham com a descrição do acervo reconhecem a importância do serviço prestado pelos voluntários à organização (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016a). Desde o seu início até 2016 já tinham sido identificadas e descritas mais de vinte mil imagens, trabalho que seria impossível sem a ajuda dos



voluntários. “As inúmeras memórias divididas – quase como confidências nos momentos da visualização das imagens ou na hora do lanche – são uma parte da história da cidade que dificilmente poderia ser reconstruída sem o depoimento dos voluntários.” (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016a, p.41).

O Cestas da Memória tem grande importância para o APCBH por inúmeros motivos. Vários frutos foram colhidos ao longo dos anos, a identificação e descrição das fotografias, o desenvolvimento de ações educativas para um público que era marginalizado pelos serviços culturais da cidade quando ele foi iniciado, recebeu destaque de matérias de jornais falando sobre o projeto e trazendo visibilidade para os serviços realizados pelo Arquivo. O projeto também foi premiado recebendo o I Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, do Ministério da Cultura em 2007, foi semifinalista no Prêmio Cultura Viva, do Ministério da Cultura, em 2006, na categoria de Gestão Pública, entre outras homenagens e agradecimentos (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2016a).

Um dos projetos que mais demandou de pesquisas dos técnicos do Arquivo para a sua realização foi a elaboração dos cadernos da Coleção História de Bairros de Belo Horizonte.

A História dos Bairros é uma das principais demandas culturais no Orçamento Participativo de Belo Horizonte. Para responder a esta demanda, oferecendo um serviço cada vez melhor à população a equipe do Arquivo vem selecionando ao longo dos últimos anos, um farto material documental sobre Belo Horizonte.

Cerca de 60% dos consulentes do Arquivo são formados por estudantes, que muitas vezes têm dificuldade de deslocarem-se até ele, principalmente os estudantes das escolas de periferia. Embora o Arquivo se situe no centro da cidade, os estudantes têm dificuldades econômicas para irem ao Arquivo fazerem trabalhos escolares. Por este motivo, é grande o número de consultas por telefone, o que não satisfaz à qualidade do trabalho escolar, sendo frequente o grande número de estudantes que não têm as suas necessidades atendidas.<sup>48</sup>

Foram publicados nove cadernos contando a história da formação de cada Regional da Cidade de Belo Horizonte. Foram publicados em duas etapas, a primeira foi concluída em 2008 com o lançamento do Livro do Professor e de mais seis regionais: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Nordeste, Noroeste e Venda Nova. A coleção

---

<sup>48</sup> ASSOCIAÇÃO CULTURAL DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Projeto Cultural submetido ao Estado de Minas Gerais intitulado “História dos Bairros de Belo Horizonte”. Acervo ACAP-BH, custodiado pelo APCBH.

ficou completa em 2011 com a publicação dos livros das três regionais restantes: Norte, Oeste e Pampulha.

As publicações sobre as Regionais possuem a mesma estrutura de escrita, sendo divididas em quatro partes. São iniciadas por uma parte introdutória contando sobre o projeto. Já o segundo item faz uma breve explicação de como se dá a construção de uma cidade e, posteriormente, como isso aconteceu com Belo Horizonte, narrando, na sequência, a formação dos bairros, como são nomeados e sua interrelação com uma regional. Após essa parte inicial, cada livro, se debruça a descrever os aspectos da Regional correspondente, apresentando a história e, posteriormente, os bairros que a compõe. O terceiro tópico é aberto com uma apresentação do APCBH e na sequência conta com um conjunto de atividades elaboradas para fixar o conteúdo apresentado e adicionar mais algumas informações sobre a regional. A última parte é composta pelo índice das imagens utilizadas, as referências da pesquisa e, ao final, é acrescida uma linha do tempo mesclando informações importantes sobre Belo Horizonte e a área estudada e mapas tanto da cidade, quanto da regional.

Já o livro destinado ao professor tem uma organização diferente dos demais e expressa como foram planejadas o material sobre os bairros e como ele deve ser utilizado. Diferentemente dos outros, é dividido em cinco seções. Elas fazem a apresentação do projeto, direcionando o professor a entender o método e pesquisa envolvida na produção do material destinado aos alunos. O linguajar utilizado é bem específico para o público destinado.

Através dessas publicações, é possível perceber o uso e aplicação didática do acervo sob a guarda do APCBH para fins educativos, não só aproximando o Arquivo da comunidade escolar, mas também atendendo os objetivos de pesquisa desse público. Como apresentado anteriormente por Parrela (2007), em 1999, 50% dos consulentes do APCBH eram estudantes buscando sobre a história da cidade.

Esse projeto também serve para refletirmos sobre a importância da preservação dos conjuntos arquivísticos produzidos pela administração pública. Esse caso ainda se torna mais especial se analisarmos sob o viés da criação de Belo Horizonte, como uma cidade planejada e construída no final do século XIX para ser o

centro do poder político, econômico e social de Minas Gerais. Além disso, o aporte documental preservado da CCNC permite ao cidadão estabelecer uma ligação mais estreita com os patrimônios edificados da cidade, uma vez que é possível acompanhar as transformações da metrópole através dos documentos.

Outro ponto que merece ser destacado é o público ao qual direciona esse conjunto de publicações. Quanto mais cedo são despertadas as relações entre o local e o sujeito residente mais cedo as relações identitárias serão desenvolvidas. Além disso, como afirma Torre (2019), a formação dessas relações de identidade fomenta a valorização e a preservação do patrimônio documental, parte fundamental para a garantia e manutenção dos Arquivos Públicos, órgãos responsáveis pela gestão de todo esse patrimônio.

Esse tipo de iniciativa também é importante para retratar as mudanças terrestres e de ocupação dos limites do município e as relações estabelecidas entre população e município. Por outro lado, deve-se considerar a permanência desse tipo de projeto dentre as atividades do APCBH para que as pesquisas sobre as transformações ocorridas no território da capital continuem sendo registradas e expostas à população. A continuidade de projetos como esse podem expor as mudanças em monumentos, mudança de nomes de bairros, bem como a incorporação de novos bairros, caso ocorra.

Sendo assim, esse projeto abarca diversas práticas inerentes aos Arquivos como a função social que esses órgãos têm em relação à transparência pública, à garantia de direitos do cidadão, ao desenvolvimento de pesquisa científica, entre outros aspectos. Também reforça a importância da preservação do patrimônio documental, assim como o direito a memória coletiva e social e as relações identitárias criadas entre os sujeitos e os lugares.

Outra questão importante desenvolvida no Arquivo são as comemorações de aniversários da instituição. Aqui vamos destacar três projetos realizados nas respectivas comemorações dos aniversários de 20, 25 e 30 anos.

Em função da comemoração das duas décadas de existência da instituição, foi elaborado um projeto que tinha por objetivo geral “organizar a memória institucional e

a avaliação crítica da trajetória da política de gestão de documentos do APCBH<sup>49</sup>, que consistia em quatro etapas:

- Organizar o chamado arquivo do arquivo, ou seja, a documentação arquivística acumulada no desenvolvimento das atividades administrativas e técnicas do órgão, de forma a estabelecer práticas internas de produção, tramitação, avaliação, descarte e preservação da documentação;
- Elaborar um instrumento de pesquisa que permita a consulta ao arquivo do APCBH e disponibilizá-lo na página da internet da instituição;
- Realizar um estudo crítico da política de gestão de documentos implantada pelo APCBH, especialmente da sua Tabela de Temporalidade – concepção e uso – com vistas a uma reflexão teórico-metodológica que seja também um diagnóstico da política de gestão implementada;
- Divulgar os resultados do projeto na página internet e no seminário comemorativo dos 20 anos do APCBH e por meio da publicação de artigos em periódicos científicos<sup>50</sup>.

As quatro etapas traçadas no projeto não foram integralmente cumpridas, ou os planos podem ter sido modificados ao longo de sua execução. A primeira etapa foi concluída, inclusive possibilitando a realização desta pesquisa. Para ter acesso aos documentos do fundo em questão, fui direcionada a utilizar as Guias de Recolhimento do acervo. Esses documentos possibilitam o consulente identificar o que gostaria de pesquisar, mas não são um instrumento de pesquisa o que caracteriza o não cumprimento da segunda etapa do projeto. No levantamento documental realizado também não foi encontrado nenhum estudo crítico sobre a política de gestão implantada, correspondente a etapa 3. Isso também não quer dizer que o estudo não tenha sido realizado, uma vez que pode ter sido publicado em algum periódico ou não ter sido recuperado no decurso da pesquisa. A última etapa, em vez de um seminário comemorativo foi realizada uma exposição carregando o mesmo tema.

A mostra, nesse sentido, buscará dar ênfase aos processos dinâmicos e avanços obtidos nos diferentes campos de atuação da instituição: crescimento qualitativo e quantitativo do acervo, evolução das pesquisas, ensaios teóricos e práticos de educação patrimonial, avanços metodológicos e tecnológicos no tratamento intelectual e físico da documentação, expansão da gestão de documentos pelos espaços institucionais da PBH<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Projeto 20 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH): memória institucional e reflexão crítica sobre as práticas arquivísticas, 2010.

<sup>50</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Projeto 20 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH): memória institucional e reflexão crítica sobre as práticas arquivísticas, 2010.

<sup>51</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Projeto Exposição 20 anos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: crescendo e mudando com a cidade.2010.

A exposição se dividiria em cinco eixos expositivos: o acervo documental (ressaltando toda a diversidade e particularidades de formatos e dos fundos custodiados); os serviços prestados (evidenciar todos as frentes de trabalho desenvolvidas pelo APCBH); a gestão de documentos na PBH (evidenciar todo o processo de construção e implantação da gestão de documentos); as histórias da instituição (apresentar todos os elementos que compuseram a história da instituição); as parcerias entre o APCBH e ACAP-BH (ênfasis em todas as conquistas realizadas através dessa parceria).

Ao idealizar esse projeto o Arquivo toma um importante passo do que é muito pregado pela teoria que recapitulamos anteriormente, o fato de conhecer a instituição, uma vez que os documentos produzidos por ela seriam organizados. Não há melhor maneira de se conhecer uma organização do que olhar para os documentos produzidos no decorrer de suas atividades. Considerando a ordem das etapas propostas no projeto o APCBH tem total controle do discurso que será elaborado para a curadoria da exposição.

Já na comemoração dos 25 anos, o APCBH também é muito assertivo no projeto comemorativo. Esse é um projeto mais arrojado com o lançamento de uma série de publicações chamada intitulada O Arquivo e a Cidade e é composta por quatro publicações: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: Patrimônio, História e Cidadania; Entre lembranças e fotografias: a experiência do Projeto Cestas da Memória; Catálogo de Fontes: Arborização na Legislação Municipal de Belo Horizonte e Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte<sup>52</sup>. Além disso, foram planejadas duas exposições itinerantes que tinham como objetivo ampliar o conhecimento dos servidores da administração direta e indireta da capital a respeito do trabalho do Arquivo<sup>53</sup>.

É admirável quando uma instituição consegue preparar uma ação que coloque em evidência sua cultura organizacional e exponha o trabalho realizado sem que a narrativa contada seja por um viés heroico ou extraordinário. É um trabalho árduo se

---

<sup>44</sup> O PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório final do convênio com a ACAP-BH realizado para o desenvolvimento das exposições.

<sup>53</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório final do convênio com a ACAP-BH realizado para o desenvolvimento das exposições.

ressaltar seus pontos positivos sem que pareça uma coisa artificial, que acaba não cativando o público. E nos dois projetos comemorativos o Arquivo consegue reforçar sua cultura organizacional, entregar um produto cultural relevante para o usuário e ainda ressaltar a importância social que o Arquivo carrega.

Em 2021, o APCBH completou 30 anos de sua existência, a tradicional comemoração teve que ser uma ação mais contida, considerando o cenário pandêmico grave que atravessávamos à época. Mesmo que mais singela, foi lançada uma edição da Revista do Arquivo Público, com textos que de contribuíram para o debate sobre a história de Belo Horizonte.

Ao ressaltar alguns pontos destes projetos executados pelo APCBH se faz mais fácil a compreensão de como o trabalho desenvolvido pela instituição em várias frentes busca fomentar a cultura organizacional, as questões memoriais relacionadas ao acervo custodiado pela instituição, assim como a importância das ações educativas com os mais variados públicos, para fomentar o contato de diversos usuários com o Arquivo.

Aqui também fica claro todos os esforços para o Arquivo sustentar, de certa maneira, o estigma de guardião de memória da cidade. Mesmo em trabalhos como o Cestas da Memória que surgiu de um gargalo dentro da gestão de documentos, a dificuldade de identificação e descrição das fotografias custodiadas, as publicações que retratam sobre o projeto sempre ressaltam o lado histórico e memorial que ele carrega.

### **3.4 Estratégias da comunicação para a identidade institucional do Arquivo**

Em 30 anos de existência, o Arquivo desenvolveu várias ações que contribuíram para a construção e desenvolvimento de sua identidade institucional. Tendo isso como parâmetro, foram selecionadas duas ações muito importantes a criação da logo do Arquivo e a criação do vídeo documento.

Foi possível identificar durante a pesquisa documental a existência de duas identidades visuais do APCBH ao longo de sua história. A primeira é apenas um arranjo da tipográfico do nome da Instituição (Figura 5) e a segunda possui um símbolo

atrelado a tipografia do nome, o símbolo em questão é um desenho em linhas da torre do relógio existente no prédio da Prefeitura de Belo Horizonte.

Figura 5 – Primeira logo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE.

Figura 6 – Segunda logo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE.

Não foi encontrado nenhum documento que justificasse a escolha do elemento do relógio para acompanhar a assinatura da instituição. Entretanto, imagina-se que sua utilização possa ter duas razões, a primeira delas é que esse relógio é bem conhecido pela população, é localizado no centro da cidade e também é uma boa representação da PBH e a segunda razão seria algo ligado ao tempo, temporalidade. Essas questões ligadas a temporalidade também podem ser remetidas às questões memoriais.

Os parâmetros estipulados para nossa pesquisa documental não permitiram encontrar registros que apontassem para a data de criação das duas logos. O que é, de certa forma, intrigante, pois foi realizado um esforço para a elaboração das marcas, provavelmente teve algum custo para a sua produção e elas pouco aparecem nos documentos institucionais. Como dito aqui, a marca é um dos elementos mais importantes para uma instituição, que, nesse caso, fica de questionamento para o seu uso, visto que é quase inexistente nos documentos. Também não foi encontrado

nenhum manual de aplicação da marca elaborado pela PBH na pesquisa documental. Contudo, atualmente existe esse manual para a aplicação das marcas das instituições vinculadas a Prefeitura, mas até onde foi possível pesquisar não havia nenhum impeditivo para a aplicação da marca nas publicações do Arquivo.

Outro destaque também vai para o vídeo documento do Arquivo. Peça produzida a partir de captação de recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, com patrocínio do Hospital Mater Dei e em parceria com a ACAP-BH. Foi desenvolvido

[...] um vídeo documentário de caráter cultural e educativo, voltado principalmente para os estudantes das escolas de primeiro e segundo graus, contribuindo assim para facilitar o acesso às informações dos documentos públicos aos cidadãos e pesquisadores em potencial. O Arquivo pretende que o vídeo seja um instrumento de informação e difusão cultural para a cidade de Belo Horizonte, na medida que divulga o potencial da instituição, fornece elementos para a pesquisa escolar, científica, apoia direitos do cidadão e preserva o patrimônio histórico da cidade<sup>54</sup>.

Essa iniciativa é muito interessante na história do APCBH, pois podemos apontar alguns pontos que realçam o diferencial do projeto. Nos dias de hoje, muitas crianças têm acesso a telefones celulares, internet e um largo contato com a tecnologia, o cenário em 2003 era bem diferente. O acesso aos itens de tecnologia móvel como celular, tabletes, entre outros similares, era raro para as crianças, o maior contato era feito com os aparelhos de televisão. Enquanto a maior parte das produções do APCBH naquela época eram impressas, o elemento surpresa está não só no formato em vídeo, mas também como na linguagem utilizada para prender a atenção do público esperado. A sinopse consistia em:

Uma criança encontra, no fundo do armário, uma caixa cheia de documentos. Assim começa nossa viagem pelo mundo fascinante do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. As comparações entre o arquivo pessoal da criança e o arquivo oficial da cidade mostram o que é e para que serve um arquivo como este. O vídeo também revela de forma simples e atraente o ciclo dos documentos e a importância do arquivo para a cidade e seus moradores<sup>55</sup>.

Com esse vídeo o Arquivo foi vencedor, em 2004, na categoria Educação Patrimonial do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do IPHAN, essa foi a primeira

---

<sup>54</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Projeto Vídeo Documento: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2003.

<sup>55</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Projeto Vídeo Documento: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2003.



vez na história que um Arquivo recebeu o prêmio nessa categoria. O recebimento da premiação só reitera o trabalho fantástico realizado pelo Arquivo ao desenvolver esse vídeo. Apesar de ser uma produção cara, principalmente na época, o Vídeo Documento simboliza o quanto ações simples e bem estruturadas conseguem se projetar e alcançar com louvor o objetivo almejado. E esse material representa muito bem como as ações educativas são transformadoras, pois em aproximadamente 10 minutos foi possível passar toda uma ideia complexa do funcionamento de um Arquivo Público, para jovens, através de uma linguagem simples e objetiva.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto todo o percurso passado até aqui é interessante recapitular o que nos trouxe até esse momento. Essa pesquisa foi motivada por nosso interesse em unir a comunicação com a arquivologia como forma de utilizar a ponte interdisciplinar para a compreensão do problema de pesquisa proposto.

O problema inicial foi: como as ações educativas e as atividades de difusão contribuíram para a construção da imagem institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, enquanto um lugar de memória da cidade? A partir disso, o objetivo geral desta pesquisa foi estudar a construção da identidade institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, ao longo de sua história, enquanto um lugar de memória da cidade, com base nas ações educativas e de difusão da instituição. E teve como objetivos específicos investigar o papel social do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte para a cidade a partir do seu contexto de criação; indicar o papel das ações educativas e de difusão para os Arquivos Públicos; discutir as questões conceituais sobre memória, memória institucional e os conceitos básicos de *marketing* e sua aplicação no campo de arquivos públicos; identificar as ações educativas e de difusão desenvolvidas pelo APCBH, ao longo de sua história, como parte do processo de construção de imagem institucional e, também, analisar o posicionamento do Arquivo em relação à construção de sua imagem institucional, enquanto um lugar de memória da cidade.

No intento de responder os elementos propostos foi feita uma revisão teórica a respeito do papel social dos Arquivos Públicos e a sua importância para a sociedade. Além disso foi estudada a interrelação das instituições arquivísticas e a formação do patrimônio cultural, apresentando também as contribuições que essas entidades fazem para sua construção e preservação. Ainda foram revistos os conceitos de memória, os lugares de memória e como essas questões se relacionam com os documentos e como se dá sua formação a partir deles. Também foram recapitulados os conceitos de difusão arquivística e sua aplicação e desenvolvimento nos Arquivos brasileiros, ressaltando os aspectos sociais.

O tema escolhido para essa pesquisa é relativamente novo no âmbito arquivístico. Existem muitas pesquisas na área da comunicação sobre *marketing*,

marca, identidade institucional e posicionamento institucional. Também existem várias pesquisas sobre difusão arquivística, educação patrimonial, ações educativas em arquivos. Mas pesquisas que reúnam essas duas áreas citadas são quase inexistentes, mas muito necessários de serem pesquisados. Em função dessa lacuna encontrada, optou-se por um recorte aos meios tradicionais de difusão, deixando de lado o contexto digital. Não foram analisadas nessa pesquisa o desenvolvimento de sites, redes sociais, podcasts, etc.. Contudo, fica claro a necessidade de pesquisas que investiguem essas áreas. A produção digital, especialmente, após a pandemia da Covid-19 se faz necessária aos Arquivos. E para que cada vez mais o serviço de difusão se aprimore é importante o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

Além disso, foi feito um levantamento sobre o desenvolvimento administrativo de Belo Horizonte, demarcando os precedentes do APCBH, incluindo também a apresentação dos principais projetos de difusão já realizados pelo APCBH ao longo de sua história a fim de contextualizar o leitor sobre o cenário administrativo, social e arquivístico do desenvolvimento dessa instituição. Por fim, buscou-se nas teorias de comunicação o referencial sobre os conceitos de *marketing*, marca e identidade institucional, para que se pudesse criar uma ponte teórica que proporcionasse a aplicação dos conhecimentos técnicos da área de comunicação para a análise da identidade institucional do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

O APCBH teve sua fundação em um momento político e social muito propício no que tange as discussões arquivísticas no Brasil. A movimentação para sua criação se inicia junto com os avanços democráticos feitos após a promulgação da constituição de 1988. Poucos meses antes da publicação da legislação que cria efetivamente o APCBH e instala a política de gestão de documentos do município de Belo Horizonte é promulgada a Lei nº 8.159/1991. Conhecida como a Lei brasileira de Arquivos, ela estabelece um novo limiar para o tratamento documental no território nacional, o que somente reforça o momento positivo para a arquivologia no Brasil nesse momento, que passa a ter uma legislação que regula vários aspectos no fazer arquivístico. Além disso, a criação do Arquivo é concomitante a uma mudança na estrutura administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte, quando em 1989, pela primeira vez, a Secretaria de Cultura é desvinculada da secretaria de educação e atinge o status de secretaria independente.

Desde o início de suas atividades, o Arquivo investiu muito no treinamento dos funcionários, reafirmando o caráter técnico e teórico dos servidores que estavam no quadro da instituição a época. O cenário inicial encontrado era de uma produção documental quase centenária, alojada em galpões da PBH. Além disso, havia documentos remanescentes dos vários expurgos e vendas feitos dos documentos produzidos pela CCNC. Impulsionado pelos pensamentos voltados para a transparência administrativa do momento em que o país vivia, muito foi investido para o recolhimento desses documentos, organização e levantamento das tipologias documentais existentes, bem como o levantamento da estrutura administrativa da PBH desde os primeiros anos da cidade.

Tais ações serviram como base para o início dos trabalhos da elaboração da tabela de temporalidade da administração direta da capital mineira, começando a ser implantada na prefeitura em 1997, apenas seis anos após o início das atividades do Arquivo. Além do treinamento para os funcionários do arquivo, o seminário de gestão arquivística também veio para contribuir e fomentar a discussão sobre documentos entre os funcionários da PBH, desde sua primeira edição em 1999. Além disso, diversos treinamentos foram realizados para o corpo de servidores da PBH como normas de manuseio de documentos, entre outros. Esse é um dos programas continuados do APCBH e continua sendo realizado até hoje.

Belo Horizonte tem uma situação peculiar em relação aos seus Arquivos, um conjunto específico que delimita o início das atividades de construção da cidade. Ou seja, todas as atividades administrativas realizadas em solo belo-horizontino foram registradas de alguma forma nesse conjunto. Por existirem esses registros nos conjuntos documentais custodiados foi possível a realização de outros projetos, ressaltando a importância do trabalho arquivístico não só pela gestão e guarda dos documentos, mas também pelo trabalho educativo para realizar a difusão dos acervos. Dois exemplos citados aqui foram a exposição sobre a construção da Pampulha, que partiu do acervo fazendário e também da coleção Histórias de Bairros que partiu, inicialmente do conjunto da Comissão Construtora.

Acreditamos que são três os pontos principais que merecem atenção no que foi analisado como componentes da identidade institucional do APCBH. O primeiro

deles está ligado à vinculação administrativa do APCBH à Fundação Municipal de Cultura e, conseqüentemente, à área cultural. O segundo ponto é em relação a sede do Arquivo, que ainda permanece em um prédio alugado, sem as condições ideais para o recolhimento e guarda do acervo. E, por último, o fato de Belo Horizonte ser uma cidade planejada e possuir um conjunto documental que descreva esse planejamento/construção.

Antes de apresentar os motivos pelos quais acreditamos que esses são os principais pilares da discussão dessa pesquisa, vale fazer um último parêntesis. Partimos do ponto em que o APCBH é criado sob perspectivas de um Arquivo Moderno, ou seja, àquele que tem como missão realizar a gestão de documentos. Então os argumentos apresentados aqui partem desta perspectiva. Mais um adendo a ser feito é que não será atribuído um julgamento de valor e conferir predileção a um Arquivo Moderno ou a um Arquivo Histórico. As considerações desenvolvidas serão dentro do contexto construído ao logo dessa narrativa.

Acreditamos que as questões relativas à sede e sua vinculação à área cultural se relacionam de certa maneira e, ao mesmo tempo que propiciam algumas vantagens ao Arquivo, acarretam também em alguns problemas. Como foi citado, as questões orçamentárias da área cultural são mais restritas em relação a outras pastas que o APCBH poderia ser vinculado. Ao mesmo tempo, o fato de se encaixar na área cultural, a aprovação em projetos de captação de verba da cultura é facilitada.

A falta de uma sede própria e adequada à instituição está diretamente ligada ao maior problema que o Arquivo tem em relação a falta de gestão de documentos na PBH que são os recolhimentos dos documentos em função de espaço. Uma vez que a gestão não é cumprida integralmente, o Arquivo acaba falhando em sua missão institucional. Isso, por sua vez, pode afetar a credibilidade da instituição em ser reconhecida como o órgão que realiza a gestão de documentos da administração direta e indireta do município de Belo Horizonte.

Uma vez que o Arquivo não consegue estabelecer processos adequados para a gestão de documentos plena, ele acaba recorrendo ao quesito histórico/cultural como principal motivação para suas atividades de difusão. Quanto mais são reforçadas essas ações, mais o usuário/cidadão internaliza aquele discurso. Quando

uma instituição se encontra em uma posição institucional confortável diante do seu público é um trabalho árduo, complexo e demorado para realizar a mudança de um posicionamento institucional.

Por último, o fato de Belo Horizonte ser uma cidade planejada pode ser ao mesmo tempo proveitos para o pesquisador, cidadão e Arquivo, quanto ruim. É um ponto positivo quando se trabalha com narrativas arquivísticas/históricas o pesquisador saber onde se inicia o seu trabalho. Esse aspecto é facilmente estabelecido no caso de Belo Horizonte, pelo fato de existirem os documentos da CCNC e eles terem uma riqueza impressionante. Ao mesmo tempo que vícios podem ser criados e a todo o tempo um conjunto específico ser referenciado. Saio dessa análise com uma leve impressão de que isso acontece no caso do APCBH.

Mesmo fazendo diversas investidas no campo da gestão de documentos, vários problemas e impedimentos vão surgindo ao longo da história do Arquivo que agem como uma barreira burocrática para que a organização não dê conta de realizar completamente ao que se propõe. Por isso, é possível afirmar sim que o Arquivo se coloca num lugar de guardião de memória da cidade. Isso é exatamente um problema para a instituição? Pode não ser, caso sua missão mude. Mas enquanto o Arquivo se mantiver no mesmo formato é uma situação problemática sim. Principalmente nas questões relacionadas à credibilidade institucional diante da PBH e da sociedade.

Contudo é inegável os esforços realizados para o desenvolvimento estratégico do Arquivo, como foi mencionado anteriormente. Um exemplo disso é o trabalho realizado para a elaboração da 1ª Conferência Municipal de Arquivos, além de ser um trabalho muito consistente com a realidade enfrentada pelo APCBH, foi o primeiro trabalho dessa natureza realizada por um arquivo público municipal no Brasil, o que reforça o compromisso e o cuidado dos servidores para o desenvolvimento e resolução dos problemas enfrentados pelo Arquivo.

Uma das contribuições que esta pesquisa buscou fazer foi do uso de teorias e estratégias de outra área do conhecimento, a comunicação, para a arquivologia. Foi de apresentar ao leitor que novos horizontes podem ser alcançados com a integração das áreas do conhecimento. A intenção buscada ao recapitular pontos sensíveis da situação dos Arquivos brasileiros foi de mostrar que os problemas institucionais

enfrentados, muitas vezes, extrapolam o ambiente interno das instituições arquivísticas. São entraves burocráticos, administrativos, sociais e outros que podem aparecer pelo caminho que fogem das atribuições da organização. Em meio a tantas barreiras, os objetivos institucionais podem ser esquecidos e a situação se tornar cada vez pior.

A lição aprendida por mim após a revisão bibliográfica é que existem muitos problemas e a realidade arquivística brasileira está muito longe de ter uma situação ideal, tal qual apresentada nas teorias arquivísticas. Mas, esse cenário não deve ser impeditivo para que os profissionais de arquivo façam o que está ao seu alcance, e, quem sabe, assim mudar a realidade pouco a pouco.

Um ponto de partida bem oportuno é a aplicação das teorias arquivísticas no cotidiano dos Arquivos. A elaboração de políticas arquivísticas são o marco inicial para instrumentalizar as metas e atividades a serem realizadas. A implementação e cumprimento dessas políticas é de suma importância para que esse *modus operandi* seja estabelecido e absorvido. Isso é de extrema importância, pois, uma vez estabelecido, ele protegerá a instituição arquivística de grandes interferências externas, como, por exemplo, a mudança de uma gestão, visto que ela já seguirá um padrão de atividades pré-estabelecidas nestas políticas.

A comunicação pode ser um elemento fundamental para esse planejamento uma vez que a raiz de algumas estratégias de *marketing* é o profundo conhecimento da instituição, e elas oferecem mecanismos que facilitam a realização desse estudo institucional. Outro ponto positivo da aplicação do marketing nos arquivos é a ampliação dos objetivos a serem alcançados, com essas estratégias o planejamento é facilitado, tornando mais simples o avanço para novos padrões de ações e objetivos maiores.

A aplicação mesclada das teorias dessas duas áreas do conhecimento no fazer arquivístico, visa facilitar a criação e aplicação de padrões e rotinas. Como dito aqui anteriormente, a construção a identidade institucional, o posicionamento de marca, a consolidação de uma marca e da imagem institucional são conquistadas a partir de um longo período de tempo. Como também já dito aqui esses elementos estão ligados

ao reconhecimento, à avaliação positiva, à satisfação do público e eles são conquistas que vão ser adquiridas também com o tempo.

Como já dito aqui esses elementos da teoria da comunicação podem facilmente ser aplicados às rotinas dos Arquivos e serem úteis para a melhoria da percepção dos afazeres arquivísticos, trazerem reconhecimento do trabalho feito, entre vários outros benefícios. Para que essas recompensas cheguem é preciso começar com pequenas mudanças e se manter fiéis a elas, acreditar no processo e na aplicação das teorias. Gostaria também de reafirmar a complexidade da burocracia existente para a realização de manobras administrativas, o que se distancia bastante da realidade proposta na teoria.

Posto isso, é importante ressaltar a necessidade do desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema, que consigam relacionar a teoria arquivística com outras áreas do conhecimento para aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos Arquivos. Não apenas isso, mas também fica claro a importância de estudos que englobem ou direcionem os esforços para a produção digital.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. Conhecer o arraial de Belo Horizonte para projetar a cidade de Minas: a Planta Topográfica e Cadastral da área destinada à Cidade de Minas e o trabalho da Comissão Construtora da Nova Capital. In: Encontro Regional (ANPUH – MG), 18., 2012, Mariana, MG. **Anais do XVIII Encontro Regional (ANPUH – MG) – Dimensões do Poder na História**. Mariana, 2012. Disponível em: [http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340737616\\_ARQUIVO\\_ConhecerOArraialParaProjetarACidade\\_TitoFlavioAguiar\\_20120626.pdf](http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340737616_ARQUIVO_ConhecerOArraialParaProjetarACidade_TitoFlavioAguiar_20120626.pdf) Acesso em: 30 mar. 2021.

AMARAL, Fernanda Vasconcelos; PINTO, Marli Dias de Souza. Marketing em unidades de informação públicas: reflexões em tempos de crise. **XX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2019**, Florianópolis – Santa Catarina, p. 1-9, 21-25 out. 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/793>. Acesso em: 26 jan. 2023.

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. **Definitions of Marketing**. Disponível em: <https://www.ama.org/the-definition-of-marketing-what-is-marketing/>. Acesso em: 30 mar. 2021

AMERICAN MARKETING ASSOCIATION. **What is a digital marketing strategy?**. Disponível em: <https://www.ama.org/marketing-news/what-is-a-digital-marketing-strategy/> Acesso em: 30. 2022

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Entre lembranças e fotografias: a experiência do projeto Cestas da Memória**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016a. 60 p.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Guia do acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2016. 240 p.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Livro do professor. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008. 19 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Barreiro. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008. 62 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Centro-Sul. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008. 62 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Leste. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008. 58 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Nordeste. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008. 62 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Noroeste. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008. 62 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Norte. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2011. 62 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Oeste. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2011. 62 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Pampulha. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2011. 62 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Histórias de Bairros [de] Belo Horizonte**: Regional Venda Nova. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 2008. 61 p. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/informacoes/historia-de-bairros> Acesso em: 16 mar. 2021

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Site Oficial do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Disponível em:

<https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico> Acesso em: 30 mar. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE; ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO; MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Site Oficial do acervo da Comissão Construtora da Nova Capital de Minas.** Disponível em: <http://www.comissaoconstrutora.pbh.gov.br/> Acesso em: 30 mar. 2021.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Arquivo e sociedade:** experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/12804>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo:** estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 477 p.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.562, de 31 de maio de 1989.** Dispõe sobre a estrutura organizacional da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/5562/1989>. Acesso em: 27 set 2021.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.899, de 20 de maio de 1991.** Dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 08 maio 2019.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 5.900, de 20 de maio de 1991.** Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e dá outras providências. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao>. Acesso em: 08 maio 2019.

BELO HORIZONTE. **Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, de 21 de março de 1990.** Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei-organica>. Acesso em: 27 set 2021.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 11.065, de 1º de agosto de 2017.** Estabelece a Estrutura Orgânica da administração pública do Poder Executivo e dá outras providências. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/controladoria/2018/documentos/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20CTGM%202/lei11065-atual.pdf>. Acesso em: 27 ago 2022.

BELO HORIZONTE. **Site Oficial da Evolução da Estrutura Administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte.** Disponível em:

<http://www.pbh.gov.br/evolucaodaestrutura/apresentacao.htm> Acesso em: 30 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8159-8-janeiro-1991-322180-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 35-43, jan./jun. 2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CANDAU, Jöel. **Memória e Identidade**. 1. ed., 5. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019

CHAGAS, Cíntia Aparecida; VENÂNCIO, Renato Pinto. Gestão de documentos na administração pública municipal: caso da Prefeitura Municipal de Belo. **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**, Marília - São Paulo, p. 1-20, 23-27 out. 2017. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/3006/1119>. Acesso em: 22 out. 2020.

CHAGAS, Cintia Aparecida. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) — Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-AM2PLJ/1/tesecintiachagasarreguy.pdf>. Acesso em: 30 out. 2022.

CHAVES, Marcelo Antônio. O papel da difusão para o fortalecimento da identidade de arquivo. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 6, n. 10, p. 77-92, jun. 2020. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/10/pdf/artigo\\_chaves.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/pdf/artigo_chaves.pdf). Acesso em: 07 set. 2022.

CHAVES, Marcelo Antônio. Podemos falar de arquivos enquanto dura a tormenta?. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 6, n. 10, p. 6-7, jun. 2020. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/10/pdf/editorial.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/pdf/editorial.pdf) Acesso em: 07 set. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **Multilingual Archival Terminology**. Disponível em: <http://www.ciscra.org/mat/mat>. Acesso em: 19 jan. 2022.

COUGO JÚNIOR, Francisco Alcides. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. 452 p.

DIAS, Eliane Carniel; ROCKEMBACH, Moisés; ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos na Cinemateca Capitólio: um estudo de caso. **Informação & Informação**, v. 23, n. 1, p. 335-350, 2018. DOI: 10.5433/1981-8920.2018v23n1p335 Acesso em: 01 fev. 2023

DELMAS, Bruno. Arquivos servem para quê? In: \_\_\_\_\_. **Arquivos para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. p. 17-53.

DUCHEIN, Michel. O papel da arquivologia na sociedade de hoje. In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.6, n.3, p. 30 – 36, 1978.

ESTEVIÃO, Silvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 81-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/42570>. Acesso em: 02 out. 2021.

FERREIRA, Luan Henrique Giroto; CALDAS, Rosângela Formentini. Indicadores de marketing digital para websites de arquivos públicos estaduais. **Em Questão**, Porto Alegre, v.23, ed. N.2, p. 211-233, maio/ago 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245232.211-233>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/67833>. Acesso em: 2 out. 2020.

FRANCO, Shriley Carvalhêdo. A dinâmica relação entre o estado e os locais de memória: o estudo da criação do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). In: OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg (Orgs.). **Memória: Interfaces no campo da informação**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017. p. 311-346

GOMES, Maria do Carmo Andrade; PARRELA, Ivana D. Parrela. Produção, acumulação e trânsito dos mapas: uma análise comparativa dos acervos cartográficos do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. In: **Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, 1., 2011, Paraty. Anais [...], Paraty, 2011. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GOMES\\_MARIA\\_DO\\_CARMO\\_E\\_PARRELA\\_IVANA\\_D.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/GOMES_MARIA_DO_CARMO_E_PARRELA_IVANA_D.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021.

GUASCH, Anna Maria. Os lugares da memória: a arte de arquivar e recordar. **Revista-Valise**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, ano 3, julho de 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaValise/article/view/41368/26241> Acesso em: 18 jan. 2022.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e memória coletiva: Mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Orgs.). **Correntes**

**atuais do pensamento arquivístico.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. P. 237-259

JARDIM, José Maria. Arquivos Públicos brasileiros: modernidade ainda que tardia?. In **Seminário Bases para a implantação de um arquivo moderno: O Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**, 1990. Anais... Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/03/pdf\\_cfb64eeaa1\\_0008801.pdf](https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf). Acesso em: 16 abr. 2021.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental.** Niterói: EdUFF, 1999, 239 p.

JARDIM, J. M. A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental | Access to Public Information Act: implementation and the management of government archival information. **Liinc em Revista**, [S. l.], v. 9, n. 2, 2013. DOI: 10.18617/liinc.v9i2.639. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3495>. Acesso em: 5 ago. 2022.

KELLER, Kevin Lane; MACHADO, Marcos. **Gestão Estratégica de marcas.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de Marketing.** 12. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KOTLER Philip; LEE, Nancy. **Marketing no setor público.** Porto Alegre: Bookman, 2008, 350 p.

KOTLER Philip; *et al.* **Marketing 3.0: as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010- 9ª reimpressão.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1990

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. V. 5, ed. n. 2, p. 63-78, jul/dez 2012. DOI <https://doi.org/10.26512/rici.v5.n1-2.2012.1724>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1724>. Acesso em: 2 out. 2020.

MANSUR, Gabriella Diniz. O PROJETO TEM CRIANÇA NO ARQUIVO: as visitas das Unidades Municipais de Educação Infantil ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. In: PARRELA, Ivana; KOYAMA, Adriana Carvalho (Orgs.). **Arquivos, arte & educação: diálogos nas fronteiras do conhecimento.** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, 2018. cap. 7, p. 94-107. ISBN: 978-85-65609-10-4. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/141UbZl24uLsl77\\_riEpE-mv0AR40BVGR/view](https://drive.google.com/file/d/141UbZl24uLsl77_riEpE-mv0AR40BVGR/view). Acesso em: 23 out. 2020.

MARTENDAL, Fernanda Frasson; SILVA, Eva Cristina Leite da. Difusão arquivística e suas expressões nos cursos de graduação em arquivologia no Brasil. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 25, n. 4, p. 256 – 279, out./dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/158953> Acesso em: 19 jan. 2022

MARTINS, Marina Rodrigues; ROCKEMBACH, Moisés. Criando valor para arquivos: branding para marcas públicas. In: **ÁGORA: Arquivologia Em Debate**, 28(57), 2018, p. 359–378. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/687>. Acesso em: 24 de set. 2021.

MELO, Suellen Alves de. **Difusão de documentos fotográficos**: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no Facebook. Orientadora: Ivana Parrela. 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Constituições do Estado de Minas Gerais: de 1891, 1935, 1945, 1947 e 1967 e suas alterações**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1988. 419 p. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/400> Acesso em: 24 de julho de 2022.

NASSAR, Paulo. **Memória de Empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Pulo: Aberje, 2004.

NASSAR, Paulo. **Reputação é Memória**. Terra Magazine, 2006. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,O11243291-EI6786,00-Reputacao+e+Memoria.html> Acesso em: 24 de set. 2019

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados de História. ISSN2176-2767. Vol.10, São Paulo, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 24 de set. de 2020

PARRELA, Ivana D. Ações educativas em arquivos: o caso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – **História e multidisciplinaridade**: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210562\\_600de0ffa6870ceddf1aaf040c315b8f.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210562_600de0ffa6870ceddf1aaf040c315b8f.pdf) Acesso em: 24 de set. de 2022.

PARRELA, Ivana Denise. Arquivo, gestão de documentos e preservação da memória da cidade. In: BELO HORIZONTE. **Anuário estatístico de Belo Horizonte 2003**. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Modernização Administrativa e Informação, Gerência de Informações Técnicas, 2004.

PARRELA, Ivana D.. Cestas da memória: identificação de documentos fotográficos do arquivo público da cidade de belo horizonte, com o apoio de voluntários idosos. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2015, João Pessoa. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)**. João Pessoa: UFPB, 2015. v. 1. p. 1-14. Disponível em:

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2875/1249>. Acesso em: 19 jan. 2023.

PARRELA, I. D. **Entre Arquivos, Bibliotecas e Museus: A construção do patrimônio documental para uma escrita da história da Pátria Mineira – 1895–1937**. 2009. 415 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009

PARRELA, Ivana Denise. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 42, n. 1, p. 107-116, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1398/1576>. Acesso em: 19 jan. 2022.

PARRELA, Ivana Denise. Difusão no e do Arquivo: Comunicação, mediação e ações educativas e culturais. **Revista do Arquivo São Paulo**, Ano V, Nº 10, p. 10-13, junho de 2020. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/10/pdf/introducao\\_dossie\\_iva\\_na.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/10/pdf/introducao_dossie_iva_na.pdf). Acesso em: 19 jan. 2022.

PEGEON, A. Uma experiência pedagógica em arquivos: a disciplina "arquivo" do archives nationales da França. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 25 No 1 jan-Jun: Difusão cultural em arquivos, n. 1, p. 89-102. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107786>. Acesso em: 222 out. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf> Acesso em: 24 de set. de 2020

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Prefeitura de Belo Horizonte: Arquivo Público**, 2019. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico>. Acesso em: 21 de jan. de 2023

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Sítio Oficial da Prefeitura de Belo Horizonte**. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/> Acesso em: 16 mar. 2021

RIBEIRO, Maria Alice Santos; CRUZ, Joseane Oliveira da. Memórias e testemunhos documentais no contexto das coleções especiais e arquivos do Lugares de Memória da UFBA. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. **A Ciência da Informação em movimento: memória, esquecimento e preservação digital**. Salvador: EDUFBA, 2021. P. 209-232.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. V.4, ed. N.1, p. 98-118, jan/jun 2015. Disponível em: <http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/60>. Acesso em: 2 out. 2022.

SABALLA, Viviane Adriana. Educação Patrimonial: “Lugares de Memória”. **Mouseion**, v. 1, Jun, 2007. Disponível em:



[https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol1/vol1jun2007p23\\_25.pdf](https://revistas.unilasalle.edu.br/documentos/documentos/Mouseion/Vol1/vol1jun2007p23_25.pdf) Acesso em: 18 jan. 2022

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F.. Dos lugares memória ao patrimônio: Emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, Jan.- Abr. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/21370> Acesso em: 18 jan. 2022

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no Laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral; Faperj, 2010, 216p.

SATO, Silvio Koiti. **Marketing 3.0**: Um novo conceito para interagir com um novo consumidor. *Signos do Consumo* – V.3, N.2, 2011. P. 243-245. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/41814> Acesso em: 24 de set. de 2019

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico**: concepções, trajetórias, contextualizações. 2012. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-02072013-170328/pt-br.php>

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão de Marcas**: construindo marcas de valor. São Paulo: HARBRA, 2008.

TORRE, Michelle Márcia Cobra. Educação, Cultura e Patrimônio Documental: possibilidades e desafios da educação pelo Patrimônio no Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte. **Fronteiras**: Revista de História, Dourado - MS, v. V.21, ed. n. 38, p. 104 - 120, jul/dez 2019. DOI <https://doi.org/10.30612/frh.v21i38.11488>. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/11488>. Acesso em: 30 mar. 2021.

TROITIÑO, Sonia. O que preservar? Por que preservar? Política arquivística e formação de acervo. In: MAGALHÃES, Ana Gonçalves; RIBAS, Elisabete Marin (org.). **Anais do V Seminário Internacional Arquivos de Museus e Pesquisa: políticas de acervo – coleta, preservação, descarte**. São Paulo: MAC-USP, 2018, p. 93-109.